

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TÍTULO : “OS PEQUENOS AGENTES MERCANTIS EM MINAS GERAIS NO  
SÉCULO XVIII: PERFIL, ATUAÇÃO E HERARQUIA (1716-1755)”

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação  
em História como requisito  
parcial à obtenção do título de  
mestre em História por Flávio  
Rocha Puff.

Orientadora: Profa. Dra. Carla  
Maria Carvalho Almeida

**Juiz de Fora**  
**2007**

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente gostaria de agradecer à Coordenação do Programa de Pós Graduação em História da UFJF nas pessoas do professor Dr. Alexandre Mansur Barata que desde os primeiros passos na instituição sempre me atendeu com prontidão e zelo, e da professora Dra. Maraliz de Castro Vieira Christo pela paciência quanto aos prazos. Sou grato ainda ao Programa pela bolsa que me foi concedida a qual foi de muita valia para viabilidade da etapa de coleta de dados.

À orientadora professora Dra. Carla Maria Carvalho Almeida minha profunda gratidão pelo interesse no meu trabalho, a atenção dispensada ao longo do processo de pesquisa e elaboração do texto final e sobremaneira, pela paciência e compreensão com todos os problemas encontrados no percurso de elaboração desta dissertação.

Ao professor Antonio Carlos Jucá de Sampaio meu sincero agradecimento pela amizade e por desde o principio acreditar nas possibilidades deste estudo e na minha capacidade de execução do mesmo. Agradeço ainda aos professores Ângelo Alves Carrara, Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira, Fábio Faversoni e José Arnaldo que direta e indiretamente contribuíram para o êxito desse trabalho e por minha formação enquanto historiador.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, a Maycon e Mansur que me ajudaram de forma direta na fase de coleta de dados. Aos muitos amigos devo o companheirismo na longa caminhada. Vale aqui ressaltar alguns como Fabrício, Mussarela, Francis, Pablo, Caion, Qbeleza, Marco, Piu, Edna, Renato, Cláudio, Ronaldo, Moacir, Paulo Carvalho, Luciana, Diana, Natali, Regina e outros.

Ao ISEED agradeço nas pessoas da professora Fátima e do professor Argemiro pela oportunidade profissional e confiança no meu trabalho. Aos amigos, colegas e funcionários da instituição o meu eterno respeito.

Por fim agradeço a minha família razão máxima da minha luta. Ao meu pai, minha mãe, meus irmãos e sobrinhas agradeço pelo carinho e apoio.

## **RESUMO**

O comércio varejista foi uma atividade econômica de suma importância em Minas Gerais nos primórdios de sua ocupação, pois além de ser praticada por um contingente expressivo da população mineira contribuiu diretamente para solucionar o problema do abastecimento na região. Nessa pesquisa procuramos desvendar o universo das pessoas envolvidas com esse ramo do comércio colonial a partir da análise da estrutura da atividade em duas localidades mineiras na primeira metade do século XVIII, Mariana e sua freguesia Camargos.

Focamos nossa análise na comparação entre as duas localidades no que tange os seguintes aspectos: perfil dos agentes mercantis e suas respectivas formas de atuação. Por fim fizemos um estudo de caso de um destacado grupo de pequenos comerciantes que foram as forras. Por meio da análise de testamentos, inventários e outras fontes documentais tentamos reconstituir a vida social e econômica dessas mulheres tentando entender suas estratégias frente a uma sociedade e um mercado que lhes impunha severas restrições quanto a ascensão social.

## **Abstract**

The retail trade was a economic activity of the great importancy in Minas Gerais in its occupation primordies', because it was practed by a expressive contingent of the local population and contributed directly to solve the provision problems. In our search we look out to resolve that people envolved in this type of colonial trade by the analisys of the structure ativity in two locals in the first half of the XVIII century: Mariana and its community Camargos.

Our analisis was focused in compare these two localities in these follow aspects: the agents profiles and their ways of atuation. In the end we made a study of case of a prominence group of small merchants that were the women who were liberted from slavery. We used the testaments, inventorys and another types of documents to reconstitute the social and economic life of these women tryng to understand their strategies in a society and trade that impune too many restrictions to a social ascention.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O PEQUENO COMÉRCIO NA AMÉRICA PORTUGUESA: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA</b> .....	<b>24</b>
<b>1.1- A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ACERCA DA ATIVIDADE MERCANTIL: O PEQUENO COMÉRCIO</b> .....	<b>25</b>
<b>1.2- O PEQUENO COMÉRCIO EM MINAS GERAIS: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA</b> .....	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO 2 - O COMÉRCIO E SEUS AGENTES NA VILA DE NOSSA SENHORA DO CARMO E CAMARGOS</b> .....	<b>47</b>
<b>2.1 A BASE DO COMÉRCIO NA AMÉRICA PORTUGUESA</b> .....	<b>49</b>
2.1.1 AS LOJAS E VENDAS EM CAMARGOS E MARIANA.....	52
2.1.2. O PERFIL DOS AGENTES MERCANTIS EM CAMARGOS E MARIANA .....	56
2.1.3 - O PERFIL DOS COMERCIANTES E AS MODALIDADES DE ATUAÇÃO NO PEQUENO COMÉRCIO .....	71
<b>CAPÍTULO 3 - A HIERARQUIA DO PEQUENO COMÉRCIO: ESTABILIDADE E DIVERSIFICAÇÃO</b> .....	<b>75</b>
<b>3.1 – A ESTABILIDADE DOS COMERCIANTES EM MARIANA E CAMARGOS</b> .....	<b>76</b>
<b>3.2 – A DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES DOS COMERCIANTES EM CAMARGOS E MARIANA (1718-1755)</b> .....	<b>86</b>
<b>CAPÍTULO 4- AS FORRAS NO PEQUENO COMÉRCIO: ESTRATÉGIAS, ESPECIFICIDADES E ASCENSÃO SOCIAL</b> .....	<b>101</b>
<b>4.1 – ORIGEM ÉTNICA E O PEQUENO COMÉRCIO</b> .....	<b>102</b>
<b>4.2- PEQUENO COMÉRCIO, ALFORRIAS E ASCENSÃO SOCIAL: ESTRATÉGIAS UTILIZADAS</b> ..	<b>105</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>123</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>127</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>133</b>

## INTRODUÇÃO

Os núcleos urbanos mineiros desde seus primórdios se tornaram espaços de intensas atividades econômicas. No interior das freguesias e arraiais das Minas setecentista uma multidão de indivíduos de diversas origens étnicas tentavam ganhar a vida comprando e vendendo mercadorias de toda espécie e oferecendo os mais variados serviços. Tais atividades aconteciam paralelamente a principal atividade, a mineração, mas ao contrário do que se pensou durante muito tempo na historiografia, havia uma relativa autonomia dessas atividades realizadas na cidade em relação à mineração.

Se a exploração aurífera foi o início, nem sempre e nem em toda região ela foi a principal atividade produtiva. Para cuidar do abastecimento, simultaneamente à mineração, vai-se compondo diversificada estrutura produtiva. Intensas relações comerciais e expressivas produções agropastoril e manufatureira, caracterizadas pela não inversão de grandes capitais e por baixos níveis de renda e poder de concentração, acabam configurando nítida economia regional, com ativo mercado interno<sup>1</sup>

A necessidade de se abastecer o novo mercado consumidor culminou com a criação de uma complexa rede de pessoas envolvidas com o comércio de gêneros em geral. Entre as pessoas que se dedicavam à atividade comercial, estavam desde os grandes negociantes estabelecidos nas principais praças de comércio do Império Português, e a esses cabia o fornecimento direta ou indiretamente de boa parte dos utensílios comercializados em Minas, até os mais humildes que ofereciam seus produtos em pequenos comércios fixos ou de forma volante pelas vias dos núcleos urbanos mineiros.

Na base, portanto, desta distribuição estão os comerciantes varejistas estabelecidos nos núcleos urbanos e estradas espalhadas por toda região aurífera. Eram estes os responsáveis pelo armazenamento e a conseqüente distribuição das mercadorias advindas de outras praças e/ou produzidas nas proximidades das áreas de extração mineral. Estes

---

<sup>1</sup> Apud: BOSCHI, Caio César. Apontamentos para o estudo da economia, da sociedade e do trabalho na Minas Colonial. Belo Horizonte: Análise & Conjuntura, v. 4 nº 2 e 3, mai/dez. 1989.

agentes do pequeno comércio nas minas serão o objeto de nossa pesquisa, mais especificamente, os estabelecidos no distrito sede da Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana) e na freguesia do mesmo Termo, Camargos. O foco do nosso trabalho está em três pontos fundamentais da estrutura do pequeno comércio que são: o perfil dos indivíduos que se aventuravam nesse ramo, a maneira como atuavam e a hierarquia existente entre eles.

A cidade de Mariana inicialmente nomeada Vila de Nossa Senhora do Carmo foi um dos primeiros aglomerados urbanos mineiros<sup>2</sup>. A formação do núcleo se deu a partir da descoberta de ouro nas margens de um Ribeirão, que posteriormente fora chamado de Ribeirão do Carmo, uma vez que, o dia 16 de julho de 1696 dia da chegada da bandeira do Coronel Salvador Fernandes Furtado, ser o dia de Nossa Senhora do Carmo<sup>3</sup>. Iniciada a ocupação o arraial passou por momentos de crise em decorrência de crises de abastecimento sendo “abandonado por duas vezes, entre 1697 e 1698, e depois entre 1701 e 1702, segundo relatam contemporâneos.<sup>4</sup> Depois de passada as turbulências relativas ao abastecimento, um dos mais prósperos distrito das Minas do período expandiu-se ganhando notoriedade política e econômica. Em 1711 foi elevado a condição de Vila Real.

Depois de percorrer os melhores lugares das Minas e de examinar os principais, onde situasse as três vilas, que tinham de criar, acertou Albuquerque de erigir a primeira no seu dileto Ribeirão do Carmo. Convocou para isso uma junta dos moradores, que se instalou no dia 8 de abril, domingo, de 1711, aos quais expôs a sua intenção e consultou se a queriam e se prometiam fazer-lhe as primeiras despesas, dando a Casa da Câmara, e templo da matriz. Em resposta, unanimemente, nobreza e povo, declararam, que queriam viver em república sob as leis comuns do Reino e a obediência a Sua Majestade e se obrigaram por termo aos gastos da instalação da vila. Nesse mesmo ato Antonio de Albuquerque erigiu a Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque. El-Rei aprovou a criação da vila por carta de 14 de abril de 1712, mas simplificou-lhe o nome para Vila de Nossa Senhora do Carmo, e deu-lhe o título de Leal em memória de tê-lo sido as autoridades régias contra o governo usurpador de Manuel Nunes<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Neste trabalho vamos tratar como Mariana e não como Vila de Nossa Senhora do Carmo.

<sup>3</sup> VASCONCELOS, Diogo, *História Antiga de Minas*. Editora Itatiaia, 1974.

<sup>4</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: Termo de Mariana: história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. p. 29.

<sup>5</sup> VASCONCELOS, Diogo. Op. Cit. P. 290 e 291.

Com isso, Vila do Carmo passou a ser o centro político do *termo* que abrangia uma vasta região que ia os sertões dos rios Pomba, Muriaé e Doce, chegando às fronteiras do Rio de Janeiro.<sup>6</sup>

Em 1745 Dom João V dá o título de cidade à localidade, condição necessária para que pudesse se tornar a sede do Bispado<sup>7</sup>. Nesse mesmo momento o nome da cidade muda para Mariana em Homenagem à esposa do Rei, Dona Ana D'Áustria.

Mariana, como podemos perceber era um centro político e econômico importante em Minas Gerais no século XVIII. Um núcleo habitacional que concentrava no seu interior uma imensa oferta de serviços típicos de um centro urbano. Aqui havia pouco espaço para o desenvolvimento de atividades agro-pastoris. Estas normalmente se limitavam a hortas e pomares espalhados pela periferia da cidade muitas vezes não chegando às praças de mercado.

Já a localidade de Camargos<sup>8</sup> surge por volta de 1698 com a ida para a localidade do paulista e Alcaide-Mor José de Camargo Pimentel<sup>9</sup>. Era natural de São Paulo, filho de Marcelino de Camargo e Mércia Ferreira Pimentel de Távora, casou-se com Ana de Lima do Prado. Foi nomeado Guarda-Mor da repartição das Minas no ano de 1695 e Alcaide-Mor da Capitania de São Vicente e São Paulo em 1699. Segundo Diogo de Vasconcelos, Pimentel e seus sobrinhos: Tomás, João e Fernando Lopes de Camargo fugiram da região do Ribeirão do Carmo para a região a quatro léguas de Ouro Preto que deu origem à

---

<sup>6</sup> Essa informação fora retirada por Cláudia Damasceno Fonseca In: SOUZA, Washington Peluso Albino de. As lições das vilas e cidades de Minas Gerais. In: Ensaio sobre o ciclo do ouro. Belo Horizonte: UFMG, 1978. pp. 1-145.

<sup>7</sup> “Como se as sedes eclesiásticas podiam ser podiam ser criadas somente em terras livres, segundo as leis da Igreja, esta promoção pressupunha a emancipação do município. Ou seja, ao invés de depender “de um poder regional delegado, ou de senhores da terra”, como acontecia com as vilas coloniais, desde a idade média as cidades possuíam prerrogativas especial de se subordinarem diretamente ao rei”. Citação ver: FONSECA, Cláudia Damasceno. Op. Cit. P 40.

<sup>8</sup> A freguesia ainda era composta pelos arraiais do Gama e de Bento Rodrigues.

<sup>9</sup> Ver: Códice Costa Matoso p. 54.

freguesia. A fuga fora motivada pelas sucessivas crises de inanição que assolavam o Ribeirão do Carmo no período:

Da dispersão forçada dos mineradores, muitas vezes surgiu a revelação de novas lavras auríferas e o nascimento de novos arraiais (...) da primeira crise de fome, muitos dos que se achavam no Ribeirão do Carmo dispersaram-se e, disso resultou o aparecimento da localidade Camargos (...) e muitos outros.<sup>10</sup>

Dessa forma, a localidade recebeu o nome no plural dos seus primeiros ocupantes, a família Camargo.

Da motivação inicial da ocupação da freguesia de Camargos podemos perceber de antemão uma vocação para o desenvolvimento de atividades ligadas ao abastecimento. A região para onde os membros da família do Alcaide-Mor fugiram necessariamente teria que ser de terra fértil para o cultivo de produtos básicos para o sustento das necessidades dos refugiados. Um outro indício de que era uma localidade com importante atividade agropastoril pode ser percebida nos produtos que eram comercializados entre os anos de 1718 a 1724 na freguesia e que constam na lista de almotaçaria do período<sup>11</sup>. Na lista encontramos aguardente, açúcar, melado, banana, fumo, toucinho, manteiga de porco entre outros produtos que possivelmente seriam produzidos nas dependências do distrito. A lista de dizimistas de Camargos também nos leva a concluir de que se tratava de uma região abastecedora de alimentos tanto para a própria freguesia como para a vizinhança, pois, encontramos um número representativo de pagadores, 53 dizimistas e alguns com montantes consideráveis como podemos ver a seguir.

## QUADRO 1

---

<sup>10</sup> ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. 2º ed. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1990. (primeira edição em 1951). P. 224.

<sup>11</sup> Fonte: AHCMM, Registro de almotaçaria, códigos: 175, 195, 385, 514, 682 e 702.

### LISTAS DOS MAIORES PAGADORES DE DÍZIMOS DE CAMARGOS (1751-1754)

Nome dos dizimistas	Valor	Porcentagem
Cel. João Gonçalves Fraga	300	44 %
Brás Pinto Mendes	128	18.8 %
Cap. Caetano Fialho	100 <sup>1</sup> / <sub>4</sub>	14.7 %
Cap. João Álvares Braga	75	11 %
Manoel Duarte	70	10.2 %

Fonte: APM, Lista dos dizimistas, CC 2040.

Se compararmos os dizimistas de Mariana com os de Camargos temos mais uma informação que corrobora a tese de que a segunda se trata de uma localidade essencialmente rural. Enquanto, Camargos possui 54 pagadores de dízimos para o triênio 1751-1754 Mariana que é muito mais expressiva em termos populacionais e territoriais possui 78 dizimista, sendo que apenas cinco pagam tributo acima das 70 oitavas.

A escolha dos comerciantes situados nestas localidades se deu pelas diferenças que as duas apresentavam em suas estruturas econômicas e as conseqüentes possibilidades de comparação entre a situação destes agentes nestes distintos contextos. Camargos era significativamente menor que a sede do termo, além de se tratar de um distrito com importante produção de alimentos para o abastecimento local. Ângelo Carrara também aponta esta freguesia como produtora de alimentos durante o século XVIII. O autor percebe a partir do montante recolhido nos dízimos a partir da segunda metade dos setecentos que Camargos está entre as localidades que sofrem queda na produção em decorrência da crise da mineração<sup>12</sup>. Ou seja, por ser uma localidade abastecedora a das minas a crise na mineração vai atingir diretamente a produção de alimentos ali prevacente. Já Mariana mostrava-se essencialmente urbana concentrando no seu interior

---

<sup>12</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807). Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (tese de doutorado)

atividades administrativas, o que a tornava um importante ponto de circulação de pessoas provenientes das freguesias ligadas ao Termo e demais áreas do Império Português. Portanto, a partir dessas especificidades poderemos fazer um estudo comparativo entre os comerciantes das duas localidades, uma localidade essencialmente urbana e importante área mineradora, e outra também mineradora, todavia caracteristicamente rural.

Dessa forma, nosso estudo procurará fazer uma comparação entre o pequeno comércio entre essas duas localidades entendendo que os estudos comparativos são importantes instrumentos de análise histórica. A comparação nos permite perceber a especificidades e a influência que elas exercem sobre as sociedades estudadas. Em nosso estudo são questões ligadas as atividades econômicas que ditam as diferenças das duas localidades, porém é a composição e a forma de atuação dos agentes sociais que vão nortear nossa análise. Partimos da tese de que o pequeno comércio realizado em uma localidade com características mais rural tende a ter um comportamento distinto daquele praticado em um centro essencialmente urbano. Porém, isso só será confirmado ou negado por meio da análise comparativa, daí a importância dessa maneira de se fazer história.

A escolha de nosso recorte temporal levou em questão a regularização do abastecimento de alimentos no termo de Mariana, e claro, a disponibilidade de fontes para o estudo do tema. Por isso, a pesquisa se inicia a partir do ano de 1716, entendendo que, já para essa época, se teria amenizado o problema da alimentação ocorrida nos primórdios da ocupação<sup>13</sup>. Como citamos anteriormente o abastecimento da região das Minas nos anos iniciais fora precário incorrendo em crises que chegaram ao limite da debandada de mineradores da região. Foram fatores causadores dessa dificuldade inicial com o abastecimento da região de extração aurífera a falta de vias estruturadas, falta de unidades de produção internas, e altos preços praticados no comércio local.

---

<sup>13</sup> ZEMELLA, Mafalda. op. cit. p. 231.

Fazia parte da mentalidade dos comerciantes coloniais de que o mercado mineiro seria altamente lucrativo, uma vez que, nas Minas o pagamento seria feito em ouro. Tal percepção elevou em muito os preços das mercadorias que chegavam na região nos seus primórdios.

“A diferença dos preços entre o litoral e as minas compensava largamente a viagem dos campos de criação até a região do ouro. Daí a canalização do comércio para o Brasil Central, provocando a carência dos produtos nas regiões açucareiras e a natural elevação dos preços”.<sup>14</sup>

Como causas da inflação dos preços em Minas Gerais destacamos dois aspectos: o primeiro foi à baixa oferta de produtos no mercado varejista, o que levava os mineiros a pagarem altos preços em comida para não padecerem de fome; e em segundo lugar a ação dos atravessadores, os quais pressionavam para o aumento desmedido dos preços, pois agiam de forma especulativa com os produtos que recebiam dos agricultores e tropeiros.

A Coroa portuguesa, no entanto, tão logo percebeu que tinha um grande problema em suas mãos, pelo fato da fome impossibilitar os mineiros de extraírem o ouro, o que conseqüentemente reduzia a arrecadação do quinto, resolveu tomar algumas atitudes com vistas a controlar tal situação. A primeira foi a de buscar restringir o acesso à região. Com isso, tentava amenizar duas questões: a fuga de trabalhadores alojados em outras áreas produtivas como a agricultura e o aumento descontrolado da população<sup>15</sup> – não se sabe, porém, até onde essas medidas surtiram algum efeito. Quanto ao aumento abusivo dos preços foi providenciada a sua regulamentação, com a criação de mecanismos de controle dos mesmos. Para tanto, as câmaras foram colocadas para fiscalizar os agentes comerciais, tendo como figura principal o almotacel. Esse funcionário camareiro saía pelos distritos do ouro fiscalizando e multando aqueles que cometiam abusos contra os consumidores. A atitude da Coroa de regular o mercado diretamente parece-nos que surtiu o efeito desejado, pois, já no

---

<sup>14</sup> PINTO, Virgílio Noya. O ouro Brasileiro e o comércio anglo-português. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. 57.

<sup>15</sup> BOXER, Charles. R. op. cit. p. 78.

final da década de 1720, temos uma estabilidade dos preços que perduraria por longo período, como mostra Carrara ao analisar os preços de diversos produtos almotaçados em localidades mineiras.<sup>16</sup>

Com toda dificuldade o problema do abastecimento foi caminhando para um quadro administrável já nas primeiras décadas do XVIII. A produção de alimentos foi logo se adequando à nova realidade trazida com a descoberta do ouro. Para isso, foram incrementadas as vias de acesso às minas, as quais interligavam a região com outras capitanias entre elas as principais, que eram as da Bahia e Rio de Janeiro.

Entretanto, o Rio de Janeiro logo se tornaria a principal praça abastecedora da região. Sampaio, a partir da análise dos contratos de dizimas das alfândegas, de entradas nas Minas e dos direitos dos escravos, indica a segunda metade da década de 1720 como o período em que teríamos a supremacia dos cariocas. A privilegiada posição geográfica fluminense em relação aos quadros do Império e em especial a Minas Gerais contribuiu para que isso ocorresse. Além disso, tem-se neste período a formação de um empreendedor grupo mercantil que logo assumiria o domínio das importações e exportações dentro da colônia.

A urbe carioca estava no centro de uma intrincada rede de relações mercantis, que englobava todo o Atlântico Português. Transformava-se, na primeira metade do século XVIII, numa das principais encruzilhadas do Império, senão na principal. Lisboa era, fora de dúvida, incomparavelmente mais rica do que a ainda modesta praça carioca (...) mas era o Rio, e não Lisboa, que ocupava uma posição estratégica na rota do ouro.<sup>17</sup>

E o comércio com Minas Gerais possibilitou ao Rio tornar-se tão potente centro comercial como afirma o próprio autor.

---

<sup>16</sup> Mais detalhamento ver: CARRARA, Ângelo Alves. Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807). Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (Tese de Doutorado), no seu capítulo III.

<sup>17</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Na curva do tempo, na encruzilhada da história: Hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro c. 1650-1750). Niterói, 2000. (tese de doutoramento) p. 187.

É inegável que nenhum outro fato teve tanta importância na definição do papel do Rio de Janeiro nos quadros do Império português quanto à descoberta do ouro no interior da América. Mais do que o metal amarelo é a criação rápida de um amplo mercado consumidor nas regiões auríferas que transforma rapidamente a economia fluminense, e redefine seu papel nos quadros do Império.<sup>18</sup>

Paralelamente à já citada ligação com outras capitânicas, na primeira metade do século XVIII, inicia-se em Minas uma importante produção interna de alimentos. Tal noção contraria a tradicional historiografia sobre Minas setecentista, a qual afirma que os produtos então consumidos na região de extração do ouro eram fruto de importações. A justificativa está no deslocamento quase exclusivo da massa de trabalhadores para a atividade extrativa em detrimento das outras, e da infertilidade do solo característico desta região, entre outras coisas<sup>19</sup>.

É importante ressaltar aqui que este estudo se ampara na recente historiografia que entende o mercado interno como dinâmico e relativamente autônomo em relação as atividades exportadoras da América portuguesa. Enfim, concordamos que a economia colonial não se resumia a atender os interesses das atividades voltadas para exportação.

(...) o mercado interno, a natureza não-capitalista das produções de abastecimento, o crescimento demográfico, etc. Esses elementos fazem com que, por exemplo, a produção de alimentos, mesmo seguindo a do açúcar, na larga conjuntura, tinha um crescimento ao da própria plantation.<sup>20</sup>

E em se tratando de Minas Gerais tal mercado tinha grande dinamismo, pois, como tratamos anteriormente havia um importante mercado consumidor residente nos núcleos urbanos. O mercado mineiro fora um dos principais responsáveis pelo fortalecimento do mercado interno na América portuguesa, uma vez que, concentrava um grande contingente

---

<sup>18</sup> Ibidem. p. 152.

<sup>19</sup> Entre os historiadores que defendem essa idéia estão: SOUZA, Washington Albino Peluso. “A Estrutura Sócio-econômica do Ciclo do Ouro. LIMA JUNIOR, Augusto. A Capitania das Minas Gerais. Belo Horizonte, Instituto de História, letras e Artes, 1965. CANO, Wilson “Economia do ouro em Minas Gerais”. In: Contexto nº 3, São Paulo, Hucitec, 1977.

<sup>20</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 290.

populacional, possuía uma importante moeda de troca, o ouro, e estruturou mesmo nas dependências da capitania uma significativa rede de produção de alimentos básicos.

A outra baliza temporal é o ano de 1755, período ainda de intensa atividade extrativa. Tal recorte temporal está compreendido na fase de importante extração mineral o que nos possibilitou ratificar a tese de que a atividade mercantil foi uma grande concorrente da mineração como veremos no capítulo II desta dissertação.

Voltando a questão da natureza do mercado mineiro este se organizou a partir dos princípios pré-capitalistas do Antigo Regime português. Portanto, a sociedade e a economia que se formaram nessa época possuíam um tipo de aparelhamento que difere bastante da que a sucedeu, isso por não estar baseada apenas em valores econômicos, mas também em valores aristocráticos, em relações interpessoais de dependência e reciprocidade e na busca da previsibilidade quanto aos acasos da vida. Giovanni Levi em “*Herança Imaterial*” faz uma análise de uma típica localidade do *Ancien Regime* e tira a seguinte conclusão de sua estrutura social:

Uma leitura desta sociedade que colocasse ênfase demasiada no aspecto econômico acentuaria, sobretudo, a busca direta do enriquecimento e esconderia um grande esforço coletivo e cotidiano para satisfazer as instituições que garantissem uma maior previsibilidade.<sup>21</sup>

Assim sendo, faz-se necessária nessa introdução discutir algumas características fundamentais das economias pré-capitalistas, assim como foi a de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII, para entendermos sua organização econômica, visando não cometer anacronismos em nossa análise. Isso porque, nosso objeto de pesquisa, o comerciante, é um ator econômico, atuando em um mercado imerso em valores diversos, diferentes da lógica capitalista.

---

<sup>21</sup> LEVI, Giovanni. *A herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.168.

Para buscarmos aqui uma definição sobre a lógica de uma economia pré-capitalista tomemos primeiro Karl Polanyi. Para o autor a economia em uma sociedade desse tipo está subordinada ou mesmo associada com outras esferas, a que ele chamara de não-econômicas.

Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos a posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou de pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não- econômicas.<sup>22</sup>

Mas quais seriam essas motivações não-econômicas de que fala Polanyi? Ao fazer essa menção o autor está colocando para nós que os mecanismos reguladores de um mercado pré-capitalista ultrapassam a questão meramente econômica e destaca as esferas: social, política e cultural como detentoras dessa regulação. Com esta perspectiva, Giovanni Levi propõe:

Partamos da sugestão de Karl Polanyi de classificarmos as economias de acordo com as formas prevalentes de integração, ou seja, segundo os movimentos institucionalizados que põe em contato os elementos do processo econômico. Não se trata, portanto, de isolar a economia, e sim de coloca-la no âmbito das relações entre o fluxo de material dos bens e as esferas político-culturais e das relações sociais em geral.<sup>23</sup>

Bourdier aprofunda a questão e entende que as relações econômicas estabelecidas entre os membros de uma sociedade pré-capitalista estão envoltas de uma simbologia em que os participantes previamente já sabem o seu papel na transação.

Assim, a economia pré-capitalista apóia-se fundamentalmente em uma recusa do que nós consideramos como a economia, o que obriga a ter como implícita uma série de operações e de representações sobre essas operações. A segunda propriedade, correlativa, é a transfiguração que pode se realizar praticamente, como na troca de dádivas, por exemplo, na qual a dádiva deixa de ser um objeto material para tornar-se uma espécie de mensagem ou de símbolo adequado à uma criação de um laço social (...) o capital simbólico supõe a existência de agentes sociais constituídos, em seus modos de pensar, de tal modo que conheçam e

---

<sup>22</sup> POLANYI, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 61

<sup>23</sup> LEVI, Giovanni. Op. cit. (p.155)

reconheçam o que lhes é proposto, e creiam nisso, isto é, em certos casos, rendam-lhe obediência e submissão.<sup>24</sup>

Não acreditamos, contudo, que o modelo de economia pré-capitalista nas Minas na primeira metade do século XVIII fora fiel ao português, pois há que se levar em conta as especificidades de uma sociedade que ainda estava em formação passando por um processo de consolidação de suas estruturas: econômicas, políticas e sociais. Por outro lado, no decorrer do século os valores do Antigo Regime foram se consolidando como veremos no decorrer deste estudo.

### **Fontes: Teoria e Metodologia**

A base da documentação utilizada em nossa pesquisa é de natureza fiscal, extraída do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana e do Arquivo Público Mineiro. Os documentos utilizados são: os quintos reais (1721-1733), as coimas e fianças (1733-1753), a almotaçaria (1718-1755)<sup>25</sup> e a lista de dizimistas<sup>26</sup>. As fontes que não são estritamente fiscal são os inventários *post mortene* e os testamentos presentes na Casa Setecentista de Mariana e testamentos da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Mariana. Toda documentação foi transcrita em fichas, as quais posteriormente foram tabuladas em planilha do Excel.

Os quintos reais incidiam sobre a extração aurífera nas Minas. Como o próprio nome diz, taxava os donos de lavras em 20% do ouro extraído. Porém, na prática não foi um imposto bem aceito pelos contribuintes, porque a Coroa portuguesa, na ânsia de aumentar seus lucros em cima desta atividade mudou a legislação dos quintos por diversas vezes. Apenas para o período em que pesquisamos, a arrecadação dos quintos é modificada em 5 oportunidades. A primeira vai de 1718 a 1722, quando era obrigatório o pagamento de 25 arrobas de todo ouro tirado das lavras. Em 1723 a ameaça por parte da Coroa de aumentar

---

<sup>24</sup> BOURDIER, Pierre. A economia dos bens simbólicos. In: Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. p. 172 e 173

<sup>25</sup> Fontes encontradas no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

<sup>26</sup> Fonte encontrada no Arquivo Público Mineiro

substancialmente o valor arrecadado com a tributação do ouro fez com que os mineiros se unissem e fizessem uma proposta, a qual foi aceita, que era a seguinte: o quinto passaria a ser cobrado por escravos (2,5 oitavas e 2 vinténs) até que se chegasse a quantia de 37 oitavas, e por vendas (12 oitavas) até que se arrecadasse as 15 arrobas. Posteriormente, no ano de 1725, temos a terceira modificação na regulamentação dos quintos, que foi o retorno da cobrança da quinta parte do ouro extraído, durando até 1730, quando então a arrecadação passou de 20% para 12%, prolongando-se até 1732<sup>27</sup>.

Nosso objetivo com essa fonte foi o de extrair desta documentação dados gerais sobre a quantia arrecadada, número de escravos e vendas para base de cálculo em distintas localidades do Termo da Vila do Carmo, os quais estão dispostos normalmente em pequenos textos redigidos e assinados pelo provedor local da Câmara. Somente para dois anos (1723 e 1725) temos uma lista de matrícula de escravos e vendas; tal lista contém o nome do proprietário de escravos, o número de escravos possuídos, o nome dos escravos, além do nome dos donos de vendas e quantidade de estabelecimentos que detém<sup>28</sup>.

O registro das coimas e fianças foi outra fonte documental empregada em nossa pesquisa. Tais registros vão dos anos de 1733 a 1753, sem intervalos. A exigência de registrar as fianças foi a maneira encontrada pelas Câmaras municipais para garantirem o pagamento de eventuais multas provenientes de irregularidades que poderiam ser acometidas por donos de lojas de fazenda seca, venda de molhados e oficiais mecânicos no exercício de suas respectivas atividades. Exigia-se então, um fiador que garantisse o pagamento das coimas (multas), no ato do requerimento de licença para abertura de quaisquer estabelecimentos. As coimas e fianças recaíam necessariamente sobre o pequeno comércio e, por isso, seu registro torna-se uma das fontes fundamentais para estudarmos tal atividade.

---

<sup>27</sup> PINTO, Virgílio Noya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

<sup>28</sup> Em anexo a esta dissertação temos uma tabela com o nome dos comerciantes, a condição social dos mesmos e a quantidade e tipo de estabelecimentos que eram proprietários.

Diferentemente das almotaçarias, as quais trataremos em seguida, as coimas, por exigir um fiador, remete-nos a uma rede de reciprocidades entre fiador e afiançado e, por isso, é um registro que atinge o topo da hierarquia do comércio local e, claro, não exclui a periferia como, por exemplo, as negras de tabuleiro. O registro é feito anualmente, sempre que se renovam as licenças para o funcionamento dos estabelecimentos comerciais, porém, um dono de loja de fazenda seca que aparece 3 vezes sendo afiançado, não necessariamente corresponde a 3 anos a frente desta loja. Isto porque, em muitos casos, temos uma pessoa que aparece em 5 registros, mas, se tomarmos os anos o total pode ultrapassar ou mesmo ser inferior a este número. Isso se explica no primeiro caso pela ausência do dono do estabelecimento para obter sua licença junto a Câmara, já no segundo o que pode acontecer é o caso da pessoa ser dona ao mesmo tempo de venda de molhados e loja de fazenda seca, já que a fiança é por estabelecimento. O documento contém as seguintes informações: localidade do registro, o nome do afiançado, do fiador, o tipo de ramo de negócio que se está fiando e a data do registro. Porém, tivemos alguns problemas com essa documentação, primeiro, com relação à padronização dos registros. Por exemplo, o nome do fiador que está ausente em boa parte dos registros; a referência ao tipo de atividade que se está fiando que temos em apenas uma parte dos registros. Em segundo lugar enfrentamos problemas relacionados à organização arquivística, pois, boa parte dos registros estão dispersos em outros códigos de documentação distinta, entre eles os de quinto e almotaçaria.

Os registros de almotaçaria foi a terceira fonte trabalhada por nós. Os registros vão de 1718 a 1755, com algumas lacunas entre os anos de 1725 a 1734 e a partir de abril de 1755. O registro de almotaçaria era feito por um funcionário (almotacel) nomeado pelas Câmaras municipais. Tal fiscalização tinha três dimensões: a do mercado, que consistia basicamente na aferição dos pesos e medidas e do tabelamento dos preços; do sanitário, que regulava o estado de limpeza dentro e fora dos estabelecimentos e, por último, a do construtivo, que não

necessariamente recaía sobre o pequeno comércio, pois, sua função era a de fiscalizar a construção de pontes, ruas e construções particulares. Segundo Magnus Roberto de Mello, estes registros visavam:

(...) em primeiro lugar, no controle das relações de mercado. Em suas periódicas correições pela vila eles verificavam se todas as casas comerciais e oficinas de artesãos tinham a competente licença de funcionamento, se os pesos e medidas estavam corretamente aferidos e se o tabelamento imposto ao comércio era obedecido.<sup>29</sup>

O Edital de 1722 expedido pelo almotacel da Câmara da Leal Vila do Carmo (Mariana) João Batista Boucão ilustra bem como funcionou esse registro na praça estudada:

O capitão João Batista Bocan almotacel que presente serve nessa leal Vila de Nossa senhora do Carmo e seu termo manda que quaisquer pessoa de qualquer qualidade que seja que tiverem vendas em toda vila e seu termo que hão de almoçar os gêneros comestíveis que o façam em tempo de quatro dias. Almotaçando também todo todo gênero comestível que se vendem em medida pequena como prato e os que vendem leite e bananas e não poderão fazer sem licença digo escrito da almoçaria em virtude das posturas do senado e terão assim em vendas como os que vendem pelas ruas os escritos a vista para que os comprados os vejam os preços porque estão os gêneros almoçados e todos os moradores terão as suas testadas limpas caminhos pontes que lhe pertencem feita sob pena de um ou outro que ocorrerem e não fizerem o cima dito serem condenados na forma das posturas do conselho e todas as pessoas que tiverem porcos o terão fechados ou lhe trarão pastor(?) que não se faça dano ao que sem que andem pelas ruas como pena de que se andando pelas ruas serem acomodados e não ter pena quem os matar e outros mando todas as pessoas que costumam trabalhar por seus ofícios o façam na forma costumada observando as taxas que as te por tendo ser bem comum do povo e para que tenha a noticia por todos e não possuir ignorância manda publicar este meu edital pelo porteiro dos edifícios nos lugares públicos desta vila e ficam dado nessa Vila do Carmo 2 de novembro de 1722. Antonio e Silva escrivão da almoçaria o escrevi<sup>30</sup>

O registro de almoçaria era feito bimestralmente. Entretanto, temos o mesmo comportamento das coimas e fianças quanto à frequência de registros por comerciante. Ou seja, a periodicidade que os comerciantes aparecem nos registros nem sempre eram de dois

---

<sup>29</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Almuthasib - Considerações sobre o direito de almoçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. Revista Brasileira de História, vol. 21, nº42. São Paulo: ANPUH/Humanitas 2001. P(365-395).

<sup>30</sup> AHCMM, códice 385 fl.40v

em dois meses. Porém, nos dois casos tal fato não nos impediu de fazer projeções com respeito à permanência das pessoas a frente da atividade mercantil.

Os registros de almotaçarias do período de 1718 a 1724, tem um formato diferente dos seus subseqüentes, pois, eles contêm os produtos vendidos nos estabelecimentos e seus respectivos preços. Já nos demais registros infelizmente não constam tais informações, possuindo apenas os dados sobre a localidade, nome do comerciante e a data do registro.

Outra fonte consultada foram as listas de dizimistas das duas localidades que vai do ano de 1751 a 1754<sup>31</sup>. Os dízimos para este período eram cobrados pela Provedoria da Real Fazenda de Minas Gerais. A cobrança não era feita em cima da produção rural total, pois, apenas o que era mercantilizado caía na malha deste tributo, ficando de fora a produção de subsistência. A base do cálculo era feita conjuntamente entre o lavrador e o avençador os quais calculavam a décima parte do que se pretendia vender no triênio<sup>32</sup>.

O registro tem as seguintes informações: localidade e data da cobrança, nome do produtor e o valor pago por produtor rural. A documentação abrange um pequeno período, todavia é uma informação que dará mais qualidade a nossa análise, uma vez que poderemos cruzar tais dados com as demais fontes.

Por último analisamos alguns inventários e testamentos do acervo documental da Casa Setecentista de Mariana e da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Mariana. A partir das listas de comerciantes presentes nos registros de Almotaçaria e de Coimas e Fianças fomos aos dois arquivos supracitados e fizemos o levantamento dos inventários e testamentos. Como era de se esperar encontramos um número reduzido de tais documentos, sobretudo, para os forros, mas que não nos impediram de fazer interessantes análises entre aqueles que

---

<sup>31</sup> A lista dos dizimistas encontra-se em anexo a esta dissertação.

<sup>32</sup> CARRARA. Ângelo Alves. Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807). Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (Tese de Doutorado)

localizamos. O número de inventários localizados foram em número de 13 e testamentos 12, tal documentação será utilizada sobremaneira no terceiro e quarto capítulo deste trabalho.

O tratamento metodológico dado a estas fontes buscamos na história social, sobretudo nas abordagens que privilegiam a mobilidade de ação dos indivíduos no processo de interação social.

Procuramos, a partir da seriação e quantificação dos documentos, estabelecer trajetórias individuais e de grupos de comerciantes. Para além da metodologia quantitativa procuramos dialogar com a micro-história na tentativa de chegar ao nosso objetivo.

A micro-história italiana que surgida na Itália nos anos 70 do século passado trouxe para os estudos históricos uma importante contribuição teórica e metodológica amparados nos estudos antropológicos de Fredrik Barth.

Surgida de uma inquietação com os resultados das análises que privilegiavam questões macro em detrimento do vivido, os micro-historiadores propuseram uma nova forma de se fazer História.

“A dúvida que nesses mesmos anos assaltou nossas sociedades, defrontadas com formas de crise que elas não conseguiam compreender e muitas vezes nem mesmo descrever, contribuiu sem dúvida para difundir a convicção de que o projeto de uma inteligibilidade global do social devia ser – ao menos provisoriamente – posto em parênteses (...) a proposição micro-histórica foi o sintoma dessa crise de confiança, ao mesmo tempo em que contribuía, de maneira crucial, para formula-la e precisa-la.<sup>33</sup>”

A mudança, portanto, tinha como ponto de partida a escala de análise, isto é, a busca de modelos interpretativos que buscassem a compreensão da realidade a partir do cotidiano dos indivíduos e dos grupos em que estes estavam inseridos. Para os micro-historiadores a variação da escala de análise possibilita *“uma multiplicidade de olhares sucessivos e apresentando sob ângulos diversos”* as experiências sociais, as contradições das sínteses e o que fica encoberto em uma análise que privilegia os agregados sociais. Trata-se segundo

---

<sup>33</sup> REVEL, Jacques (org). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.19

Revel de um enriquecimento do real, ao trazer para as análises históricas diversas variáveis de um indivíduo ou de um determinado grupo ao longo da vida<sup>34</sup>.

Em nosso estudo, e é bom que isso fique claro não almejamos em momento algum fazer micro-história, mas sim apropriar de um recurso metodológico que nos possibilite acompanhar as trajetórias individuais e dos grupos de comerciantes atuantes no pequeno comércio de Camargos e Mariana. Para isto, procuramos analisar a atuação destes comerciantes nos registros de almotaxaria e coimas e fianças, os quais possuem uma seriação bem interessante. As coimas e fianças tem uma série de 20 anos de registros sem lacunas. Daí conseguimos acompanhar, por exemplo, alguns casos de comerciantes do cativo até a condição de liberto atuando no pequeno comércio<sup>35</sup>.

Vale ressaltar que o suporte teórico utilizado pelos micro-historiadores e principalmente pelos da corrente de Levi vem da Antropologia social e mais especificadamente do norueguês Frederik Barth. O antropólogo com seu seus estudos sobre sociedades africanas, orientais e européias testou ao longo dos anos vários modelos de análise tomando como referência várias áreas do conhecimento humano e principalmente as ciências sociais de onde buscou na *Teoria dos Jogos* e em Weber o aparato teórico para o desenvolvimento dos seus estudos. A *Teoria dos Jogos* lhe permitiu

(...) por em cena um indivíduo ativo e racional, operando escolhas próprias; dar conta das obrigações e das limitações que pesam sobre ele; relatar essas obrigações numa escala microscópica; mostrar que a incerteza no nível da troca interindividual não é incompatível, no nível agregado, com regularidades comportamentais<sup>36</sup>.

O modelo proposto por Barth almeja fugir das análises estruturalista e funcionalista que limitam a ação do indivíduo por meio de uma homogeneização da sociedade e obediência

---

<sup>34</sup> Idem. p.22 e 23.

<sup>35</sup> Ver o 4º capítulo desta dissertação.

<sup>36</sup> ROSENAL, Paul-André. Frederik Barth e a microstoria. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. P.158

as normas. Em nosso estudo o caso dos escravos que se envolvem com o comércio são um bom exemplo, uma vez que, a estrutura seria o sistema escravista, mas a atuação destes no comércio de mercadorias possibilitou a estes homens e mulheres driblar as amarras do sistema se alforriando e em alguns casos construindo pequenas fortunas. Todavia, o autor não considera o indivíduo totalmente livre para agir como se não houvesse nenhuma estrutura para constrangê-lo. Ele entende que as possibilidades de escolhas no processo de interação entre as pessoas são finitas, a isso ele dá o nome de “gama de possíveis”.

A noção de “gama de possíveis” traz a marca da dialética que a fundamenta: indica ao mesmo tempo a recusa dos determinismos e a idéia de uma margem de manobra precisa e controlada, já que os possíveis abertos ao ator são sempre em número finito – o que os torna também acessíveis ao pesquisador<sup>37</sup>

E os limites da ação do indivíduo se darão primeiro pela quantidade de recursos que cada um tem nas transações. Entendendo por recursos não apenas a questão material, mas os valores do indivíduo, sua aceitação na sociedade, o grupo a que pertence, etc. E segundo pelas obrigações que uma determinada pessoa está sujeita enquanto membro de uma sociedade.

Essa breve introdução acerca da micro-história e sobre a teoria de Frederik Barth, uma vez que, tanto uma como outra é bem mais complexa e trabalha com diversos conceitos que não foram citados, tem como finalidade apresentar a parte dessas teorias que utilizamos em nossa pesquisa. Reitero que não pretendemos fazer um estudo micro-histórico, mesmo porque uma pesquisa desse tipo requer um acervo documental mais amplo e seriado o que não encontramos nos arquivos que pesquisamos e o mesmo se aplica a Barth que se trata de um modelo de análise antropológico. Portanto, o que pretendemos é nos apropriar de alguns conceitos dessas correntes teórico-metodológicas, e utilizar as possibilidades oferecidas por elas em nossa pesquisa, como meio de qualificar a exploração das fontes.

---

<sup>37</sup> ROSENTAL, Paul-André. op. cit. p. 159

Dentro desses conceitos estão os das redes de relações tão bem trabalhadas por Giovanni Levi no estudo do comércio de terras no Piemonte. Para o autor:

“As estruturas fundamentais da comunidade são definidas, portanto, no contexto de uma série de relações não rígidas (...) Muitos mecanismos atuam no sentido de deslocar a acentuação sobre a tendência a reforçar a previsibilidade, a diminuir a incerteza e a tornar a vida menos dependente da oscilação (...)”<sup>38</sup>

Em suma, o processo de interação por meio das redes de relações, segundo Levi, é a busca de estabilidade por meio de alianças entre grupos sociais e profissionais, solidariedades, reciprocidade, etc. Numa sociedade de Antigo Regime participar dessas redes é condição *sine qua nom* para manter-se ou mesmo ascender ao topo da escala social, o que as tornou disseminadas em todos os estratos da sociedade<sup>39</sup>. Tais relações eram caracterizadas segundo Hespanha pela desigualdade em prol da reafirmação da elite aristocrática em detrimento dos que almejavam galgar o pertencimento a esse grupo.

(...) também é verdade que era exigido um nível mínimo de riqueza para uma manutenção digna de determinado status ou a prossecução de uma estratégia de ascensão (...) Ou seja, a oferta de bens econômicos muitas vezes era feita pelo socialmente inferior, em troca de bens simbólicos (possuídos pelo pólo superior) que permitiam aos primeiros o acesso a posições de prestígios, de outro modo inatingíveis.<sup>40</sup>

Depois dessa síntese de alguns conceitos utilizados por Barth e pela micro-história italiana nos interessa agora é saber da utilidade dos mesmos em nossa pesquisa. Penso que a utilização desses conceitos foi de grande valia para nossa análise forneceu um aparato teórico e metodológico mais sofisticado para nossa pesquisa. O que nos deixa a vontade para utilizar tal aparato é o quanto as propostas dessas correntes se encaixam ao nosso objeto e ao contexto em que ele está inserido. Barth trabalha bastante com a noção de transação e esta se adequa

---

<sup>38</sup> LEVI, Giovanni. op. cit. p. 125

<sup>39</sup> XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antônio Manuel de. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio Manuel de (org). *Historia de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*, v.4, Lisboa: Estampa, 1998. p. 392

<sup>40</sup> Idem p. 387

perfeitamente ao nosso estudo visto que nosso objeto de pesquisa é um agente de mercado e esse é um local onde se está transacionando a todo o momento. Onde se está montando estratégias para manter-se na praça, para auferir lucros cada vez maiores, para ganhar notoriedade na sociedade, para conseguir meios para compra da alforria no caso dos escravos envolvidos com a atividade mercantil e mesmo para sobreviver.

Outro ponto que vai ao encontro a metodologia de Barth e da micro-história é o fato de tratarmos de um período e de localidades (Camargos e Vila do Carmo) consideradas como sociedades do Antigo Regime. As formas complexas que surgem desse tipo de sociedade são campo vasto para utilização desses modelos de análise. As relações interpessoais e a busca da distinção social tão presentes são princípios norteadores para o entendimento do mercado pré-capitalista existente na América portuguesa e implantado nas Minas.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No capítulo I “O comércio na América Portuguesa: uma revisão historiográfica” fizemos uma breve discussão acerca de algumas das principais obras referentes à atividade mercantil no período colonial e avançando para a segunda metade do século XIX. Nestes estudos nos preocupamos em destacar a forma como os autores abordaram a questão do pequeno comércio. Dividimos nossa análise em dois momentos, inicialmente enfatizamos as obras gerais e *a posteriori* as específicas sobre Minas Gerais.

No segundo capítulo “O comércio e seus agentes Mariana e Camargos” fizemos uma breve tipologia das diferentes modalidades de comércio, desde os de *grosso trato* até o ambulante, que foram desenvolvidas no mercado mineiro e suas especificidades. Como não poderia deixar de ser enfocamos o pequeno comércio e mais especificamente os comerciantes desse ramo da atividade mercantil que compreendem nosso objeto, isto é, os donos de loja de fazenda-seca e venda de molhados. Ainda como tópico dessa parte da dissertação destacamos

aquilo que foi o principal objetivo de nosso estudo: a comparação entre algumas características do pequeno comércio em Mariana e na freguesia de Camargos buscando perceber as semelhanças e as distinções da atividade nessas localidades. Os aspectos comparados foram: tipos de estabelecimentos predominantes e o perfil dos comerciantes como sexo e condição social. Vale ressaltar que a comparação entre essas localidades não se ateve apenas nesse capítulo, nos subseqüentes confrontamos também os dados de uma e de outra localidade.

No penúltimo capítulo “A hierarquia do pequeno comércio: estabilidade e diversificação”, tratamos de pontos referentes à dinâmica do pequeno comércio e da atuação dos agentes mercantis à frente deste. Para tanto, três pontos foram destacados: estabilidade, diversificação e hierarquia. No primeiro ponto buscamos medir a longevidade dos comerciantes à frente de seus estabelecimentos comerciais através da seriação e quantificação dos registros de coimas e fianças e almotaxaria ao longo do período de nosso recorte. Quanto à diversificação das atividades procuramos perceber, por meio do método de cruzamento de fontes, o envolvimento dos pequenos comerciantes em diferentes atividades econômicas, medindo assim suas respectivas capacidades de ampliação de seus negócios individualmente e em grupo.

A partir das duas informações supracitadas (estabilidade e diversificação) procuramos remontar a hierarquia dos pequenos comerciantes de Mariana e Camargos. Além destas duas variáveis ressaltamos outros aspectos como o tipo de atividade desenvolvida, pois ao nosso entender não basta manter-se por longos anos na praça de comércio para ser considerado como membro da elite mercantil local, mas também se o ramo em que se atua poderia proporcionar dividendos que o permitisse chegar lá. Para além disso, existem outras questões que são relativas aos valores da sociedade de Antigo Regime que se estabeleceu na América Portuguesa.

No quarto e último capítulo, “As forras no pequeno comércio: estratégias, especificidades e ascensão social”, procuramos destacar o grupo das forras junto ao pequeno comércio dado a expressiva participação das mesmas, assim como, o êxito financeiro que algumas lograram em decorrência de suas atuações no comércio dessas duas localidades. Para tanto foram realizados alguns estudos de caso a partir da análise dos inventários e testamentos deixados pelas mesmas.

## **CAPÍTULO 1 - O PEQUENO COMÉRCIO NA AMÉRICA PORTUGUESA: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA**

Neste capítulo inicial propomos uma breve apresentação e discussão dos principais trabalhos que abordaram o tema da atividade mercantil de pequena monta, no período colonial brasileiro. Para tanto, dividiremos nossa apresentação em dois tópicos: no primeiro trataremos do tema no contexto da América Portuguesa, e no segundo, no que se refere a Minas Gerais. As obras serão citadas procurando na maioria das vezes seguir uma ordem cronológica a partir dos dois tópicos supracitados.

De antemão ressaltamos que as obras as quais mencionaremos aqui, no seu maior número não tratam especificamente do pequeno comércio, e sim em alguma parte da obra, ou mesmo, em modelos da economia colonial que o caracterizam como insignificante. Isso se explica pela grande defasagem de estudos sobre o assunto na historiografia nacional. Mesmo com os recentes avanços João Fragoso resalta que:

“Apesar desse rejuvenescimento e profissionalização das pesquisas nacionais, muita coisa está por ser feita. São poucos os trabalhos, ainda, que procuram estudar temas como o pequeno comércio e seus agentes (...)”<sup>41</sup>

Tal escassez de trabalhos dificultou nossa pesquisa bibliográfica, porém, ao mesmo tempo serviu de incentivo, ao desvendamento de um ramo de atividade econômica importante e responsável pelo emprego de grande número de pessoas na América portuguesa.

Dessa forma, selecionamos algumas obras buscando perceber nesses estudos o entendimento dos seus autores sobre a participação da atividade mercantil nos quadros da economia colonial.

---

<sup>41</sup> FRAGOSO, João Ribeiro. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 29, 2002. (p.8)

## 1.1- A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ACERCA DA ATIVIDADE MERCANTIL: O PEQUENO COMÉRCIO

Se podemos citar o primeiro trabalho relevante a mencionar o pequeno comércio esse foi o de Caio Prado Junior em 1942.<sup>42</sup> Para o autor o comércio varejista estava inserido no contexto das atividades ligadas ao mercado interno, ou seja, de subsistência. Mercado esse que tinha pouca importância, uma vez que, o centro da economia colonial eram as atividades voltadas para a exportação. Dessa maneira, para Prado Junior o comércio interno:

(...) resume-se quase unicamente no comércio de abastecimento dos grandes centros urbanos, pois as populações e estabelecimentos rurais são em regra, a este respeito, autônomos; o mesmo se dá com as pequenas aglomerações, que se constituem geralmente de habitantes do campo que as procuram só aos domingos e dias de festas(...) Os gêneros que esta gente não produz e precisa ir buscar no comércio não são senão os importados do exterior: ferro, sal, manufaturas. Assim, o comércio interno, com exclusão do setor que vimos acima e que deriva do externo, só que aparece com vulto ponderável na convergência de gêneros de subsistência para os grandes centros urbanos.<sup>43</sup>

Dentro desse quadro montado por Caio Prado as pessoas que se envolviam com a atividade comercial a escolhiam por falta de oportunidades em outros ramos mais lucrativos, ou seja, aqueles voltados para produção de gêneros agrícolas direcionados para o mercado externo. Segue o autor:

Nestas condições, não é de se admirar que tão pequena margem de ocupações dignas se destine ao homem livre. Se não é ou não pode ser proprietário ou fazendeiro, senhor de engenho ou lavrador, não lhe sobrarão senão algumas raras ocupações rurais – feitor mestre de engenhos, etc. algum ofício mecânico que a escravidão não monopolizou e que não se torna indigno dele pela sua brancura excessiva de sua pele; as funções públicas, se, pelo contrário, for suficientemente branco; as armas ou o comércio, negociante propriamente ou caixeiro. Nesta última profissão, ainda esbarra com outra restrição: o comércio é privilégio dos “reinóis” os nascidos no Reino. Os naturais da colônia encontram aí as portas fechadas, não por determinações legais ou preconceitos de qualquer natureza, mas por um uso estabelecido de longa data, e ciosamente guardado pelos

---

<sup>42</sup> PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 15ª edição. São Paulo: Brasiliense. 1978. (1ª edição 1942)

<sup>43</sup> Idem op. cit. p. 233.

primeiros guardado pelos primeiros instalados, justamente os reinóis, que por convenção tácita, mas rigorosa, conservam para si e seus patrícios um monopólio de fato.<sup>44</sup>

Contudo, o próprio Caio Prado afirma que, com o desenvolvimento dos centros urbanos, as pessoas envolvidas com a atividade comercial passariam a ocupar espaço de mais destaque na sociedade colonial. Isso ocorreria devido ao processo de especialização pelo qual passou o comércio, sobretudo, o varejista que em centros urbanos menores era tarefa exercida por não-comerciantes como, por exemplo, fazendeiros<sup>45</sup>. Para o autor a constituição de centros maiores permitiu a formação de grupos de comerciantes que se tornaram importantes financiadores da empresa agrícola. A atuação credora dos comerciantes segundo Prado Jr. agiria como amenizadora diante do estigma social do comerciante colonial: *Fruto de um velho preconceito feudal que nos veio da Europa, e que se manterá no Brasil até época muito recente*<sup>46</sup>.

Celso Furtado e Fernando Novais<sup>47</sup>, anos mais tarde, não chegam nem a mencionar o chamado pequeno comércio em suas obras por entenderem, assim como Caio Prado, que o mercado interno era insignificante estando totalmente dependente das flutuações do mercado europeu.

Dada a estreiteza do mercado interno, não tinha condições de auto estimular-se, ficando ao sabor dos impulsos do centro dinâmico dominante, isto é, do capitalismo comercial europeu. Neste sentido, o fenômeno se ajustava ao sistema e não havia contradições (...)<sup>48</sup>

Outro fator destacado por esses autores que diminui a importância das atividades econômicas desenvolvidas internamente na colônia, é a produção de subsistência. Tal

---

<sup>44</sup> Idem op. cit. p. 279

<sup>45</sup> Ibidem p. 293.

<sup>46</sup> Ibidem p. 295.

<sup>47</sup> NOVAIS, Fernando A.. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). 7º ed. São Paulo: HUCITEC, 2001. (A primeira edição é do ano de 1973)

<sup>48</sup> Idem op. cit. p. 110

produção acontece para esses autores à margem do mercado, vinculadas a grande unidade produtora<sup>49</sup>.

Furtado chega até a apontar que em Minas se teria um quadro propício para o desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno, devido aos seguintes fatores: presença de um mercado consumidor de produtos de luxo; população urbana consideravelmente numerosa; grande distância dos portos o que encarecia as mercadorias. Todavia, segundo o autor o mercado mineiro e seu poder de acumulação fora inexistente, pois, não houve simultaneamente à etapa de importação, o desenvolvimento de atividades manufatureiras locais que pudessem substituir as importações no período de queda dos lucros com a mineração<sup>50</sup>.

Luís Mott no artigo “Subsídios á História do pequeno comércio no Brasil” pode ser considerado o primeiro autor focado na abordagem do tema na historiografia nacional<sup>51</sup>. Em poucas páginas, o autor menciona as várias modalidades da atividade mercantil de *pequeno trato* que eram praticadas no Brasil desde o período colonial. Mott inicia sua análise destacando a prática das trocas entre as tribos indígenas ainda no período pré-cabralino indo até fins do século XIX com a criação de feiras em Sergipe.

As feiras mereceram maior destaque por parte do autor. Para ele as feiras cumpriram *a priori* um papel que esteve menos ligado à necessidade de abastecimento dos núcleos urbanos e mais como um ponto de concentração de mercadorias a serem exportadas para metrópole<sup>52</sup>. Todavia, com a consolidação do desenvolvimento econômico e demográfico da América portuguesa as feiras foram importante instrumento de ligação entre a produção rural e o provimento dos aglomerados urbanos.

---

<sup>49</sup> Ibidem 109

<sup>50</sup> FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 27º ed. – São Paulo: Cia Editora Nacional, 2000. p. 84

<sup>51</sup> MOTT, Luís. Subsídios para a história do pequeno comércio no Brasil. Revista de História. vol. 53, nº 105. 1976.

<sup>52</sup> Idem. op. cit. 84

Para Luís Mott apesar da expressiva presença do pequeno comércio no cotidiano da vida econômica da colônia esse era tratado com pouco interesse pela Coroa portuguesa.

Através da leitura dos documentos referentes aos séculos passados, pudemos detectar certos aspectos da política econômica do governo, assim como alguns dos problemas mais significativos que enfrentava o pequeno comércio no seu dia a dia. Relembramos que a documentação referente a tais assuntos é extremamente escassa e fragmentária. O Governo Central estava evidentemente muito mais interessado e habituado a legislar a respeito do grande comércio, a respeito das Companhias Gerais de Comércio e Navegação, a propósito dos Tratados comerciais, etc., de modo que apenas acidentalmente é que a Coroa se manifestava e isto a contragosto, sobre tais negócios de pequeno vulto.<sup>53</sup>

Tal desinteresse apontado pelo autor não fica comprovado ao analisarmos a política fiscal implantada pela Coroa portuguesa relativa ao comércio varejista colonial. Entendemos que para validar tais afirmações, essa análise teria que ser feita na esfera local, onde se realizava a prática do pequeno comércio. Quando identificamos a legislação e fiscalização, exercida pelo governo português por meio das Câmaras, podemos perceber que o quadro é outro. No Arquivo Histórico da Câmara de Mariana tivemos contato com uma significativa documentação que indica a existência de uma constante preocupação com a fiscalização e normatização dessa atividade. É este o caso das informações contidas nos registros de almotaçaria, coimas e fianças, nos editais, aferições e cabeças e em muitos bandos.

O próprio Luís Mott aborda, no mesmo artigo, a preocupação da Coroa portuguesa com a defesa do consumidor, ressaltando a figura do almotacel. Tal funcionário segundo Mott fiscalizava os abusos dos preços, os pesos e medidas irregulares, limpeza dos estabelecimentos, atuação de atravessadores e por fim a criação de monopólios. Outro aspecto que o próprio autor destaca, e que vai contra sua afirmação de que a Coroa não estava preocupada com a atividade mercantil de pequeno volume é a perseguição aos homens de cor

---

<sup>53</sup> *Ibidem op. cit.* 93.

no exercício da profissão. Esses, segundo o autor sofreram rigorosa fiscalização, sobretudo, nas Minas devido ao envolvimento de forros e escravos no contrabando de ouro.<sup>54</sup>

O texto de Mott, apesar das limitações da análise que é possível de ser feita em forma de um artigo é um clássico para qualquer um que pretenda desenvolver algum trabalho sobre o tema do pequeno comércio. Os diversos apontamentos, a respeito das características dessa atividade mercantil de *pequeno vulto*, são de grande importância para os estudos do assunto.

Riva Goreinstein na sua tese doutoral é também uma das precursoras do debate acerca da atividade mercantil no Brasil. O estudo de Riva aborda as transformações pelos quais passaram os comerciantes de *grosso trato* no Brasil no decorrer do século XIX em decorrência de vários acontecimentos, dentre eles: a vinda da Corte portuguesa para a colônia, o processo de independência, o livre comércio e o conseqüente aumento da influência inglesa na praça do Rio de Janeiro.

Para a autora a abertura dos portos forçou os homens de negócio a romperem com a *praxe mercantil* predominante no período colonial, ou seja, deixar de lado as características informais dos acordos comerciais e a substituí-las por contratos de negócios que envolviam pessoas fora do meio social do comerciante<sup>55</sup>.

Este negociante exerceu as suas atividades comerciais em uma sociedade escravista e conservadora onde o prestígio pessoal, as relações familiares e as ligações com a burocracia político-administrativa tinham um peso considerável nos negócios, mas na qual já se encontravam, presentes forças renovadoras que o obrigaram a modificar o seu padrão de comportamento.<sup>56</sup>

Segundo a autora, o aumento da participação de estrangeiros nos circuitos mercantis levou os comerciantes brasileiros a reorganizarem as estruturas administrativas de seus empreendimentos haja vista o poder da concorrência.

---

<sup>54</sup> Ibidem op. cit. 100.

<sup>55</sup> GOREINSTEIN, Riva. O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região Centro-Sul do Brasil (1808-1822).

<sup>56</sup> Idem op. cit. p. 155

Todavia, para nosso estudo o trabalho de Riva contribui pouco, uma vez que, a autora faz pouca alusão ao pequeno comerciante. Já na introdução ela demonstra os termos que distinguem o seu objeto dos demais agentes mercantis. Para isso, a autora remete a Charles Boxer que constatou que *negociante de grosso trato* se refere àqueles envolvidos com os grandes ramos do comércio e as atividades de crédito, enquanto que os *comerciantes* são os que se dedicam a venda de mercadorias no retalho diretamente ao público. O único momento que a autora dá algum destaque ao pequeno capital mercantil é quando trata do comércio de abastecimento do Rio de Janeiro com outras praças mais ao sul. Para Gorenstein o comércio de abastecimento era:

“(…) acessível não só aos negociantes mas também aos comerciantes, por ser uma atividade de giro rápido que permitia o retorno do capital empatado e seu lucro, em um espaço curto de tempo, desenvolveu-se rapidamente, em função do abastecimento da capital e da economia de exportação de gêneros tropicais e matérias-primas destinadas ao mercado estrangeiro.”<sup>57</sup>

Depois de pouco mais de uma década do estudo de Riva Gorenstein a tese doutoral de João Luís Ribeiro Fragoso, “Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)” veio dar novo impulso aos estudos acerca da atividade mercantil no período colonial brasileiro. A partir da atuação dos *homens de negócio* situados na principal praça de comércio da América portuguesa, a carioca, o autor promove uma rediscussão do modelo de economia colonial, até então, pouco questionado pela historiografia. Fragoso vai colocar em questão alguns pontos fundamentais do tradicional modelo como: pacto colonial, exclusivismo metropolitano, acumulação endógena, mercado interno, redes de crédito, entre outros. Para João Fragoso:

“O mais importante é que a economia colonial é um pouco mais complexa que uma plantation escravista, submetida aos sabores das conjunturas internacionais.

---

<sup>57</sup> Ibidem op. cit. p.164.

É isso que constatamos através dos números que atestam o peso e a importância do mercado interno colonial e das produções para ele voltadas”.<sup>58</sup>

Dessa forma, a complexidade será dada por um conjunto de fatores sendo o principal a incapacidade da elite mercantil portuguesa em atender a demanda colonial. Tal situação se deve segundo o autor, a um caráter estrutural da sociedade portuguesa, o dito arcaísmo.

Enfim, prevaleciam valores não-capitalistas, para os quais ascender na hierarquia social necessariamente implicava tornar-se membro da aristocracia (...) Daí também poder-se assumir que o “atraso” português, em pleno século XVIII, não constituísse em mero anacronismo, fruto de uma putativa incapacidade de acompanhar o destino manifesto do capitalismo europeu ao contrário, o arcaísmo era, isto sim, um verdadeiro projeto social (...)<sup>59</sup>

A tese do caráter arcaico da sociedade portuguesa e a análise de como esse fator influenciou na relação colônia-metrópole foi retomado *a posteriori* em um livro escrito conjuntamente com Manolo Garcia Florentino, intitulado “*O Arcaísmo como projeto*”. Os autores nesse livro levantam aspectos pesquisados em suas respectivas teses doutorais, buscando evidenciar, o porquê, de Portugal não ter conseguido exercer o exclusivismo colonial.

Para os autores a *brecha* deixada pela estrutura social portuguesa permitiu a formação e consolidação de um grupo mercantil forte no Brasil colonial. Esses comerciantes, inicialmente se ocuparam em atender o crescente mercado interno de abastecimento, que segundo Fragoso, chegou em alguns momentos a ter volumes de negócio maiores do que o voltado para exportação. Com o predomínio do mercado intercolonial, os agentes mercantis coloniais passaram a reter grande parte do capital colonial, provocando o que o autor chama de *acumulação endógena*. Tal acumulação permitiria à vicejante elite mercantil controlar o

---

<sup>58</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. (p. 21)

<sup>59</sup> FRAGOSO, João L. R & FLORENTINO, Manolo Garcia. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico e sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (p. 52).

fluxo de moeda circulante e conseqüentemente a reprodução da economia colonial<sup>60</sup>. Ou seja, os negociantes coloniais seriam os responsáveis pelo controle e financiamento da produção interna, controlando principalmente o mercado de crédito e o tráfico de escravos.

O pequeno comércio não será tratado com muito destaque por Fragoso, todavia, o grande poder de absorção de capitais do mercado interno colonial proposto pelo autor, nos permite deduzir que, nesta análise, está subjacente um maior destaque para os indivíduos envolvidos com essa atividade, em relação aos modelos explicativos tradicionais da economia colonial, tratados anteriormente. A partir da leitura do autor o comerciante varejista tem um papel fundamental no sistema mercantil, pois, ele se tornou o distribuidor mais próximo do consumidor dos centros urbanos e rurais da América portuguesa. As redes de abastecimento alimentadas com produtos coloniais, dominados pelos *homens de grossa aventura*, como escravos, açúcar, cachaça, tabaco, charque, importados em geral, entre outros dependem da atuação nos mercados locais dos: vendeiros, lojistas, tropeiros e demais agentes desse pequeno comércio. Dessa forma, os comerciantes varejistas coloniais saem de uma situação de insignificância para uma posição de destaque nos quadros da estrutura mercantil da América portuguesa.

Eduardo Parga é outro historiador que se dedicou ao estudo do pequeno comércio, analisando a prática na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX<sup>61</sup>. O autor tem como objeto de análise os estabelecimentos compreendidos em 20 ruas próximas ao porto da capital carioca. Parga analisa a estrutura do pequeno comércio como o número de lojas, distribuição dos estabelecimentos nas vias de acordo com o tipo de mercadoria comercializada, perfil dos comerciantes de acordo com a nacionalidade, tudo isso tendo como pano de fundo as transformações que ocorriam no Brasil depois do efeito das leis abolicionistas e do processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>60</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. op. cit. (p. 55)

<sup>61</sup> PARGA, Eduardo Antonio Lucas. Entre fazendas, secos e molhados – o pequeno comércio na cidade do Rio de Janeiro (1850-1875). Niterói: UFF, 1995. (dissertação de mestrado)

Os comerciantes os quais Parga trata de pequenos são donos de lojas e armazéns localizados nas quadras próximas ao porto carioca. O referencial de pequeno agente mercantil que o autor tem está certamente ligado aos grandes exportadores, uma vez que, estes estabelecimentos funcionavam como redistribuidores para outros comerciantes das mercadorias chegadas dos mais diversos lugares no porto.

Daí surge a necessidade de se criar uma tipologia para definir o que seria um pequeno comerciante. E tal tipologia deve seguramente levar em consideração a praça de atuação destes comerciantes. Isso porque, esses comerciantes estudados por Parga são considerados pequenos na praça do Rio de Janeiro mas em Minas Gerais por exemplo são grandes, sobretudo, se tomarmos um dono de venda como exemplo<sup>62</sup>.

Posteriormente podemos destacar a tese de Antonio Carlos Jucá de Sampaio, “Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro c. 1650- c.1750)”. O autor estrutura sua análise a partir de dois focos principais o surgimento da classe mercantil na praça do Rio de Janeiro em finais do século XVII e seu conseqüente fortalecimento nas primeiras décadas do XVIII, período de estreitamento das relações comerciais entre esta praça e a região das minas.

É inegável que nenhum outro fato teve tanta importância na redefinição do papel do Rio de Janeiro nos quadros do Império Português quanto a descoberta do ouro no interior da América. Mais do que o metal amarelo, é a criação rápida de um amplo mercado consumidor nas regiões auríferas que transforma rapidamente a economia fluminense e redefine seu papel nos quadros do Império.<sup>63</sup>

O autor ainda enfatiza as formas de atuação dos homens de negócios em diferentes níveis hierárquicos, partindo dos detentores de grandes fortunas, passando pelos mercadores até chegar aos especuladores.

---

<sup>62</sup> No capítulo II fizemos uma tipologia dos comerciantes atuantes nas praças de Camargos e Mariana.

<sup>63</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. op. cit. p. 152.

A percepção de que lavradores de canas, advogados, médicos, artesãos, enfim os mais diversos tipos de profissionais desenvolveram (...) também o comércio mostra que essa não era uma via de ascensão social somente de portugueses pobres (...) mas também para muitos já aqui estabelecidos e que também buscavam ascender ou ao menos, sustentar um status já adquirido<sup>64</sup>.

O raio de ação do comerciante era medido pelo cabedal adquirido, isto é, quanto mais afortunado maior seria a capacidade de diversificação de atividades econômicas, uma vez que, o mercado colonial mostrava-se extremamente restrito para os de condição financeira limitada.

Sampaio faz uma comparação entre a atuação dos agentes mercantis de pequeno capital (lojistas, vendeiros, tropeiros, entre outros) com os grandes Homens de negócio do Rio de Janeiro. Para o autor os comerciantes cariocas de menor cabedal tinham um comportamento parecido com o padrão encontrado para outras localidades do Antigo Regime, ou seja, atuavam de forma mais especializada<sup>65</sup>. Ao contrário do grande Homem de Negócio que participava de diversas atividades econômicas simultaneamente, dirigindo seus investimentos para aquela em que poderia auferir maiores lucros.

“Aliás, o investimento em lojas caracteriza fortemente os mercadores cariocas do século XVIII (...) Por outro lado nenhum homem de negócio aparece investindo em lojas. Convém ressaltar que não é o fato de investir ou não em lojas o que difere o homem de negócio do mercador, mas sim a importância relativa que elas representam no conjunto de suas atividades. Enquanto para o mercador a loja é o maior, ou mesmo único investimento, para o homem de negócio trata-se somente de mais uma de suas inúmeras aplicações.”<sup>66</sup>

Ainda como contribuição a discussão do tema tivemos recentemente publicado um capítulo de Renato Venâncio e Júnia Furtado no livro “*Revisão do Paraíso: os 500 anos de História*”. Nesse trabalho os autores abordam as diversas modalidades de comércio desenvolvidas na América portuguesa. Apesar de não trazer nenhum grande avanço

---

<sup>64</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. op. cit. p. 253.

<sup>65</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. op. cit. 249.

<sup>66</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. op. cit. 248 e 249.

historiográfico, os autores destacam um importante aspecto em relação aos estudos dos pequenos comerciantes, a dificuldade de se trabalhar com esses agentes, sobretudo as mulheres forras, devido a escassez de fontes e a identificação das mesmas.

“Acompanhar a trajetória de vida dessas pequenas comerciantes é algo bem mais complexo do que investigar a vida dos então denominados mercadores de grosso trato, pois as vendeiras e mulheres de tabuleiro deixaram menos documentos do que os magnatas coloniais. Muitas delas, como “Antonia de Tal”, não possuíam sobrenome, requisito básico para disporem de genealogia, ou mesmo, mais modestamente, para propiciarem ao historiador um indício que permitisse acompanhá-las ao longo do tempo.”<sup>67</sup>

As dificuldades apontadas por Venâncio e Furtado são pertinentes, todavia, não é nula a possibilidade de acompanhar a trajetória dessas mulheres. Afirmamos isso baseado nas fontes que pesquisamos para esse estudo. A existência de fontes seriadas para períodos superiores a 20 anos sem intervalos permitiu que em alguns casos acompanhássemos a atuação como comerciantes dessas mulheres, desde o cativo até a sua atuação na condição de forras e em alguns poucos casos obtivemos os testamentos e inventários das mesmas. Mas sobre essas mulheres trataremos mais detidamente no quarto capítulo desse trabalho.

Poderíamos aqui citar mais alguns estudos, porém não pretendemos esgotar a apresentação dos trabalhos que utilizamos como referencial neste capítulo. Ao longo da dissertação abordaremos mais algumas importantes obras que contribuíram para o entendimento da atividade mercantil na América portuguesa, e em especial para a de pequena monta.

---

<sup>67</sup> FURTADO, Junia Ferreira & VENÂNCIO, Renato Pinto. Comerciantes, tratantes e mascates. In: PRIORE, Mary Del(org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado nos 500 anos de história*. Rio de Janeiro, 2000, p. 104.

## 1.2- O PEQUENO COMÉRCIO EM MINAS GERAIS: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

Apresentada a evolução dos trabalhos acerca do comércio na América portuguesa foquemos a partir de agora alguns estudos que abordaram a temática nas Minas. Um dos estudos pioneiro a tratar do comércio em Minas Gerais foi a tese de doutorado de Mafalda Zemella “O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII”<sup>68</sup>. Ao tema a autora dedica o 5º capítulo de sua tese no qual discute os aspectos estruturais que permeavam a atividade comercial, tais como a política fiscalizadora da Coroa em relação ao contrabando e, o que atingia diretamente os indivíduos atuantes no comércio, a proliferação do crédito. Zemella baseia sua afirmação no relato de um autor anônimo do “*Roteiro do Maranhão a Goiás*”:

“He tão frequente vender-se em Minas tudo fiado, como será raro aparecer algum vendedor embolçado de todo preço da cousa vendida. He já como serto deixar-se sempre de cobrar parte do que se fia de sorte que, quem calcular o que vende, e cobra o agricultor e comerciante, hade achar que o agricultor perde anualmente parte dos frutos que colhe; porque ainda que a venda, nunca vem a cobrallo; e que o comerciante deixando também em todos os giros que faz o Capital do seu negócio, de embolsar o vallor de parte das mercadorias que vende: vem por último a perder do mesmo capital e reduzir-se a termos de fallir; fim comum a todos os Comerciantes de Minas.”<sup>69</sup>

A autora tem todos os méritos de ser uma das primeiras a tocar no problema da difusão da prática do endividamento em Minas Gerais no período de auge da extração mineral. Todavia, ela não se preocupa, e ou, não tem sustentabilidade em suas fontes, para buscar uma explicação para tal acontecimento. Tal assunto voltou mais tarde na historiografia com João Fragoso. Para o autor o grande número de operações a crédito na América portuguesa estava ligado à baixa circulação de numerário, fruto da concentração de riqueza e da restrição do mercado colonial que “(...) em meio a uma frágil divisão social do trabalho, implicava uma

---

<sup>68</sup>ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. 2º ed. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1990. (primeira edição em 1951).

<sup>69</sup> Apud: Roteiro Anônimo do Maranhão a Goiás” R.I.H.G.B vol. 99, pág. 60.

*débil circulação de numerário e bens, o que, por sua vez, redundava dos mecanismos de crédito”<sup>70</sup>.*

O pequeno comércio para Zemella foi fundamental nos primórdios da ocupação da região das Minas. Baseada na obra de Augusto de Lima Junior<sup>71</sup> a autora reafirma a posição do mesmo, de que as vendas e lojas cumpriam nas Minas o papel de concentrador de pessoas, formador de núcleos urbanos e de distribuidor de mercadorias importadas e produzidas localmente. Para a autora as lojas e vendas constituíram *pontos de atração do povoamento, representando função semelhante à desempenhada pelas igrejas no nascimento de nossas vilas e arraiais*<sup>72, 73</sup>.

Outra discussão importante feita pela autora é quanto à tipologia da atividade mercantil de pequena monta. As várias modalidades do pequeno comércio são salientadas e seriam compostas pelos: vendeiros, lojistas, tropeiros, ambulantes, comboieiros, entre outros.

Alcir Lenharo na década de setenta do século passado em “As tropas da moderação” será outro estudioso a destacar o importante papel dos agentes mercantis em Minas Gerais. O autor estuda a atuação dos tropeiros desde a chegada da família Real portuguesa até o fim do período Imperial brasileiro. Para Lenharo esses pequenos comerciantes tiveram importante função na transição da economia mineira da mineração para a subsistência, ou seja, transferência do eixo econômico do Centro para o Sul de Minas.

De fato, esta região conheceu um esforço em sua estrutura econômica, já alicerçada na produção mercantil de gêneros de subsistência. Atividades de produção, portanto, que não se relacionavam com tendências de involução ou regressão econômica; pelo contrário, tratava-se de produção mercantil de gêneros de subsistência, mas voltada para fora, em busca de mercados.<sup>74</sup>

---

<sup>70</sup> FRAGOSO, João L. R & FLORENTINO, Manolo Garcia. op. cit. p.55.

<sup>71</sup> Ver: LIMA Jr., Augusto de. A Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte. sem ed. P.87.

<sup>72</sup> ZEMELLA, Mafalda. Op. cit. 176

<sup>73</sup> A abordagem mais pormenorizada feita por Zemella na diferenciação dos estabelecimentos comerciais será retomada no próximo capítulo, quando faremos uma tipologia para nosso estudo e apresentaremos a discussão historiográfica em relação à tipologia dos estabelecimentos comerciais

<sup>74</sup> LENHARO, Alcir. As tropas da moderação. São Paulo: Símbolo, 1979.

Dessa forma, os tropeiros que atuavam na rota Sul de Minas-Rio de Janeiro foram os objetos de maior destaque na análise do autor, embora ele faça menções aos comerciantes atacadistas de São João Del Rei. Para Lenharo alguns fatores como: a proximidade da capital, a presença de tropas ligadas diretamente às unidades produtoras, permitiu aos comerciantes sulistas mineiros terem uma situação privilegiada para escoarem as exportações regionais. Uma característica dessas tropas era a presença de parentes, evitando assim a figura do atravessador e o menor emprego de mão-de-obra escrava<sup>75</sup>.

Outro aspecto abordado por Lenharo diz respeito à ascensão social dos tropeiros no período. Para o autor mesmo o estigma social que recaía sobre tais agentes não os impossibilitou de ascender socialmente. Porém, ele chama atenção para o seguinte comportamento:

“Ainda que historiadores insistam nos freqüentes casos de ascensão social dos tropeiros – não é que eles não o fossem e não ascendessem – o que se observa é que, predominante, eles eram identificados como proprietários. Não é comum aparecerem, nos textos documentais, tropeiros titulados – alferes, capitães-, sinal de prestígio social que, no mundo rural, via de regra, era ensejado pela propriedade.”<sup>76</sup>

Para o autor a característica volante da atuação do tropeiro também impedia esse comerciante de dedicar-se a compromissos sociais que lhe possibilitaria o aumento do prestígio social.

Posteriormente a estes trabalhos, um das mais importantes pesquisas feita até hoje sobre os pequenos agentes mercantis no período colonial foi a de Luciano Figueiredo em “O Avesso da memória”<sup>77</sup>. Nesta pesquisa o autor procurou destacar o papel da mulher, principalmente forras e escravas, à frente da pequena atividade mercantil em Minas nos

---

<sup>75</sup> Idem. op. cit. p.81.

<sup>76</sup> Ibidem. op. cit. p.81.

<sup>77</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII.*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

setecentos. Figueiredo dá uma visão bem detalhada da perseguição sofrida pelos comerciantes pobres, em especial às mulheres envolvidas com o comércio volante e as vendas fixas de molhados. O autor ainda trata da significativa participação das mulheres no pequeno comércio nas Minas, apontando para a segunda metade do XVIII, o período em que estas superariam os homens na condução dessa atividade. Para ele a pobreza que assolava a região fez com que essas mulheres de poucas posses se aventurassem vendendo gêneros de toda espécie como forma de lutarem pela sua sobrevivência e a de seus senhores, o que levava muitas delas a se envolverem com a prostituição para complementar a jornada.

“Alvo de inúmeras pressões por parte da classe dominante colonial, através de bandos, alvarás, editais e ordens, as modalidades de comércio praticado pelas mulheres em Minas Gerais no século XVIII sofreram a todo momento ameaças no sentido de regulá-lo ou mesmo extingui-lo.”<sup>78</sup>

Porém, a ênfase dada pelo autor à questão da prostituição das negras comerciantes, como complemento da jornada, é algo que tende a empobrecer o debate. A recente historiografia sobre o universo das mulheres cativas tem procurado desvinculá-las desse tipo de atividade e privilegiar as estratégias das mesmas na busca da liberdade, no caso das escravas, e da ascensão social em se tratando das forras. Nesse trabalho procuraremos seguir a tendência da historiografia que entende que a prática do comércio *“Para negros, fossem forros ou livres, poderia representar, assim como para brancos, uma das opções mais acessíveis para a conquista de melhores condições de vida.”*<sup>79</sup>

Das pesquisas mais recentes que têm como objeto os comerciantes coloniais pode-se destacar o livro *“Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas”* de Cláudia Maria

---

<sup>78</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. op. cit. p. 38.

<sup>79</sup> FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 113.

das Graças Chaves<sup>80</sup>. Estudando a atuação e o perfil dos comerciantes volantes que passavam nos registros de entradas de mercadorias, Chaves busca destacar o papel da atividade mercantil frente à concorrência da mineração como fica evidenciado no trecho abaixo:

A mineração definiu a forma de povoamento e colonização criando espaço desde o início para um grande fluxo de mercadores em Minas. Estes mercadores, por sua vez, criaram rapidamente condições, para o estabelecimento do comércio fixo, dada sua vinculação com a produção agrícola local. Num primeiro momento criou-se a estrutura para o desenvolvimento de pontos comerciais fixos como lojas, vendas, tabernas, além de feiras e de uma rede comercial de abastecimento estabelecida. Num segundo momento, podemos dizer, seguramente, que as riquezas geradas pelo comércio possibilitaram a fixação dos próprios mercadores na zona mineradora.<sup>81</sup>

A atividade mercantil nas Minas para Chaves cumpriu um importante papel, pois, além de ser fundamental no abastecimento nos primórdios da ocupação da região foi ela quem contribuiu para que, no período de queda da produção do ouro, a capitania se reestruturasse economicamente por meio da atividade agro-pastoril. Isso porque segundo a autora havia um vínculo direto entre os comerciantes e os produtores agrícolas, e é dessa proximidade que vai surgir a figura do tropeiro.<sup>82</sup>

O ponto principal do trabalho de Claudia Chaves é a análise do perfil e da atuação dos comerciantes mineiros<sup>83</sup>. Analisando os registros de entradas de mercadorias em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, a autora quantifica a frequência de passagem dos comerciantes, as mercadorias e o imposto pago. A conclusão que a autora chega segue as tendências de outros estudos para outras regiões da América portuguesa, isto é, dadas as características do mercado colonial e o baixo poder aquisitivo de grande parte dos agentes

---

<sup>80</sup> CHAVES, Cláudia M das Graças. Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas. S. P: Anablume, 1999.

<sup>81</sup> Idem op. cit. p. 40

<sup>82</sup> Idem op. cit. p.65.

<sup>83</sup> Tal aspecto será trabalhado no terceiro capítulo da nossa dissertação, claro que, aplicado a modalidade de pequenos comerciantes estudado por nós, ou seja, os atuantes em centros urbanos.

mercantis mineiros, os índices de especialização e estabilidade dos comerciantes eram baixos. E serão esses os motivos que vão levar a autora a chamá-los de *perfeitos negociantes*. Termo esse com o qual não concordamos por achar que a diversificação que a autora aponta para os comerciantes mineiros não é uma tendência percebida apenas nas Minas, e sim, para toda América portuguesa. O mercado restrito, a concentração de capitais nas mãos dos *grandes homens de negócio* não foi exclusividade só de Minas Gerais como aponta outros estudos citados anteriormente<sup>84</sup>.

O estudo de Júnia Ferreira Furtado em sua tese de doutorado intitulada “Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas”<sup>85</sup> é outro importante trabalho acerca do tema do comércio nas Minas. Ao contrário de Chaves, que foca sua análise nos pequenos comerciantes, a autora busca destacar a atuação dos grandes comerciantes que tinham ligação com o mercado mineiro. Em seu estudo Furtado analisa o comércio, para além do foco econômico dos outros trabalhos, buscando inserir a atividade como importante instrumento político utilizado pela coroa portuguesa. O comércio para a autora permitia à metrópole chegar às mais longínquas localidades mineiras.

O comércio foi desde o princípio, como salientou Maria Odila Leite da Silva Dias, mecanismo de interiorização da metrópole na colônia. A Coroa dele se utilizou, principalmente nas Minas, para estender seu poder ao sertão mais distante. Além de permitir a ocupação no interior e servir de sobretaxação dos minerais extraídos, os comerciantes levavam consigo sua visão de mundo.<sup>86</sup>

As fontes que a autora utiliza para seu estudo são basicamente as correspondências do comerciante de *grosso trato* Francisco Pinheiro. A partir delas Furtado remonta a rede de relações que Pinheiro estabelece desde Portugal até o interior das minas.

---

<sup>84</sup> Entre os trabalhos que tratam da questão para outras regiões da América portuguesa podemos citar as teses de doutorado de João Fragoso, Manolo Florentino e Antonio Carlos Jucá de Sampaio, entre outros.

<sup>85</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

<sup>86</sup> Idem op. cit. 46.

Um aspecto muito enfatizado pela autora, e por outros autores citados até agora, e que merece de nós uma análise mais detida é a questão do contraditório papel social do comerciante na sociedade portuguesa e mineira, sociedade essas de Antigo Regime. Júnia Furtado enfoca os dois estigmas que recaíam sobre os agentes mercantis nessas sociedades, um era o da própria natureza do ofício, e o segundo era o de serem na sua maioria identificados como cristão-novos.

Por um lado, assistiu-se à afirmação “de seu poder econômico e finalmente político”, por outro, o acirramento do preconceito, da perseguição e do anti-semitismo, o que acarretou a simbiose dos termos “ ‘homens de negócio’ ou ‘gente de nação’”(Cristãos-Novos), expressões que se tornaram sinônimas, inclusive em documentos oficiais”. Em síntese, ao mesmo tempo que cresciam a perseguição e o preconceito em relação ao cristão-novo, fechava-se o cerco em torno de um segmento bastante específico da sociedade – os comerciantes, que tinham suas atividades cerceadas pela Inquisição, enquanto ampliavam seus negócios(...)<sup>87</sup>

As sociedades de Antigo Regime tinham uma lógica de funcionamento com algumas especificidades que colocavam os agentes econômicos submetidos a valores não-econômicos. Em tais sociedades os valores estavam submersos em um mundo marcado por representações simbólicas e as relações marcadas por uma evidente diferenciação entre os indivíduos e os grupos sociais aos quais pertenciam. Dentro desse contexto pesava sobre algumas camadas estigmas que funcionavam como mecanismos de diferenciação para os grupos superiores. Especificamente em relação às pessoas envolvidas com a prática do comércio, vale ressaltar que:

(...) o desprezo pelo comerciante e pela sua profissão estava profundamente enraizado na sociedade portuguesa, como estava, nesse aspecto, em muitas outras. Este desprezo tinha as suas raízes na hierarquia medieval cristã, que colocava o mercador abaixo na escala social do que os praticantes das sete artes

---

<sup>87</sup> Idem op. cit. 30.

mecânicas: camponeses, caçadores, soldados, marinheiros, cirurgiões, tecelões, ferreiros.<sup>88</sup>

Essa situação de inferioridade posta à classe mercantil provinha, sobremaneira, da imagem criada de exploradores, de pessoas que viviam em prol da especulação dos preços, da busca incessante da *usura*, à custa da população em geral. Nesse sentido, a Igreja Católica foi um importante adversário dos comerciantes na expansão dos seus interesses ao pregar sempre no sentido de reafirmar os valores cristãos tradicionais, “(...) a Igreja (...) é como um cimento para a sociedade antiga. Os diversos andares (...) sustentam a arquitetura tradicional e as outras hierarquias. Consolidam uma ordem social que, nos países protestantes, será mais maleável (...)”.<sup>89</sup>

A resistência à figura do mercador foi tão presente nas sociedades de Antigo Regime, que mesmo a expansão da prática comercial com o advento da expansão ultramarina não será suficiente para cessar o preconceito. Charles Boxer cita um trecho de um protesto feito por negociantes de tecidos lisboetas ao Rei que retrata bem esse quadro de desprezo e a insatisfação dos mesmos com essa situação:

Sem comércio, não há nenhum país que não seja pobre nem nenhuma república que não passe fome. E no entanto, nesta cidade capital de Vossa Majestade, os mercadores são tão pouco favorecidos e o comércio tão desprezado que não só todos os indivíduos se desencorajam de vir a ser mercadores, mas também todos os homens de coragem recusam ter seja o que for a ver com ele, porquanto vêem com os seus próprios olhos que, no conceito dos Portugueses, um mercador não é superior a um carregador de peixe. Esta é a razão pela qual há tão poucos mercadores portugueses neste reino e porque pululam aqui tantos estrangeiros de todas as nações, que são os sanguessugas de todo o dinheiro de vossa Majestade e os monopolistas e açambarcadores da riqueza nacional.<sup>90</sup>

Júnia Furtado, a partir da leitura de Charles Boxer percebe a contradição que há nessa atitude discriminatória da sociedade portuguesa, pois, “(...) uma sociedade que dava tanta

---

<sup>88</sup> BOXER, Charles. O Império marítimo português 1415-1825. 2ed. Lisboa: Edições 70, 1992. (p. 303)

<sup>89</sup> BRAUDEL, Fernand. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 509.

<sup>90</sup> BOXER, Charles. op. cit. p. 304.

*importância à classe senhorial, eclesiástica e militar depender tanto para seu desenvolvimento e sobrevivência do negócio e do comércio.<sup>91</sup>”*

A mesma justificativa aplica-se a situação da sociedade mineira, pois, o comércio foi de fundamental importância para o abastecimento da capitania. Envolvendo milhares de pessoas provenientes de todas as camadas sociais, não era incomum, por exemplo, a presença de clérigos no comércio de mercadorias. Entretanto, os valores do Antigo Regime foram sendo construídos por essa sociedade. Diante da consolidação da discriminação e a busca de status social, os comerciantes e cristãos- novos buscavam nas minas como afirma Júnia Furtado estratégias para reafirmarem seu *estatuto de cristão-velho*.

Havia dois mecanismos importantes de identificação e distinção social na época, um era a entrada em uma das Irmandades leigas mineiras, outro, a nomeação como familiar do Santo Ofício, pois ambas exigiam a limpeza de sangue para ingresso.<sup>92</sup>

O que fica evidenciado nessa estratégia utilizada por esses comerciantes é que apenas os grandes comerciantes tinham acesso a essa possibilidade de enobrecer-se, enquanto a massa de pequenos continuava marginalizada. Fazer parte do topo dessa hierarquia mercantil era atuar em ramos de comércio que permitissem o acúmulo de riquezas para aquisição de bens, como terras, cargos, como o de familiar do Santo Ofício da Inquisição, que permitissem a esses comerciantes se aristocratizar<sup>93</sup>. Os homens de negócio:

Não estavam portanto em condições de beneficiar-se de um enobrecimento apenas pela sua opulência. O seu lugar na estrutura social era definido não só pela sua capacidade econômica e financeira mas também pela possibilidade de conversão dos recursos assim acumulados em capital simbólico.<sup>94</sup>

---

<sup>91</sup> BOXER, Charles. op. cit. p.303

<sup>92</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. Op. cit. 229.

<sup>93</sup> BOXER, Charles. op. cit. p. 317

<sup>94</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. Op. cit. p.102

Dessa forma, no topo dessa hierarquia encontramos os agentes participantes do comércio ultramarino de mercadorias, ramo que concentrava os de maior cabedal, pois, para atuar aí era preciso maiores investimentos como em transporte, homens e quantidade de mercadorias. Nesta empreitada, ao mesmo tempo em que, o risco de um insucesso era bem maior, em contrapartida proporcionava maiores lucros a seus participantes<sup>95</sup>. A esses agentes estavam abertas as portas de inserção na sociedade do Antigo Regime, mesmo porque normalmente não operavam efetivamente na prática comercial. Sua ação no comércio normalmente era feita por meio de representantes, ao contrário dos comerciantes da base do comércio, atuantes na venda em estabelecimentos fixos e volantes, que trabalhavam diretamente na lida com seus clientes medindo, pesando, empacotando mercadorias, atitude que era repelida por utilizar-se das mãos para prática de atividade pecaminosa.

(...) o comércio por miúdo, mesmo quando proporcionava ganhos apreciáveis, que, uma vez acumulados, podiam criar grandes fortunas, era ainda uma atividade desprestigiada e, por isso, alguns negociantes chegavam a ocultar o seu empenho nesse gênero de negócios.<sup>96</sup>

João Fragoso destaca esse *ideal aristocrático* também na elite mercantil colonial. O autor ao analisar as trajetórias de alguns grandes homens de negócio percebe que ao longo da vida assim que a prosperidade econômica era alcançada, com os lucros do comércio, esses homens acabam por optar pela transferência para atividades rentistas ou ligadas ao campo<sup>97</sup>. O capital acumulado era revertido em atividade que não lhes daria os mesmos dividendos que a prática comercial, porém daria o passaporte de entrada no topo da hierarquia colonial, a elite agrária<sup>98</sup>.

---

<sup>95</sup> BRAUDEL, Fernand. Op. cit. p. 357

<sup>96</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. op. cit. p.106

<sup>97</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. (p. 350-351)

<sup>98</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. op. cit. p. 72.

Para os indivíduos que sobreviviam apenas do pequeno comércio a aristocratização estava distante de suas estratégias dada as limitações que lhes eram impostas pela estrutura econômica e social da América portuguesa. Todavia, esses comerciantes estavam inseridos nesta sociedade, ou seja, partilhando desses mesmos valores e, mesmo que de maneira tímida, sempre que possível eles buscavam alcançar maior status dentro do grupo social a que pertenciam. Sobre esse tema voltaremos quando da análise dos inventários e testamentos de alguns comerciantes.

## **CAPÍTULO 2- O COMÉRCIO E SEUS AGENTES NA VILA DE NOSSA SENHORA DO CARMO E CAMARGOS**

A atividade mercantil na América portuguesa esteve dividida em diversas modalidades. A caracterização, ou a distinção, dos vários seguimentos do comércio colonial não faz parte de um consenso na historiografia. Mafalda Zemella em sua tese doutoral foi umas das precursoras nessa divisão. Para a autora havia dois tipos de comércio nas Minas: fixo e volante, sendo fixo o realizado em espaços formais como lojas, armazéns e quitandas, tavernas, etc, e o volante ou ambulante, o praticado por mascates, comissários volantes, negras de tabuleiro, comboieiros, tropeiros entre outros<sup>99</sup>. Tal divisão ao longo dos anos foi ainda acompanhada por historiadores que se dedicaram ao assunto, como Luís Mott, Luciano Figueiredo, Júnia Furtado, Cláudia Chaves, entre outros. Segundo Cláudia Chaves:

Havia dois tipos distintos de comerciantes no mercado colonial mineiro. O primeiro compreendia os comerciantes que transportavam e vendiam suas mercadorias pelos caminhos de Minas, nas Vilas e arraiais sem localização fixa ou em feiras (...) Entre eles estavam o tropeiro, o comboieiro, o boiadeiro, o atravessador, mascate, a negra de tabuleiro. A segunda categoria de comerciantes está representada pelos que compravam e revendiam mercadorias em estabelecimentos fixos. Compunham este grupo os vendeiros, os lojistas e os comissários (...)<sup>100</sup>

Todavia, os estudos acerca da atividade mercantil mais recentes vêm buscando diferenciar as diferentes modalidades do comércio na América portuguesa sob outro espectro, o da hierarquização. Hierarquização essa que é ditada pela capacidade de investimento que um dado comerciante possui e que o permite auferir maiores lucros e conseqüentemente

---

<sup>99</sup> ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, USP, 1951. (tese de doutoramento)

<sup>100</sup> CHAVES, Cláudia M das Graças. Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas. S. P: Anablume, 1999. p. 49

acumular maior quantidade de capital<sup>101</sup>. Isso faz com que determinadas atividades, como as ligadas ao comércio exterior, somente sejam acessíveis a pequenos grupos, excluindo deste tipo de empreendimento a grande massa de comerciantes, em uma espécie de “divisão social do comércio”.

(...) a dinâmica de funcionamento do mercado não-capitalista brasileiro conduzia os mais pobres homens livres ao investimento nas atividades de menor lucratividade, com o que se perpetuava a pobreza e a reiteração temporal da altíssima diferenciação social do poder, enfim. A única possibilidade de reversão dessa tendência seria o acesso a das menores fortunas a esfera mercantil, opção essa definitivamente vedada aos pobres.<sup>102</sup>

Dessa forma, a divisão do comércio ficava assim definida: na base estavam aqueles responsáveis pelos ramos de comércio menores como as lojas, vendas, comboios, tropeiros e negras de tabuleiro. E no topo da hierarquia mercantil os responsáveis pelo tráfico de escravos, pelo comércio interno entre capitanias, pela distribuição de importados e pelo mercado de crédito.

Esta estrutura excludente propiciava aos grandes comerciantes maior estabilidade e conseqüentemente o isolamento no topo da hierarquia mercantil. Todavia, o principal fator dessa delimitação de atuação dos comerciantes está em uma das principais características do mercado colonial que era a fraca circulação de numerário. Tal aspecto tornou o crédito fundamental para o funcionamento e dinâmica da economia colonial. E a elite mercantil, ao deter os maiores lucros com o comércio de mercadorias, conseqüentemente concentrava significativa parcela da moeda circulante<sup>103</sup>.

Logo as redes de crédito tornaram-se importantes instrumentos de perpetuação das desigualdades dos grupos econômicos e de submissão entre credores e devedores. Fragoso e

---

<sup>101</sup> FLORENTINO, Manolo G. O arcaísmo com projeto: mercado atlântico e sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 c. 1840. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993. p. 198

<sup>102</sup> Idem op. cit.

<sup>103</sup> SAMPAIO, A. C. Jucá de. Na curva do tempo, na encruzilhada da História: Hierarquização social e estratégia de classe na produção de exclusão (Rio de Janeiro, c.1650-c.1750 ). Niterói, UFF, 2000. (tese de doutorado). p. 184

Florentino dão a este fenômeno o nome de *cadeia de adiantamento e endividamento*. Por se tratar de uma cadeia, ela ia dos mais ricos homens de negócio da praça do Rio de Janeiro até chegar aos donos das vendas de molhados localizadas nos mais longínquos lugarejos do Império português. Esses endividamentos se davam normalmente entre comerciantes que faziam parte de um mesmo grupo, ou seja, dificilmente um grande homem de negócio concederia empréstimos a uma vendeira forra situada em Minas Gerais do século XVIII. O sistema de créditos seguia uma longa cadeia de intermediários que só indiretamente ligava o grande ao pequeno comerciante. Além disso, os empréstimos tinham uma delimitação geográfica como constata Sheila de Castro:

Era uma situação encadeada com uma certa lógica de funcionamento. Entre os 18 pequenos comerciantes analisados, nenhum tinha dívidas com pessoas do Rio de Janeiro. Todos deviam a negociantes locais, quase sempre de navios de maior porte.<sup>104</sup>

Tal *cadeia de adiantamento e endividamento* teve na América portuguesa um duplo sentido, o primeiro era o caráter mercantil, ou seja, aquele que emprestava buscava primeiramente o lucro proveniente da cobrança de juros. O segundo relacionava-se aos motivos não-econômicos envolvidos na transação, pois deixava quem recebia os empréstimos com a obrigatoriedade de retribuir o favor concedido, e colocava quem emprestava em situação privilegiada, pois, seria bem visto pela sociedade pelo ato de generosidade<sup>105</sup>. Além disso, este sistema tornava os devedores cada vez mais dependentes.

---

<sup>104</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 187.

<sup>105</sup> XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antônio Manuel de. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio Manuel de (org). *Historia de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*, v.4, Lisboa: Estampa, 1998. p. 382

## 2.1 A BASE DO COMÉRCIO NA AMÉRICA PORTUGUESA

Em nossa pesquisa utilizamos como referencial para diferenciar e identificar os comerciantes objetos de nosso estudo, a idéia de hierarquização. Portanto, pelas especificidades de cada modalidade de comércio explicitada anteriormente enquadraremos nossos agentes mercantis como sendo membros da base do comércio colonial. Isso porque atuavam em um ramo reconhecidamente de menor vulto além de socialmente menos reconhecido.

Estudaremos aqui mais especificamente os donos de lojas de fazenda seca, venda de molhados, casas de corte de gado e comerciantes volantes, atuantes nas praças de comércio de Mariana e Camargos. Entretanto, mesmo sendo estes comerciantes das mesmas localidades e presentes no comércio varejista não podemos colocar todos os envolvidos nesse tipo de comércio em uma mesma condição. Dessa forma, ressaltaremos dois aspectos: primeiro a hierarquia também se faz presente na base do comércio, e segundo, a presença de comerciantes de maior cabedal nos ramos da atividade mercantil dos mais modestos.

A lógica da hierarquia do pequeno comércio acompanha a *dos grandes homens de negócio*, ou seja, um comerciante é superior ao outro por sua maior capacidade de emprego de capital e conseqüentemente pela capacidade de diversificação de suas atividades. Sendo assim, o proprietário de uma loja de fazenda seca em nosso trabalho está no cume da hierarquia. Dada à natureza dos produtos que eram comercializados neste tipo de estabelecimento — produtos do Reino, de armarinhos, ferramentas, perfumarias, indumentárias, etc — havia necessidade de um maior investimento de recursos. Outro fator de diferenciação a favor do maior destaque desse ramo de comércio estava na sua localização, normalmente estes estabelecimentos situavam-se nas regiões mais centrais das freguesias e

vilas<sup>106</sup>. Para além dessas questões de ordem econômicas o lojista era melhor aceito na sociedade colonial apesar da natureza da sua atividade.

O interessante é que os mais ricos senhores de engenho casavam suas filhas com usurários ou donos de lojas de fazendas que, dentre os comerciantes, eram os mais bem situados. A venda a retalho de miudezas e de molhados, além de pouco rentável, trazia o desdouro de ser o titular portador do defeito mecânico (...) <sup>107</sup>

Os donos de vendas ocupavam o segundo escalão na hierarquia dos pequenos comerciantes. Os vendeiros constituíram o maior grupo de comerciantes, sobretudo, na região das Minas<sup>108</sup>. Isso, porque se tratava de proprietários de estabelecimentos menos sofisticados onde eram vendidos comestíveis e bebidas o que não lhes obrigava a dispor de grandes recursos para o empreendimento. Uma característica que é enfatizada por alguns estudos é a qualidade dos seus freqüentadores, normalmente indivíduos dos escalões mais baixos da sociedade colonial. A explicação estaria na localização periférica destes estabelecimentos nos centros urbanos<sup>109</sup>.

Por último e no extremo contrário ao grande homem de negócio encontramos os vendedores ambulantes. Mais propriamente falando, os vendedores de guloseimas pelas ruas e vielas coloniais. As mulheres, forras e escravas, dominavam esse tipo de comércio na figura das chamadas negras de tabuleiro. Esse grupo de comerciantes certamente engloba os que mais sofreram preconceito por parte da sociedade mineira. Mafalda Zemella os coloca na mesma condição dos “*vagabundos, os vadios e mendigos*”<sup>110</sup>. Exageros a parte, o certo é que o caráter circulante da atuação desses comerciantes oferecia uma ameaça seja de caráter moral, pelas seguidas acusações de prostituição, seja pelos lojistas que as viam como concorrentes ou

---

<sup>106</sup> ZEMELLA, Mafalda. Op. cit. p. 178.

<sup>107</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. cit. p. 193.

<sup>108</sup> Ver Quadro I.

<sup>109</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympo, 1993.

<sup>110</sup> ZEMELLA, Mafalda. Op. cit. p. 180

mesmo a Coroa que as perseguia devido à dificuldade em controlar as rotas de comércio utilizadas pelos ambulantes o que facilitava o contrabando<sup>111</sup>.

A participação de comerciantes de ramos mercantis de maior lucratividade no comércio a varejo também foi algo corrente nesse período. O investimento em uma loja ou uma venda significava para esses comerciantes apenas mais uma alternativa de diversificação de suas atividades<sup>112</sup>. Tal fato se deu pelo caráter restrito do mercado colonial que fazia com que a diversificação, fosse uma saída dos grandes comerciantes na busca da estabilidade, porém, esse é um assunto que será melhor discutido no terceiro capítulo dessa dissertação.

Em suma, é preciso deixar claro que os comerciantes que abordamos em nossa pesquisa não necessariamente podem ser considerados exclusivamente como *pequenos comerciantes*. Preferimos tratá-los como indivíduos que em determinados momentos da vida econômica atuaram nesse ramo. Mesmo porque, a restrição do mercado colonial aliada a valores de uma sociedade do Antigo Regime, fazia com que esses se esforçassem, sempre que possível, por migrar da atividade comercial para a mineração e, sobretudo para as atividades ligadas ao campo.

### **2.1.1 AS LOJAS E VENDAS EM CAMARGOS E MARIANA**

A definição do que seria uma loja de fazenda seca e uma venda de molhados é um tema que causa controvérsia entre os historiadores que se dedicam ao tema. O cerne da questão estaria no interior desses estabelecimentos, ou mais propriamente, no que seria comercializado por tais estabelecimentos. Mafalda Zemella os define de forma rígida, ou seja, nas lojas vendia-se produtos chamados secos, que se entende como ferramentas, objetos de

---

<sup>111</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. op. cit. p. 54

<sup>112</sup> Ver: SAMPAIO, A. C. Jucá de. Na curva do tempo, na encruzilhada da História: Hierarquização social e estratégia de classe na produção de exclusão (Rio de Janeiro, c.1650-c.1750 ). Niterói, UFF, 2000. (tese de doutorado). p. 248 e 249.

armarinho, indumentárias e manufaturados em geral. E nas vendas de molhados eram comercializados apenas comestíveis e bebidas. Cláudia Chaves, na sua análise dos registros de entradas, credita a distinção entre os termos secos e molhados apenas aos produtos importados não cabendo essa diferenciação para os produtos da terra<sup>113</sup>. Renato Venâncio e Júnia Furtado afirmam não haver distinção entre os estabelecimentos, dessa maneira, lojas e vendas não se especializavam na venda de um ou de outro produto. A diferença para os autores está na localização.

As lojas não eram, portanto, especializadas. Em geral recebiam tal denominação por terem grandes dimensões e por estarem situadas no centro das vilas. As vendas, por sua vez, tinham menor porte e localizavam-se na periferia comercializando principalmente alimentos e bebidas alcoólicas, quase sempre para escravos.<sup>114</sup>

Em nosso estudo sobre o pequeno comércio em Bento Rodrigues e Camargos destacamos a tentativa da Câmara de Mariana em diferenciar os estabelecimentos em lojas de fazendas secas e venda de molhados nos registros de coimas e fianças<sup>115</sup>. O que dá suporte a nossa constatação é o fato de encontrarmos 18 comerciantes, entre eles Ambrósio Monteiro da Fonseca, José Mendes Viana, José Vieira Lima, Sebastião Barbosa da Cunha, apresentando-se como donos dos dois tipos de estabelecimentos, o que nos leva a seguinte questão: se não havia distinção do que se vendia porque haveria a diferença dos nomes dos estabelecimentos? Todavia, na análise da mesma documentação, só que, para Mariana deparamos com algumas terminologias que deixam a questão ainda mais indefinida: 26 lojas de molhados e 3 vendas de secos.

---

<sup>113</sup> CHAVES, Cláudia M das Graças. op. cit. 91.

<sup>114</sup> FURTADO, Júnia Ferreira & VENÂNCIO, Renato Pinto. Comerciantes, tratantes e mascates. In: PRIORE, Mary Del(org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado nos 500 anos de história*. Rio de Janeiro, 2000, p.103.

<sup>115</sup> PUFF, Flávio Rocha. Os pequenos comerciantes nas Minas Gerais setecentistas: Camargos e Bento Rodrigues (1718-1755) (monografia de bacharelado) p. 26

Tais terminologias presentes nos registros de Mariana acredito serem provenientes da falta de padronização dos registros pelos funcionários da Câmara, isso pelo fato do mesmo comerciante que aparece como dono de loja de molhados em um ano no outro aparece como proprietário de venda de molhados e o mesmo acontece com os das vendas de secos. Penso ser equivocado tentar equiparar a qualidade dos produtos vendidos nas lojas e vendas. O primeiro tipo de estabelecimento até mesmo pelo seu número reduzido em relação às vendas, como veremos à frente, já remete a um comércio de mercadorias com maior nível de sofisticação e a distinção que é feita pelo próprio órgão fiscalizador elucidada a questão. Dessa maneira considere tanto as lojas de molhados e vendas secos como vendas de molhados. Feita essa necessária discussão abaixo apresentaremos a tabela dos estabelecimentos arrolados nos registros de coimas e fianças de Camargos e Mariana.

Como explicitamos na introdução dessa dissertação, esse capítulo terá como tônica a comparação dos dados referentes ao pequeno comércio de mercadorias realizado nas duas localidades estudadas. Porém, antes da análise do **quadro 2**, há que ressaltar algumas questões importantes: primeiro que o número de agentes mercantis totalizados na tabela se refere aos que têm especificado o tipo de comércio em que estão envolvidos nos registros de coimas e fianças. A outra questão diz respeito ao que seria a venda de molhados. Por venda de molhados estão presentes duas modalidades de se comercializar: uma volante, que tem como principal agente as negras de tabuleiro, e a outra em estabelecimentos fixos. Infelizmente, nos registros de coimas e fianças não temos como distinguir uma da outra.

## QUADRO 2

### COMERCIANTES AFIANÇADOS POR RAMO DE ATIVIDADE DO PEQUENO COMÉRCIO EM MARIANA E CAMARGOS (1733-1753)

RAMO DE ATIVIDADE COMERCIAL	MARIANA	PORCENTAGEM	CAMARGOS	PORCENTAGEM
VENDA DE MOLHADOS	337	74.4%	117	75%
LOJA DE FAZENDA SECA	88	19.4%	32	20.5%
CASA DE CORTE DE GADO	26	5.7%	5	3.2%
LOJA DE REMÉDIOS	2	0.5%	2	1.3%
<b>TOTAL</b>	<b>453</b>	<b>100%</b>	<b>156</b>	<b>100%</b>

Fonte. AHCMM, Registro de Coimas e Fianças códigos: 123,133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652, e 664.

Fazendo uma análise mais detida da tabela podemos notar que há uma coincidente proporcionalidade entre o número de lojas de fazenda seca e o das vendas de molhados nas duas localidades, o que não deixa de ser surpreendente, uma vez que, se esperava que na Vila do Carmo, por ser um lugar mais expressivo, tivesse uma praça de mercado mais sofisticada. Por sofisticada, entendo uma praça com um maior número de consumidores abastados, com um grau de exigência maior, o que ocasionaria a expansão de estabelecimentos que vendessem produtos mais requintados, isto é provenientes do Reino. E esse tipo de produto só se encontraria nas lojas de fazenda-seca.

Quanto às casas de corte de gado esses estabelecimentos são mais representativos na Vila do Carmo do que em Camargos. Todavia, esse percentual é ainda maior, uma vez que, se refere ao número de comerciantes. Ou seja, no caso dos proprietários de casa de carnes é comum aparecer o mesmo sendo afiançado em mais de um estabelecimento, na primeira

localidade em três ou mais vezes no mesmo ano, como são os casos do Capitão Mor João Jorge Rangel, João de Souza Rodrigues, Manuel Gonçalves da Mota e Manuel Rabelo Borralho. Uma explicação para essa menor presença de casas de carne em uma localidade como Camargos pode está ligada à forma de acesso a essa mercadoria pelos seus moradores que deveria se dar por outros meios como, por exemplo, a produção própria. Quanto às lojas de remédios ou drogas, são pouco representativas isso porque são comercializados remédios nas próprias vendas e lojas de fazendas secas.

Agora uma questão se faz: quais pessoas estavam envolvidas nesses diversos seguimentos do comércio de pequena monta? A seguir montaremos um perfil buscando identificar essas pessoas socialmente. Para isto trabalharemos com as variáveis, sexo e condição social, e ao longo desse estudo elucidaremos algumas características referentes à atuação desses comerciantes.

### **2.1.2. O PERFIL DOS AGENTES MERCANTIS EM CAMARGOS E MARIANA**

A montagem de um perfil sócio-econômico das pessoas envolvidas com o pequeno comércio passa inicialmente, a nosso ver, por duas variáveis: gênero e condição social. Isso se deve ao fato da significativa participação tanto de homens como mulheres provenientes dos três seguimentos sociais (livre, forros e escravos) na prática comercial.

E também a reduzida mobilidade social a que estavam sujeitas as pessoas de alguns seguimentos como: mulheres, forros e escravos na sociedade da América portuguesa. Por outro lado, é evidente, e algumas pesquisas apontam nesse sentido, que não havia um determinismo quanto ao destino dos grupos sociais citados, mesmo porque o comércio foi seguramente um grande aliado no sentido da busca da alforria e em alguns casos da formação de pequenas fortunas para essas pessoas. Segundo Sheila de Castro Faria, a atividade mercantil:

“Para negros, fossem forros ou livres, poderia representar, assim como para brancos, uma das opções mais acessíveis para a conquista de melhores condições de vida.”<sup>116</sup>

Os dados que seguem abaixo foram coletados nos livros de almotaçaria. Optamos por utilizar essa documentação e não os registros de coimas e fianças para tratar do perfil dos comerciantes por percebermos que as almotaçarias possuem uma gama maior de indivíduos, principalmente, as mulheres e forras.

### QUADRO 3

#### Sexo dos comerciantes almotaçados em Camargos (1718-1751)

	Freqüência	Percentual
Masculino	155	58,9
Feminino	108	41,1
Total	263	100,0

Fonte: AHCMM, Registro de almotaçaria, códigos 175, 195, 385, 514, 682 e 702.

### QUADRO 4

#### Sexo dos comerciantes almotaçados em Mariana (1718-1754)

	Freqüência	Percentual
Masculino	680	66,7
Feminino	340	33,3
Total	1020	100,0

Fonte: AHCMM, Registro de Almotaçaria, códigos: 175, 195, 385, 514, 682 e 702.

<sup>116</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. cit. p. 113.

Primeiramente o que nos chama a atenção é o número de 1283 comerciantes almotaçados nas duas localidades. Apesar de não termos dados demográficos para o período para que se possa medir o impacto do número de comerciantes no montante da população, esse número confirma o comércio enquanto importante atividade econômica frente à concorrência da mineração, mesmo porque, o período pesquisado é de intensa extração do ouro em Minas Gerais.

O comércio sempre esteve presente como atividade econômica básica, possibilitando a consolidação da sociedade mineradora, o que torna impossível naquele momento, de dissociá-la do mercado (...) a mineração (...) definiu a forma de povoamento e colonização, mas foi através da atividade agrícola e comercial que a sociedade mineira se consolidou (...)<sup>117</sup>

Comparando a participação de homens e mulheres no comércio entre as duas localidades, Camargos proporcionalmente possui um número maior de mulheres. Uma explicação para tal ocorrência estaria, no nosso entender, na maior ocupação dos homens em Camargos na produção de alimentos. Camargos é uma freguesia que têm uma importante produção para o abastecimento local, como pudemos vislumbrar em nosso estudo anterior em que encontramos 50 dízimistas no triênio 1751-1754, dos quais 34% possuem vínculo direto com o pequeno comércio local<sup>118</sup>.

As mulheres como podemos ver nos quadros 2 e 3 são bastante representativas. A participação da população feminina no comércio fora sempre uma realidade no mercado da América portuguesa e sobremaneira em Minas Gerais.

A sociedade brasileira colonial conviveu, assim, com uma dupla realidade: ao mesmo tempo que os valores patriarcais restringiam, ou procuravam restringir, o mundo feminino à reclusão doméstica, as mulheres, através das atividades

---

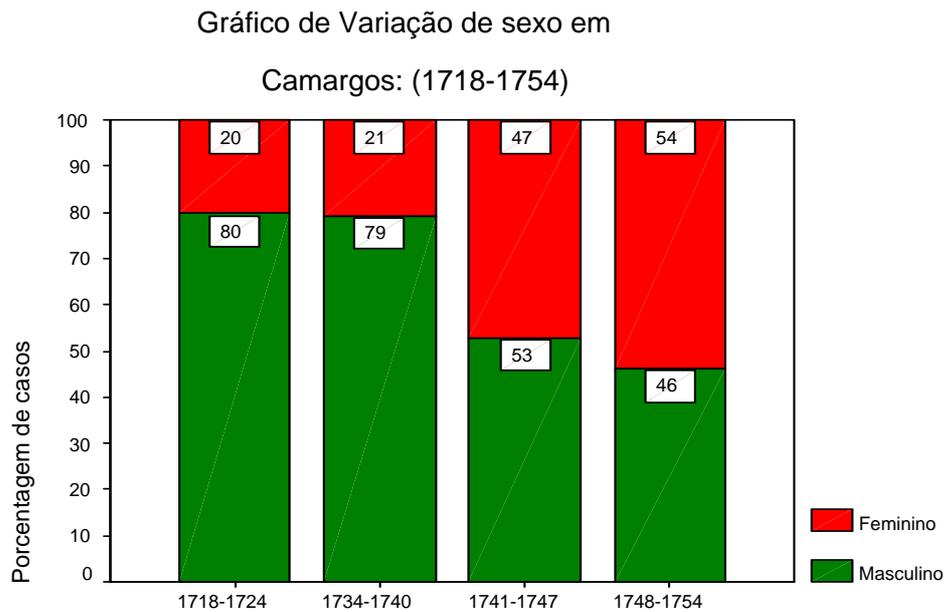
<sup>117</sup> CHAVES, Cláudia Maria das Graças. op. cit. p. 65.

<sup>118</sup> PUFF, Flávio Rocha. op. cit. 71.

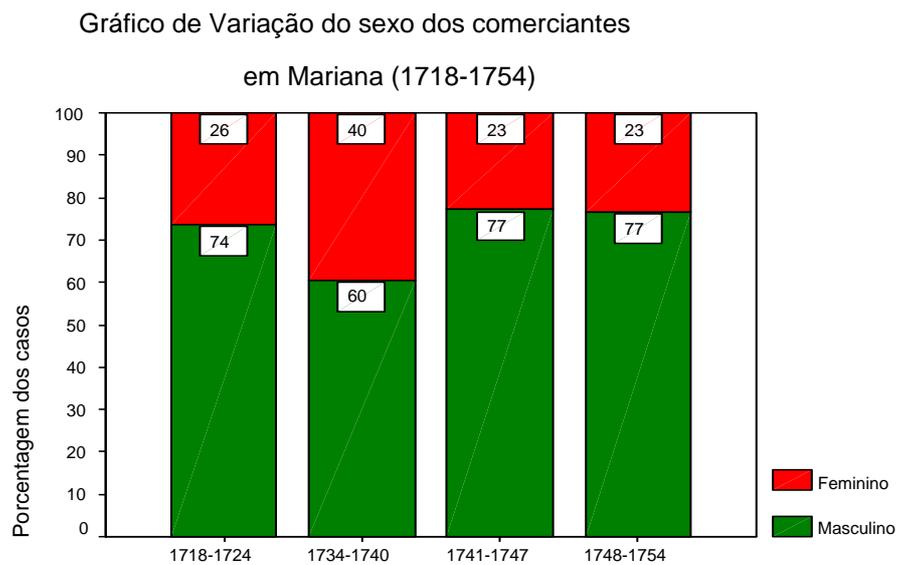
comerciais, conquistavam o espaço público, circulando livremente pelas ruas e caminhos.<sup>119</sup>

Abaixo podemos acompanhar a evolução da participação das mulheres ao longo do recorte temporal nas duas localidades.

### Gráfico 1



### Gráfico 2



<sup>119</sup> FURTADO, Júnia Ferreira & VENÂNCIO, Renato Pinto. op. cit. p. 108.

Na análise dos gráficos 1 e 2 é notória a diferença na variação da presença das mulheres nas duas localidades. Na freguesia de Camargos o aumento da participação da população feminina é percebida de forma gradativa. Inicialmente há uma estabilização nos dois primeiros recortes temporais, e uma tímida porcentagem em relação aos homens, todavia, segue uma trajetória de crescimento posterior a 1739 chegando a superá-los a na virada da primeira metade dos setecentos. Essa superação da mulher em números à frente da pequena atividade mercantil já na primeira década do século XVIII em Camargos é destoante em relação a estudos para outras localidades. Estudos como de Luciano Figueiredo demonstram o aumento da participação feminina no comércio só que apontando para a segunda metade dos setecentos no contexto da decadência.

Por outro lado, essa inversão, que possibilitava um substancial aumento do controle feminino sobre as vendas, certamente guarda relação com a crise e decadência da mineração em meados do século XVIII, pois, à medida que se reduziam os redimentos oriundos da atividade extrativa, agravava-se a incapacidade dos grandes proprietários em sustentar o ônus da reprodução da mão-de-obra escrava. Em decorrência a maciça alforria de escravos multiplicou a exploração aurífera com base na faiscagem individual e atraiu para esta atividade a população masculina que habitava as vilas a partir de então com suas atividades econômicas cada vez mais sujeitas ao controle feminino.<sup>120</sup>

Entretanto, para o caso de Camargos tal justificativa seria pouco aplicável, uma vez que, em 1740 a mineração está em um de seus picos. Concordamos com Figueiredo quanto à questão da transferência de mão-de-obra o que permitiria às mulheres ocuparem-se em atividades que seriam essencialmente masculinas, porém essa não seria a faiscagem pelo menos no caso de Camargos. Como dissemos anteriormente a freguesia possuía uma importante produção de gêneros agrícolas para o abastecimento interno. Daí ser essa atividade, basicamente masculina, a responsável pela alocação dessa população na freguesia.

---

<sup>120</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. op. cit. p.56.

Com relação à Mariana podemos dizer que a trajetória teve outra disposição, ou seja, as mulheres estiveram mais frequentes proporcionalmente a Camargos até o quadriênio 1734-1738, quando se interrompe o curso ascendente e elas perdem espaço para os homens nos anos subsequentes. Da mesma forma, que é surpreendente a significativa presença das mulheres já nas primeiras décadas do setecentos em Camargos, a queda da participação das mulheres ao longo da primeira metade do século XVIII em Mariana nos chama a atenção. Esses números evidenciam que o comércio varejista nessas duas localidades apresenta características distintas que passam até mesmo pelo perfil dos seus participantes.

Fatores internos ocorridos nestas localidades podem ter influenciado essa discrepância das tendências da participação da mulher no pequeno comércio. Em Mariana a maior importância que fora tomando o distrito ao longo da primeira metade com ampliação de suas funções administrativas como, por exemplo, a criação do Bispado atraiu seguramente a participação dos homens livres para um ramo que seguramente estava entre os mais lucrativos do meio urbano.

Dentro dessa perspectiva e completando a análise do comportamento das mulheres à frente do pequeno comércio nesses dois locais passemos para a abordagem da condição social dos comerciantes. Falamos isso porque como poderemos perceber nas tabelas e gráficos seguintes o sexo e a condição social dos comerciantes guardam relação muito estreitas. A explicação para a presença da mulher na prática diária da venda de produtos à população está ligada a sua condição social.

## Quadro 5

**Sexo e condição social dos comerciantes almotaçados em Camargos (1718-1754)**

	Sexo do comerciante						Total	
	Masculino			Feminino			Nº de comerciantes	Coluna %
	Nº de comerciantes	Coluna %	Linha %	Nº de comerciantes	Coluna %	Linha %		
Livre	144	92,9%	84,2%	27	25,7%	15,8%	171	65,8%
Forro	6	3,9%	12,5%	42	40,0%	87,5%	48	18,5%
Escravo	5	3,2%	12,2%	36	34,3%	87,8%	41	15,8%
Total	155	100,0%	59,6%	105	100,0%	40,4%	260	100,0%

Fonte: AHCMM, Registro de Almotaçaria, cod. 175, 195, 385, 514, 682 e 702.

(NC) – Número de comerciantes.

(PC) – Porcentagem da condição social por sexo dos comerciantes (a leitura deve ser feita verticalmente)

(PL) – Porcentagem de sexo por condição social dos comerciantes (a leitura deve ser feita horizontalmente)

## Quadro 6

### Sexo e condição social dos comerciantes almotaçados em Mariana (1718-1754)

	Sexo do comerciante						Total	
	Masculino			Feminino			Nº de comerciantes	Coluna %
	Nº de comerciantes	Coluna %	Linha %	Nº de comerciantes	Coluna %	Linha %		
Livre	656	96,5%	90,7%	67	19,7%	9,3%	723	70,9%
Forro	7	1,0%	6,2%	106	31,2%	93,8%	113	11,1%
Escravo	17	2,5%	9,2%	167	49,1%	90,8%	184	18,0%
Total	680	100,0%	66,7%	340	100,0%	33,3%	1020	100,0%

Fonte: AHCMM, Registro de Almotaçaria, cod. 175, 195, 385, 514, 682 e 702.

(NC) – Número de comerciantes.

(PC) – Porcentagem da condição social por sexo dos comerciantes (a leitura deve ser feita verticalmente)

(PL) – Porcentagem de sexo por condição social dos comerciantes (a leitura deve ser feita horizontalmente)

Fazendo uma análise detida nos quadros 5 e 6 vemos o predomínio da população livre, aqui representada por portugueses e seus descendentes. Por outro lado, encontramos uma expressiva participação dos seguimentos sociais mais pobres\_ forros e escravos. Camargos proporcionalmente possui um maior número desses elementos uma variação em torno de 5% a mais no montante geral. Entretanto, se focarmos a análise entre a proporção de forros e escravos temos uma discrepância. Enquanto, em Camargos a presença dos alforriados é mais expressiva, em Mariana os cativos chegam a quase 1/5 dos almotaçados contra 15,6% da freguesia. O que explicaria o aparecimento de um maior número de escravos em uma localidade e de forros em outra? Como dissemos anteriormente a relação entre gênero e condição está intimamente ligada uma a outra em se tratando do pequeno comércio. Dessa forma, ao respondermos a essa questão chegaremos a uma das chaves que explicam o crescimento da presença das mulheres no comércio de Camargos.

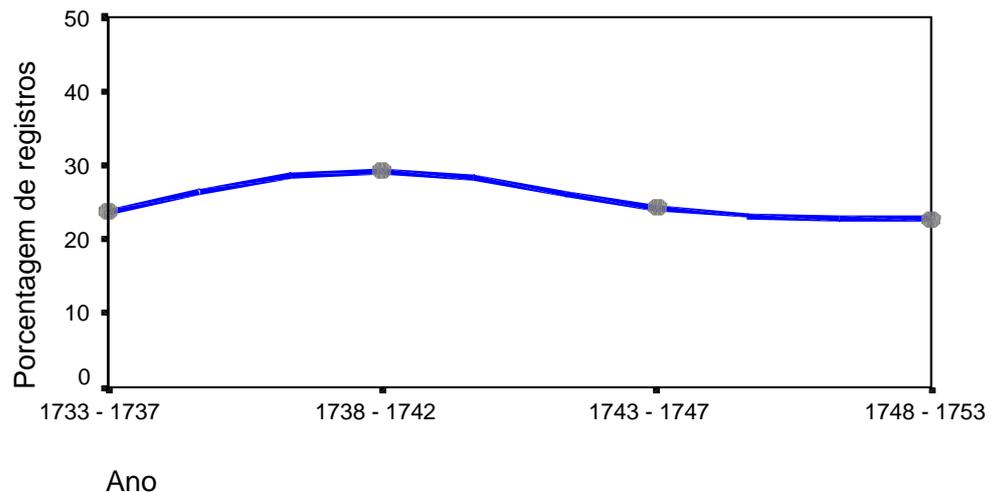
Primeiramente a freguesia possivelmente passou por um processo de aumento das alforrias no decorrer da primeira metade do século XVIII, motivado pela obtenção de pecúlio por meio de atividades desenvolvidas pelos alforriados em tempos de cativo. Isso porque não acreditamos que essas alforrias tenham acontecidas em decorrência do declínio econômico da freguesia. As referências que apontam decadência em Camargos aparecerem apenas a partir da segunda metade do século XVIII, quando há uma queda substancial na arrecadação de dízimos<sup>121</sup> e mesmo queda no número de comerciantes como podemos ver na tabela de registros de coimas e fianças.

---

<sup>121</sup> Camargos é uma das freguesias mineiras que experimentam um declínio de sua produção agrícola na segunda metade dos setecentos como demonstra Ângelo Carrara em sua tese. O dízimo da localidade cai de 2:167\$125 no triênio 1750-1753 para 987\$328,1 no triênio 1784-1786.

### Gráfico 3

Gráfico de variação dos registros de coimas e fianças em Bento Rodrigues e Camargos (1733-1753)



Fonte: AHCMM, Reg. de coimas e fianças cod. 133, 168, 172, 383, 570  
646, 648, 649, 652 e 664

Além disso, dentre as atividades desenvolvidas por esses escravos, a venda de mercadorias foi uma das que melhor possibilitou-lhes conseguir acumular o montante necessário para compra de sua alforria. As mulheres, ao dominarem esse tipo de comércio, viam facilitadas suas condições de acumular uma vez que possuíam relativa liberdade para andar pelas vias das vilas e freguesias mineiras.<sup>122</sup> Para confirmar essa nossa conclusão podemos identificar algumas escravas nos registros de almotaçaria que continuaram no ramo comercial depois do cativo, em uma clara evidência de que obtiveram a liberdade no comércio e continuaram atuando no mesmo<sup>123</sup>.

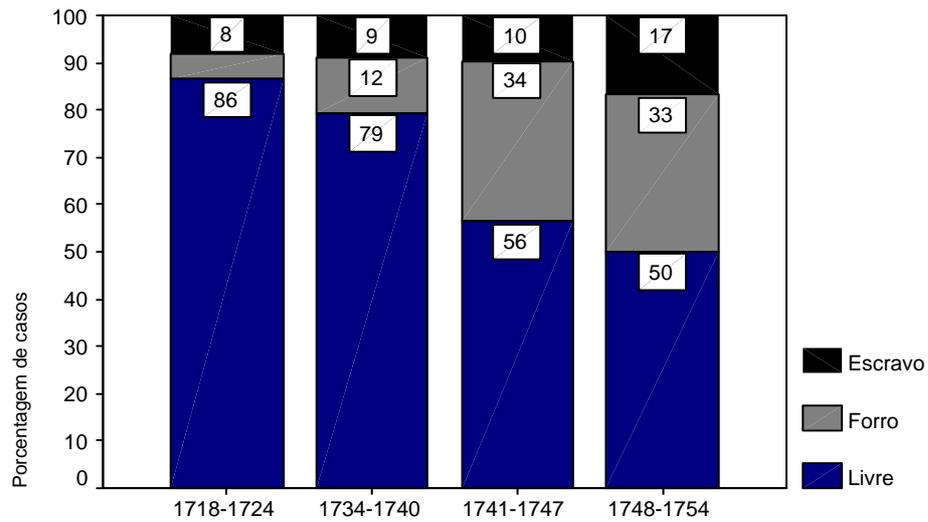
<sup>122</sup> ZEMELLA, Mafalda. op. cit. p. 179.

<sup>123</sup> Sobre essas forras faremos um estudo de caso no último capítulo dessa dissertação.

Continuando demonstrando a relação entre as duas variáveis, abaixo seguem os gráficos 4 e 5 que nos ajudaram nessa análise:

### Gráfico 4

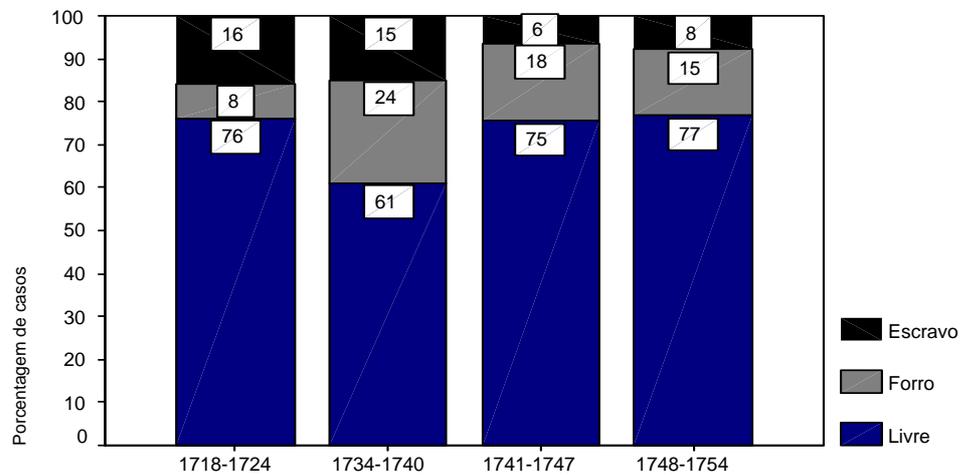
Gráfico de variação da condição social dos comerciantes em Camargos (1718-1754)



Fonte: AHCM, Registro de Almotacaria, cod. 175, 195, 385, 514, 682 e 70

### Gráfico 5

Gráfico de variação da condição social dos comerciantes em Mariana (1718-1754)



Fonte: AHCM, Registro de Almotacaria, cod. 175, 195, 385, 514, 682 e 702

Analisando os gráficos acima podemos perceber que há tendências variantes nas duas localidades quanto a participação de livres, forros e escravos. Os comerciantes livres em Camargos tendem ao longo da primeira metade do século XVIII a perder espaço para os demais seguimentos. Partem de uma presença de quase 90% e em meados do século representam apenas metade dos comerciantes almotaçados. Já em Mariana o predomínio do seguimento livre da população mantém-se estável, havendo uma queda significativa apenas na década de 1730. A explicação para essa diferença está ligada à natureza das atividades econômicas desenvolvidas no interior dessas localidades. Camargos volta-se cada vez mais a produção de alimentos e o comércio paralelamente perde espaço como pode ser visto no gráfico 3 pela queda no número de registros.

Quanto à participação forra nas duas localidades há uma disposição oposta. Enquanto em Camargos os membros desse seguimento aparecem em número reduzido, nas primeiras décadas dos setecentos, ao longo do século a participação quase triplica. O que não acontece em Mariana onde a participação forra sofre um processo inverso, ela tende a diminuir percentualmente em relação aos demais grupos sociais no decorrer da primeira metade do século XVIII. Embora não tenhamos dados mais detalhados que nos permita afirmá-lo, é muito provável que o aumento das alforrias seja um dos fatores explicativos para tal crescimento no número de forros registrando almotaçaria em Camargos.

Já a população escrava tem uma presença estável no montante dos registros de almotaçaria em Camargos havendo somente na metade dos setecentos um aumento mais expressivo. Em Mariana os escravos acompanham a tendência dos forros de perderem espaço para a população livre, porém a participação dos cativos no comércio é maior comparativamente à população forra, em relação a Camargos.

Voltando à análise dos quadros 5 e 6 concluímos que os homens que participavam desse comércio eram em quase sua totalidade livres, enquanto, eram poucos os forros e escravos do sexo masculino que atuaram nesse ramo de atividade. A isso se deve primeiramente a necessidade da mão-de-obra desses homens em outras frentes de trabalho como a mineração, ofícios mecânicos e a produção agropecuária. Raramente um senhor colocava um de seus cativos para atuarem na venda de guloseimas. Aliado a isso em Minas Gerais, como constata Eduardo França Paiva, o número de forros era um dos maiores da América portuguesa e dentro dessa população predominavam as mulheres<sup>124</sup>.

Em Camargos dos 263 escravos almotaçados apenas 5 eram homens, 3,2% do total de homens e menos de 2% do total de almotaçados. Em Mariana eles seguem pouco representativos na população masculina ocupando apenas 2,5% do total e o mesmo percentual no montante geral de almotaçados.

Como fica evidenciado por esses números, poucos foram os senhores que empregaram ou que permitiram a seus cativos do sexo masculino atuarem neste ramo. Tal situação acabou por impedir que esses homens, ao conseguirem se libertar do cativo, enveredassem pela atividade mercantil. Isso fica claro ao notarmos a pequena presença de homens forros a frente do pequeno comércio. Em Camargos o número de forros no comércio é semelhante ao de escravos, ou seja, acompanhando uma tendência de uma participação pouco significativa tanto entre os homens quanto no contexto geral do pequeno comércio. Em Mariana, diferentemente da freguesia comparada, o número de forros que aparecem nos registros de almotaçaria é ainda bem menor que o de escravos. Os 7 forros que aparecem formam 1,0% do percentual de homens e 0,7% do total de almotaçados. A explicação portanto mais plausível para tal ocorrência está na pouca familiaridade com o comércio desde o cativo que não é o caso das mulheres de cor.

---

<sup>124</sup> PAIVA, Eduardo França. Alforrias e discriminação social: séculos XVIII, XIX e XX. In: Revista de História (LPH), nº 6. Mariana: Ed. UFOP, 1996.

Antes da análise da participação das mulheres na pequena atividade mercantil, há que se fazer uma ressalva quanto a uma possível distorção dos números de comerciantes livres isso pode ter acontecido devido a ausência em alguns registros da condição social do almotaçado. Nesses casos consideramos como livres os registros em que não havia a referência, contudo não acreditamos que sejam muito expressivos os equívocos, afinal, como afirma Luciano Figueiredo, o pequeno comércio era:

“(...) atividade essencialmente feminina nas Minas Gerais durante o século XVIII \_ assim como em outras regiões coloniais da América Portuguesa (...) envolvendo mulheres pobres de variada cor e condição na função de vendeiras (executando transações em pequenos estabelecimentos fixos) ou na condição de ambulantes (...)”<sup>125</sup>

Diferentemente dos homens, a participação das mulheres respeita uma lógica inversa. Enquanto os homens livres dominam a pequena atividade mercantil seus pares femininos não exercem a mesma hegemonia, todavia, não chegam a ser inexpressíveis. Em Camargos e Mariana, por exemplo, elas são 1/4 e 1/5 respectivamente das mulheres arroladas nos registros de almotaçaria. A opção por essa atividade ocorria normalmente pela condição de extrema pobreza ou viuvez o que as levava a assumir os negócios de família. Outro fator está na experiência já trazida pelas portuguesas na atividade comercial em terras lusitanas:

Conforme as fontes nos informam, era legalmente assegurada a exclusividade feminina no comércio das praças e ruas (...) Durante o reinado de dom José I seriam ainda mais intensos os esforços no sentido de salvaguardar o caráter essencialmente feminino no comércio urbano (...) O enfático argumento para tal medida é esclarecedor, pois define estas atividades<sup>126</sup> “como exclusivamente destinadas para o exercício honesto e precisa sustentação de muitas mulheres pobres, naturais destes reinos, que se ajudavam a viver, e com efeito viviam desses pequenos tráficos, sem que homem algum se atrevessem a perturbá-las.”<sup>127</sup>

---

<sup>125</sup> FIGUEIREDO. Luciano Raposo de Almeida. op. cit. p. 33.

<sup>126</sup> Idem. op. cit. p. 37

<sup>127</sup> Lei de 19 de novembro de 1757, em coleção das leis, decretos e alvarás que compreende o Feliz Reinado (...) desde o ano de 1756 até o de 1758 (...), Lisboa, M. Rodrigues, 1761-62, t. 1, p. 257. APUD: FIGUEIREDO. Luciano Raposo de Almeida. op. cit p. 37

Mesmo assim, as mulheres forras e escravas estiveram em maior número que as livres. Nas localidades estudadas os dois seguimentos juntos formam 75% em Camargos e 80 % em Mariana do total de mulheres. Uma explicação plausível para esse evento está no baixo número de mulheres livres na primeira metade dos setecentos em Minas Gerais. O certo é que forras e escravas dominaram a prática do pequeno comércio em Camargos e Mariana. Todavia, o percentual de participação em cada seguimento nos dois locais teve comportamento distinto. Camargos apresentou um número de escravas menor proporcionalmente a Mariana. Em Mariana as escravas representavam quase a metade das mulheres almotaçadas (49,1%). A isso se deve as características específicas de cada lugar no que tange ao tamanho e a urbanização. Como apontado anteriormente, a venda de molhados se divide em duas formas de comercialização: uma que é a fixa e outra que é volante (no caso das escravas entende-se por negras de tabuleiro). Dessa forma, as negras de tabuleiro teriam maior espaço de mercado em locais predominantemente urbanos como se configura Mariana. Daí a opção dos proprietários de escravos marianenses em colocar suas cativas para venderem produtos pelas ruas da sede da Vila.

As forras, por outro lado, estão mais presentes em Camargos sendo 40% das mulheres almotaçadas enquanto em Mariana esse percentual é de 30%. A maior presença de forras em Camargos em detrimento da participação de escravas na mesma localidade, e a ocorrência inversa em Mariana leva-nos a pensar que há uma relação direta entre a prática comercial e as alforrias. Ou seja, para além da justificativa que demos anteriormente em que apontamos a questão das especificidades das localidades determinando a maior ou menor participação de escravos no comércio, os dados contidos nos quadros 5 e 6 reafirmam a idéia de que a atuação no comércio possibilitou a muitas das cativas obterem a sua liberdade.

(...) dadas as condições particulares da atividade mineratória, os escravos tiveram aí maiores oportunidades para exercer sua autonomia e resistir ao controle

senhorial. A dispersão espacial das lavras auríferas, a possibilidade de os trabalhadores se apropriarem de parte dos resultados da extração ou o próprio controle que detinham sobre o processo de trabalho (como no caso notório dos pretos-minas, reputados como grande mineradores no período) ampliaram sobremaneira a autonomia escrava. Por essas razões, os senhores recorreram com frequência a meios não coercitivos para garantir a regularidade da extração, o que, por sua vez, facilitou o acúmulo de numerário e a compra da alforria pelos cativos.<sup>128</sup>

A participação expressiva das forras no comércio explica-se pelos poucos recursos financeiros que eram exigidos para o ingressante na atividade mercantil de pequena monta. As mulheres recém alforriadas acabavam por ter restritas opções, dado o estado de pobreza o que as levava a escolher o comércio, de quitutes e bebidas, como opção para a sobrevivência no pós-cativeiro. Dessa forma, Mariana e Camargos são bons exemplos para demonstração do quão foram presentes as ex-cativas neste tipo de atividade<sup>129</sup>.

### **2.1.3 - O PERFIL DOS COMERCIANTES E AS MODALIDADES DE ATUAÇÃO NO PEQUENO COMÉRCIO**

Até aqui procuramos destacar as duas principais modalidades do pequeno comércio existentes em Mariana e na Freguesia de Camargos e o perfil das pessoas nele envolvidas. Agora, faz-se necessário a junção desses dois aspectos para entendermos quem atuava em qual ramo. Por exemplo, quão acessível estava um determinado ramo para uma forra? Pensamos já ter começado a responder essa questão ao falar da condição de pobreza em que se encontravam essas mulheres, mas abaixo veremos como isso aconteceu nas duas localidades estudadas.

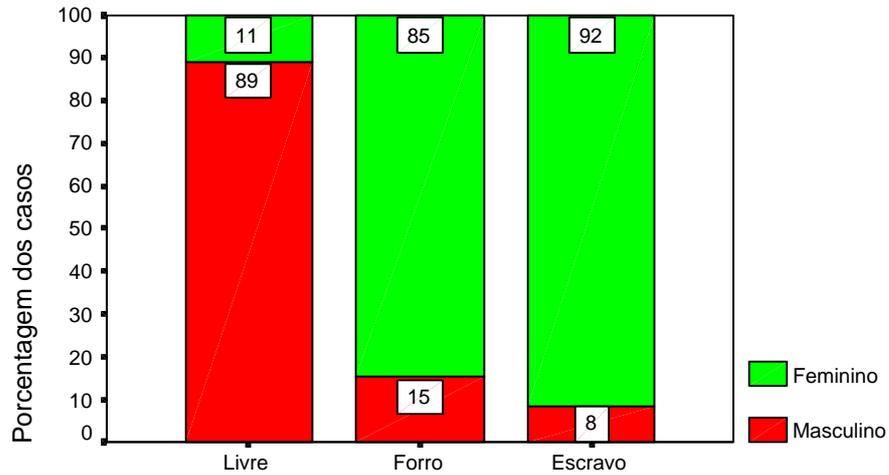
---

<sup>128</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. In: Novos Estudos CEBRAP. N° 74. São Paulo, 2006.

<sup>129</sup> Como dissemos anteriormente no quarto capítulo faremos uma análise mais detida sobre esse grupo do pequeno comércio.

## GRÁFICO 6

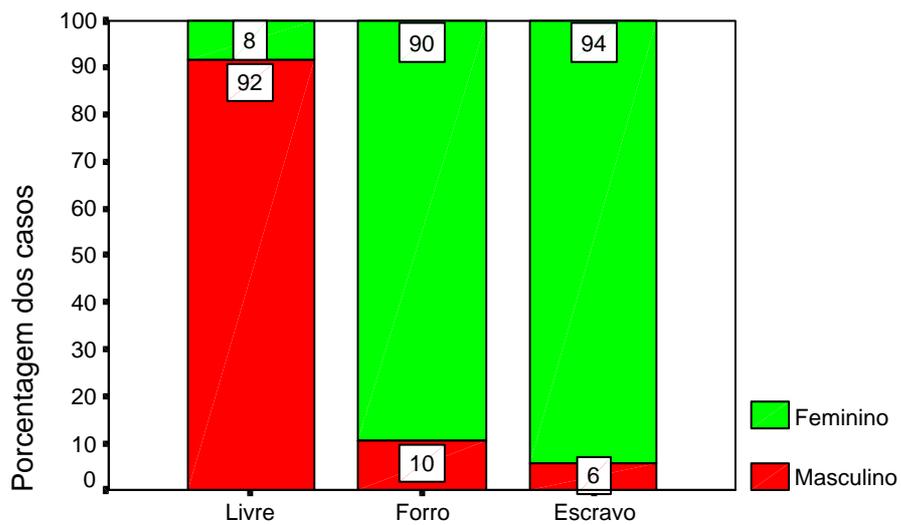
Sexo e condição social dos vendeiros de molhados  
em Mariana (1733-1753)



Fonte. AHCMM, Registro de Coimas e Fianças códigos: 123,133, 168, 172, 570, 646, 648, 649, 652, e 664.

## GRÁFICO 7

Sexo e condição social dos vendeiros de molhados  
em Camargos (1733-1753)



Fonte. AHCMM, Registro de Coimas e Fianças códigos: 123,133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652, e 664.

A análise dos gráficos 6 e 7 mostra que, a disposição das pessoas envolvidas com o comércio de molhados nas duas localidades tende a acompanhar a tendência geral do pequeno comércio. Ou seja, pequena participação das mulheres brancas e predomínio dos homens nesse seguimento. Quanto aos forros há uma maior participação das mulheres nas duas localidades, todavia, a participação delas é mais expressiva entre os vendeiros de Camargos. Os gráficos acima evidenciam o significativo predomínio da população feminina nesse ramo de comércio, mesmo entre a própria população liberta.

As vendas de molhados realizadas em estabelecimentos fixos ou volante (tabuleiros) estava no nível mais baixo do comércio varejista. A marca de seus agentes era a pobreza e a saída dessa condição era conquistada por poucas:

É por isso que podemos afirmar que as atividades econômicas femininas se concentravam nos níveis mais baixos da hierarquia social. Tal situação, sem dúvida, reduziu a possibilidade de mulheres ascenderem a grupos privilegiados.<sup>130</sup>

Quanto aos escravos representados nos gráficos 6 e 7, a presença de homens e mulheres tem uma proporcionalidade nas duas localidades. Os escravos, também conhecidos como escravos de ganho, eram usados por seus proprietários para a venda de doces, salgados e bebidas, em troca de jornais. Os homens tinham presença modesta, o que é comprovado pelos dados dos gráficos, não passando de 10% do total. Enquanto isso, a grande massa de atuantes no seguimento, as mulheres, eram representadas pelas negras de tabuleiro. As vendeiras, pela natureza de sua atuação foram duramente perseguidas pela sociedade e autoridades nas minas:

Congregando segmentos variados da população pobre ou dirigindo-se às áreas de mineração, onde se concentravam enormes contingentes de escravos, as vendeiras e negras de tabuleiro seriam constantemente acusadas de

---

<sup>130</sup> FURTADO, Júnia Ferreira & VENÂNCIO, Renato Pinto. op. cit. p. 106.

responsabilidade no desvio de jornais, contrabando de ouro e diamantes, prática de prostituição e ligação com os quilombos.<sup>131</sup>

Em outro grupo de comerciantes, temos os atuantes nas lojas de fazenda seca, estabelecimentos fixos, que se destacavam dos demais pela qualidade dos produtos que eram vendidos no seu interior e pela localização. Em Camargos como vimos no quadro 1 encontramos 32 donos desses estabelecimentos e em Mariana 88. Dentre as lojas da primeira localidade todos seus proprietários eram homens e livres. Já para sede da Vila encontramos apenas uma mulher à frente desse tipo de estabelecimento, Feliciano da Fonseca Barbosa. Esse quadro de quase monopólio por parte dos homens livres à frente desse tipo de estabelecimento não é específico das localidades estudadas, esse domínio aconteceu em toda a América portuguesa.<sup>132</sup>

Por fim, em relação às casas de corte de gado e loja de remédios de Camargos e Mariana, todos os 35 listados como proprietários desses tipos de estabelecimentos eram homens livres. Entendemos que este predomínio se explique pelo mesmo motivo das lojas de fazenda seca, ou seja, eram estabelecimentos que necessitavam de maiores investimentos o que impossibilitava a participação da grande parte dos pequenos agentes mercantis.

Em suma nesse capítulo procuramos enfatizar vários aspectos ligados à estrutura da composição do pequeno comércio estabelecido em Camargos e Mariana. A partir da identificação desses agentes mercantis, feita até aqui, poderemos nos capítulos subsequentes dar outros passos no sentido de entender o funcionamento do mercado mineiro varejista por meio do aprofundamento na análise da atuação desses homens e mulheres.

---

<sup>131</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. op. cit. p. 43.

<sup>132</sup> MOTT, Luís. Subsídios para a história do pequeno comércio no Brasil. Revista de História. São Paulo: 1976. p. 87.

### **CAPÍTULO 3 – A HIERARQUIA DO PEQUENO COMÉRCIO: ESTABILIDADE E DIVERSIFICAÇÃO**

Por que é certo que nunca houve um país, em qualquer época que fosse, onde os mercadores se encontrassem num único nível, iguais entre si e como intercambiáveis.<sup>133</sup>

Partindo das palavras de Fernand Braudel nesse capítulo pretendemos discutir um aspecto estrutural do mercado colonial que foi a desigualdade existente entre os agentes mercantis. O mercado colonial como Fragoso bem diz foi um grande reprodutor das desigualdades sociais no período:

(...) a dinâmica de funcionamento do mercado não-capitalista brasileiro conduzia os mais pobres homens livres ao investimento nas atividades de menor lucratividade, com que se perpetuava a pobreza e a reiteração temporal da altíssima diferenciação social \_ do poder enfim. A única possibilidade de reversão dessa tendência seria o acesso das menores fortunas a esfera mercantil, opção definitivamente vedada aos mais pobres.<sup>134</sup>

A esfera mercantil a qual o autor faz referência seria o comércio externo e o mercado de crédito, principais ramos da economia da América portuguesa.

A desigualdade existente entre os agentes mercantis pode ser vista de vários aspectos, como por exemplo: nível de riqueza, envolvimento com o mercado de crédito, tipo de mercadoria comercializada, entre outros. Em nosso estudo tomaremos três pontos em específico: a longevidade dos comerciantes à frente do pequeno comércio, a capacidade de diversificação dos mesmos em diferentes ramos econômicos e as diferentes modalidades econômicas que esses desenvolveram.

---

<sup>133</sup> BRAUDEL, Fernand. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 331.

<sup>134</sup> FLORENTINO, Manolo G. O arcaísmo com projeto: mercado atlântico e sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 c. 1840. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993. p. 184

### **3.1 – A ESTABILIDADE DOS COMERCIANTES EM MARIANA E CAMARGOS**

O tempo que um comerciante permanece com um estabelecimento em funcionamento diz muito da sua potencialidade, ou seja, se tal comerciante possuía ou acumulara recursos para superar momentos de crise e permanecer por mais tempo na praça. Dessa forma, entendemos que, os comerciantes objetos de nosso estudo \_\_ os donos de lojas, vendas e ambulantes \_\_ se diferenciavam hierarquicamente um dos outros quando permaneciam por mais ou menos tempo nessas modalidades de comércio. Por isso, justifica-se a estabilidade como um dos referenciais de hierarquização dos pequenos comerciantes.

Para efeito da medição da longevidade dos comerciantes agrupamos os registros de coimas em fianças em quatro grupos de freqüência. O primeiro é o dos comerciantes que aparecem apenas uma vez em toda série de registros; o segundo é o daqueles que aparecem de duas a cinco vezes apresentando fiador; o terceiro grupo é o dos agentes que aparecem entre seis e 10 vezes nos registros e por último o agrupamento dos comerciantes que aparecem mais de 11 vezes sendo afiançados.

Nos quadros 7 e 8 estão agrupados os registros de coimas e fianças de Camargos e Mariana respectivamente. Antes de analisarmos estes dados algumas ressalvas devem ser feitas: primeiro devemos salientar que o registro das lojas e vendas era feito anualmente. Assim sendo, os agrupamentos que fizemos respeitam a periodicidade correspondente a esse período. Outro ponto é com relação aos tipos de estabelecimentos que estão presentes nesta amostra. As coimas e fianças, como dissemos na introdução, açambarcavam além das lojas de fazenda seca e a venda de molhados, os oficiais mecânicos. Todavia para efeito desta análise os últimos foram retirados da montagem das tabelas, mesmo porque, possuem uma periodicidade diferente. Os registros dos ofícios mecânicos eram feitos semestralmente.

## QUADRO 7

### Frequência dos comerciantes nos registros de coimas e fianças de Camargos (1733-1753)

	Nº de comerciantes	Percentual	Percentual acumulado
1 vez	88	45,4	45,4
De 2 a 5 vezes	76	39,2	84,5
De 6 a 10 vezes	22	11,3	95,9
Mais de 11 vezes	8	4,1	100,0
Total	194	100,0	

Fonte: AHCMM: Registro de coimas e fianças. Cod. 123, 133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652 e 664.

## QUADRO 8

### Frequência dos comerciantes nos registros de coimas e fianças de Mariana (1733-1753)

	Nº de comerciantes	Percentual	Percentual acumulado
1 vez	307	51,2	51,2
De 2 a 5 vezes	213	35,5	86,7
De 6 a 10 vezes	62	10,3	97,0
Mais de 11 vezes	18	3,0	100,0
Total	600	100,0	

Fonte: AHCMM: Registro de coimas e fianças. Cod. 123, 133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652 e 664.

Analisando os quadros acima o auto percentual de pessoas que parecem apenas 1 vez é o que chama mais atenção nas duas localidades. Aproximadamente metade daqueles que se aventuraram na atividade mercantil de pequena monta não passaram do primeiro ano com o

estabelecimento em funcionamento. Um índice que indica uma alta instabilidade para esse ramo de atividade econômica. Outros estudos apontam essa tendência só que para outras modalidades de comércio, sobretudo, aqueles que movimentavam maior quantidade de mercadorias. Esperava-se que, por se tratar de uma atividade que é desenvolvida em estabelecimentos fixos esse percentual de volubilidade fosse menor. Como explicar tal fenômeno?

Em se tratando do comércio de grosso trato o caráter especulativo dos agentes é a explicação mais aceita para entender tal fenômeno. Para Antonio Carlos Jucá de Sampaio tal característica estava na estrutura do comércio colonial, devido à intensa participação de agentes detentores de pequeno capital mercantil.

O pequeno comerciante, sem condições para uma presença permanente nas grandes rotas comerciais, buscava lucrar através da participação nos negócios mercantis que apresentassem maior lucratividade (ou maior expectativa desta) em cada momento.<sup>135</sup>

Vale ressaltar que os pequenos comerciantes a que Sampaio faz referência possuem um capital que os permitia se aventurarem em diferentes ramos, que não é o caso, por exemplo, de um dono de venda. Dessa maneira, entendemos que a especulação pode ser sim uma das explicações para o grande número de pessoas que não passaram de um ano à frente do comércio em Mariana e Camargos, porém ela sozinha não responde à questão.

Credito esse percentual elevado de instabilidade também à pobreza que assolava a maior parte das pessoas envolvidas com o comércio varejista. Como pudemos observar no capítulo anterior a presença de forros era muito grande, população em sua maioria pobre<sup>136</sup>. O

---

<sup>135</sup> SAMPAIO, A. C. Jucá de. Na curva do tempo, na encruzilhada da História: Hierarquização social e estratégia de classe na produção de exclusão (Rio de Janeiro, c.1650-c.1750 ). Niterói, UFF, 2000. (tese de doutorado). p. 251.

<sup>136</sup> Ver citação 18 do Capítulo II

comércio se apresentava como um das poucas alternativas para se livrarem dessa condição, todavia, a falta de recursos minava com essa possibilidade.

Nos quadros 9 e 10 abaixo podemos observar outros dados que nos ajudarão no melhor entendimento da questão.

### QUADRO 9

**Relação entre frequência e condição social dos comerciantes de Camargos (1733-1753)**

	Condição social dos comerciantes					
	Livre		Forro		Escravo	
	Nº de comerciantes	%	Nº de comerciantes	%	Nº de comerciantes	%
1 vez	72	49,7%	9	31,0%	7	35,0%
De 2 a 5 vezes	49	33,8%	14	48,3%	13	65,0%
De 6 a 10 vezes	16	11,0%	6	20,7%		
Mais de 11 vezes	8	5,5%				

Fonte: AHCMM: Registro de coimas e fianças. Cod. 123, 133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652 e 664.

### QUADRO 10

**Relação entre frequência e condição social dos comerciantes de Mariana (1733-1753)**

	Condição social dos comerciantes					
	Livre		Forro		Escravo	
	Nº de comerciantes	%	Nº de comerciantes	%	Nº de comerciantes	%
1 vez	221	47,8%	37	50,7%	49	75,4%
De 2 a 5 vezes	170	36,8%	29	39,7%	14	21,5%
De 6 a 10 vezes	54	11,7%	6	8,2%	2	3,1%
Mais de 11 vezes	17	3,7%	1	1,4%		

Fonte: AHCMM: Registro de coimas e fianças. Cod. 123, 133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652 e 664.

Nos quadros acima a estabilidade entre os livres tem percentuais bem próximos nas duas localidades. O abandono da atividade comercial de pequena monta já no primeiro ano, entre esse grupo social, é alto, tanto em Camargos quanto em Mariana. Aproximadamente 50% em média abandonavam a carreira no comércio varejista logo no primeiro ano de atividade. Nesses casos o caráter especulativo talvez seja a melhor explicação.

Todavia, quando analisamos os forros e escravos é notória as diferenças da participação desses dois seguimentos em Camargos e Mariana. Os forros de Camargos apresentam um percentual de constância à frente da atividade mercantil bem maior que os de

Mariana. Enquanto em Mariana metade dos ex-cativos abandona a venda de mercadorias depois do primeiro registro, em Camargos apenas 1/3 o fazem. Na faixa de frequência intermediária (De 2 a 5 vezes) os forros de Camargos são mais estáveis ainda, quase metade deles aparecem registrando seus fiadores.. No terceiro grupo de frequência, ou seja, comerciantes que ficaram entre 6 a 10 anos na praça de comércio local, 1/5 dos forros permaneceram. Índice também maior que os livres da freguesia envolvidos no ramo comercial. A conclusão que se chega é a de que os forros de Camargos são muito mais estáveis na prática mercantil de pequena monta que seus pares marianenses. A explicação para tal estabilidade de ex-cativos em uma localidade e instabilidade em outra está ligada ao nosso entender a dois fatores: primeiro, que Mariana mostrou um mercado mais restrito para a população forra, tal restrição advém da concorrência, e da falta de condições financeiras de muitos para se manter nesta disputa; o segundo aspecto está ligado a uma estratégia de ação mais eficaz dos forros de Camargos para driblar tais restrições. Os pequenos comerciantes da freguesia ao que nos parecem optaram pela perseverança diante das dificuldades apresentadas pela estrutura do mercado local. Com isso muitos permaneciam por mais tempo na praça de comércio.

Os índices de estabilidade dos escravos são seguramente mais baixos, sobretudo em relação aos forros, mais de 90% deles não passam dos dois primeiros grupos de frequência. Entre os escravos também é nítida a disparidade entre os índices de constância nas duas localidades. A diferença é de mais de 100% entre aqueles que não passaram de um ano atuando no comércio varejista de uma localidade para outra. Enquanto em Camargos 1/3 permaneceram por mais de uma temporada no comércio, em Mariana 2/3 da escravaria aparece apenas uma vez nos registros de fianças.

No caso dos escravos comerciantes a explicação para a instabilidade está no caráter especulativo da sua atuação, pois o escravo estava sujeito às estratégias de seus senhores. Isto

é, o escravo era posto para vender mercadorias pelo seu senhor e esse, vendo que os lucros recebidos não estavam correspondendo ao desejado dirigia o cativo para outra atividade. Dessa forma, a maior instabilidade apresentada pelos escravos de Mariana explica-se pela maior oferta de serviços neste núcleo urbano, o qual possibilitava ao senhor transferir seu cativo para ramos econômicos distintos assim que achasse uma oportunidade de auferir maiores lucros com seu cativo.

Complementando a análise da estabilidade entre os pequenos comerciantes a partir de sua condição, passemos agora ao estudo por gênero. Analisando os níveis de estabilidade entre homens e mulheres em Camargos e Mariana deparamos com dados também interessantes como podemos ver nas tabelas que se seguem.

## QUADRO 11

**Relação entre freqüência e sexo dos comerciantes de Camargos (1733-1753)**

	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	Nº de comerciantes	%	Nº de comerciantes	%
1 vez	68	47,9%	20	38,5%
De 2 a 5 vezes	49	34,5%	27	51,9%
De 6 a 10 vezes	17	12,0%	5	9,6%
Mais de 11 vezes	8	5,6%		
Total	142	100,0%	52	100,0%

Fonte: AHCMM: Registro de coimas e fianças. Cod. 123, 133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652 e 664.

## QUADRO 12

### Relação entre frequência e sexo dos comerciantes de Mariana (1733-1753)

	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	Nº de comerciantes	%	Nº de comerciantes	%
1 vez	214	46,7%	93	65,5%
De 2 a 5 vezes	173	37,8%	40	28,2%
De 6 a 10 vezes	54	11,8%	8	5,6%
Mais de 11 vezes	17	3,7%	1	,7%
Total	458	100,0%	142	100,0%

Fonte: AHCMM: Registro de coimas e fianças. Cod. 123, 133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652 e 664.

Para a análise dos quadros acima se faz necessário a retomada dos dados apresentados no capítulo anterior referentes ao perfil do pequeno comerciante. Como abordado anteriormente os comerciantes livres eram em quase sua totalidade homens, enquanto as mulheres eram forras e escravas. Essas informações contribuem para ratificar as justificativas para o grau de estabilidade apresentado anteriormente e trás também outras questões para o entendimento da dinâmica da atividade mercantil de pequena monta.

Dessa forma, como era de se esperar os homens envolvidos com a prática comercial em Camargos e Mariana apresentam níveis de permanência bem próximos nas duas localidades. Nas duas localidades os índices acompanham a tendência apresentada entre a população livre, ou seja, um índice de instabilidade alto no primeiro ano, fruto do caráter especulativo, mas uma maior estabilidade nas faixas de frequência seguintes, sobretudo entre aqueles que permanecem por mais tempo atuantes no pequeno comércio.

Já as mulheres demonstram um comportamento bem distinto nas localidades estudadas. Enquanto, em Camargos os índices de estabilidade nos primeiros anos de atividade no pequeno comércio apresentados pelas comerciantes femininas são melhores que o da população masculina, já em Mariana a inconstância das mulheres é elevadíssima, por volta de 2/3 delas não passam do primeiro ano como comerciantes.

A explicação para a maior estabilidade das mulheres de Camargos a frente do comércio está nas limitações presentes em um mercado de uma freguesia em relação a sede do Termo. Mariana ao mesmo tempo em que se apresentava como uma localidade que deixava as vendeiras vulneráveis devido à concorrência, por outro lado, era um lugar de maior oferta de serviços. Enquanto que em Camargos, o comércio de mercadorias era uma das poucas oportunidades de inserção dessas mulheres na vida econômica local, em Mariana essas mulheres poderiam desenvolver outras habilidades. Não tendo outra atividade a desenvolver, as forras de Camargos persistiam na tentativa de permanecer na venda de molhados. O que parece, como mostra os quadros 11 e 12 foi a estratégia mais acertada.

Não podemos esquecer também que a elevada instabilidade das mulheres no comércio decorre também da presença de escravas, as quais tem um comportamento diferente das demais, isso devido ao que fora dito anteriormente, essas estavam sujeitas à especulação dos seus proprietários.

Finalizando a discussão acerca do tema da estabilidade, os quadros 13 e 14, apresentam a estabilidade nos dois principais ramos do pequeno comércio, as lojas de fazenda seca e as vendas de molhados.

### QUADRO 13

#### Estabilidade dos vendeiros de molhados de Mariana e Camargos (1733-1753)

Frequência	Mariana	%	Camargos	%
1 vez	172	51,0%	44	37,6%
De 2 a 5 vezes	118	35,0%	47	40,2%
De 6 a 10 vezes	36	10,7%	18	15,4%
Mais de 11 vezes	11	3,3%	8	6,8%
Total	337	100%	117	100%

Fonte: AHCMM, Registro de Coimas e Fianças códigos: 123,133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652, e 664.

## QUADRO 14

### Estabilidade dos lojistas de fazenda seca de Mariana e Camargos (1733-1753)

Freqüência	Mariana	%	Camargos	%
1 vez	21	23,9%	6	18,8%
De 2 a 5 vezes	37	42,0%	12	37,5%
De 6 a 10 vezes	23	26,1%	10	32,2%
Mais de 11 vezes	7	8,0%	4	12,5%
Total	88	100%	32	100%

Fonte. AHCMM, Registro de Coimas e Fianças códigos: 123,133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652, e 664.

As lojas, como podemos ver nas tabelas acima apresentam índices de estabilidade mais elevados para o período estudado, tanto em Camargos como em Mariana, apesar dos lojistas da primeira localidade serem um pouco mais estáveis. A explicação para tal fato está a nosso ver ligada a uma série de fatores. Entre eles está em primeiro lugar a natureza da própria atividade, ou seja, a loja é um estabelecimento fixo o que já denota estabilidade, que não é o caso das vendas de molhados que na maioria dos casos é feita de forma volante. Em segundo lugar, pelas características dos donos desse tipo de estabelecimento, normalmente de origem portuguesa, mais abastados, tinham maior capacidade de investimento em estoques de mercadorias e de diversificação em outras atividades.

Nas Minas setecentistas, havia uma predominância de portugueses no trato mercantil, tendência que permanecerá até meados do século XIX. Como os portugueses dominavam o comércio fixo de lojas e por grosso, isso indicava que as fatias mais lucrativas dos negócios estavam nas suas mãos (...)<sup>137</sup>

A capacidade de diversificação é um importante fator para manutenção de um comerciante na praça. Quando a loja ou a venda passava por períodos de baixos rendimentos

---

<sup>137</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 237.

os lucros de outras atividades desenvolvidas concomitantemente, como a mineração, produção agro-pastoril, entre outros compensava os prejuízos.

O que não acontecia com os vendeiros. Para estes os reduzidos lucros provenientes da venda a retalho de molhados também definia a sua reduzida capacidade de investimento em diferentes ramos e logo de acumularem capital para momentos de crise. Dessa forma, um período inicial de baixas vendas condenava os mesmos a abandonarem definitivamente a praça de comércio. Tal ocorrência fica muito clara para o caso dos vendeiros de Mariana como podemos ver no quadro 13 onde mais da metade desaparecem dos registros de coimas e fianças de um ano para o outro.

Enfim a praça de comércio de Mariana apresentou-se como mais instável para os pequenos comerciantes, sobretudo, para aqueles de origem mais pobre. Mulheres, forros e vendeiros sofreram para permanecer em tal praça dada as suas limitações financeiras. O mercado colonial mostrava-se cruel para aqueles que tinham poucos recursos. A permanência no pequeno comércio como em qualquer outro ramo de atividade mercantil esteve quase sempre ligada a capacidade de diversificação do comerciante.

### **3.2 – A DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES DOS COMERCIANTES EM CAMARGOS E MARIANA (1718-1755)**

Seguindo com a construção do perfil do pequeno comerciante enfatizaremos a partir de agora, a forma de atuação destes, em diferentes ramos das atividades econômicas. Tal diversidade, como destacamos anteriormente, foi um meio muito utilizado pelos comerciantes coloniais para se perpetuarem. Isso acontecia principalmente devido à restrição de oportunidades que oferecia o mercado colonial, fazendo com que o agente comercial procurasse aplicar seu capital de forma diversificada reduzindo assim o risco de falir<sup>138</sup>.

Contrariando Braudel que afirma:

---

<sup>138</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.. p.326.

São os ofícios, os lojistas e mesmo os vendedores ambulantes que se especializam, são o alto da pirâmide (...) o comerciante de grande envergadura nunca se limita, por assim dizer, a uma atividade única.<sup>139</sup>

Trabalharemos nesse tópico com a idéia de que tal estratégia de ação não foi exclusividade apenas dos comerciantes mais abastados. Ou seja, uma parcela dos comerciantes da base tiveram também como estratégia à diversificação. Esses agentes devido à situação financeira desfavorável, em relação aos grandes homens de negócio, diversificavam em uma escala menor, normalmente em ramos bem próximos a sua principal atividade, por exemplo, os donos de loja de fazenda seca que atuavam no ramo de venda de molhados.

A partir da análise e cruzamento dos dados de nossas fontes podemos notar que donos de vendas de molhados e lojas de fazendas secas de Camargos e Mariana tiveram uma atuação bem variada. Através dos registros de almotaxaria, coimas e fianças e dos dízimos, podemos identificar quatro áreas de ação dos agentes comerciais dessa localidade: a venda de molhados, a loja de fazenda seca, os ofícios mecânicos e a produção rural. Nesta exposição vamos dividir estes comerciantes em cinco grupos: os primeiros são os comerciantes que são donos de vendas de molhados e loja de fazenda seca ao mesmo tempo; o segundo são dos oficiais mecânicos que são donos de lojas ou vendas de molhados; o terceiro dos produtores rurais que também atuam nas vendas de molhados; o quarto são os comerciantes atuam em um mesmo ramo só que possuindo mais de um estabelecimento e, por fim, os que exerceram mais de duas atividades econômicas simultaneamente.

Analisando o primeiro grupo pelos registros de coimas e fianças, há uma tendência de diferenciação do tipo de mercadorias comercializadas, molhados e secos como tratamos anteriormente<sup>140</sup>. Com isso, as pessoas que optassem pela venda dos dois tipos de mercadorias necessariamente deveriam abrir dois estabelecimentos distintos. Assim sendo, a seguir temos no quadro 15 a lista de nomes de comerciantes que ilustram a quantidade de pessoas que

---

<sup>139</sup> BRAUDEL, Fernand. *Os jogos das trocas: civilização matéria, e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins

<sup>140</sup> Ver no capítulo II o tópico 2.1.2.

aparecem como proprietárias de venda de molhados e loja de fazenda seca ao mesmo tempo nas duas localidades.

### QUADRO 15

#### Comerciantes proprietários de lojas de fazendas secas e vendas de molhados em Camargos e Mariana (1733-1753)

Camargos	Mariana
Ambrózio Monteiro da Fonseca	Antonio Gonçalves de Aguiar
Antônio da Rocha Correia	Antonio Ferreira de Azevedo
Antônio Dias de Meireles	Domingos José de Oliveira
Antônio Francisco de Almeida	Feliciano da Fonseca Barbosa
Antônio Vicente de Almeida	Felipe da Costa Chaves
Bernardo Gonçalves de Almeida	Henrique Rodrigues de Souza
Francisco Moreira da Costa	José Machado Lousada
Gabriel de Souza Brito	José Pereira da Costa
João Ferreira Braga	Manuel Cardoso de Matos
João Vieira Lima	
José do Couto Cruz	
José do Vale Cunha	
José Mendes Viana	
Manoel da Costa Gião	
Manoel Moreira da Costa	
Manoel Pereira Braga	
Manoel Ribeiro de São Francisco	
Sebastião Barbosa da Cunha	

FONTE: AHCMM, Registro de coimas e fianças, códigos 133, 168, 172, 383, 646, 648, 649, 652 e 664

Temos, portanto, em Camargos 18 comerciantes que se dedicavam simultaneamente ao duplo comércio e em Mariana apenas 9. Comparando este número com o total de agentes comerciais identificados nos registros de coimas e fianças (175), chegamos a aproximadamente 10% de indivíduos que buscaram diversificar suas atividades comercializando secos e molhados em Camargos, enquanto em Mariana apenas 1,5% fizeram essa opção. Esse número demonstra que ter dois estabelecimentos funcionando ao mesmo tempo era algo corrente na praça de Camargos. Já em Mariana os donos de lojas não se aventuravam nos estabelecimentos de molhados com tanta frequência. Um motivo para tal fato está na concorrência das forras e escravas do mercado marianense, a qual diminuía o lucro e afugentava os investidores lojistas desse comércio.

Para manterem os dois comércios funcionando ao mesmo tempo, esses comerciantes colocavam pessoas de sua confiança (como parentes próximos, escravos, etc), à frente dos de menor porte, enquanto se dedicavam com maior ímpeto no mais rendoso, aqui a loja de fazenda seca. No caso de Camargos, devido a suas reduzidas extensões territoriais, esse controle devia ser feito bem de perto pelos donos dos estabelecimentos. Vale ressaltar que em alguns casos listados acima, a venda de molhados também é feita de forma volante por uma escrava de ganho (negra de tabuleiro)<sup>141</sup>.

Um outro grupo de comerciantes que atuava de maneira diversificada eram os oficiais mecânicos. O ramo comercial para estes apresentava-se como mais um recurso de acumulação de riqueza, ou seja, o ofício era sua principal ocupação sendo as demais atividades complementares<sup>142</sup>. A pequena atividade comercial dos artesãos muitas vezes acontecia no próprio ambiente de confecção de suas peças, como são os casos dos alfaiates e sapateiros. Os

---

<sup>141</sup> REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG. 1989. p. 78.

<sup>142</sup> BARRETO, Daniela Santos. *A qualidade do artesão: contribuição ao estudo da estrutura social e mercado interno na cidade do Rio de Janeiro, c.1690-c. 1750*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2002, p. 106.

alfaiates e sapateiros donos de lojas de fazenda seca, além de confeccionarem as roupas e sapatos sob encomenda, vendiam também em seus estabelecimentos roupas prontas, tecidos e materiais de armarinho em geral.

Os artesãos, desse modo, puderam escolher, num dado conjunto de alternativas, entre aquelas opções de emprego de mão de obra e capital que facultavam a utilização das próprias capacidades profissionais, elegendo como raio de ação, por vezes, os círculos de acumulação afim.<sup>143</sup>

Nos registros de coimas e fianças de Camargos encontramos apenas os alfaiates enquadrados nessa perspectiva de ação do oficial mecânico, resultando num total de 11 oficiais donos de lojas de fazenda seca. Em Mariana outros oficiais mecânicos aparecem como proprietários desse tipo de estabelecimento apesar da significativa presença dos alfaiates, são 33 alfaiates, 1 sapateiro e 1 carpinteiro.

Por outro lado, temos nos mesmos registros vendas de molhados sob propriedade de artesãos. Porém essas casas de comércio estão disseminadas em mais seguimentos de oficiais como podemos ver no quadro 16.

#### QUADRO 16

##### Oficiais donos de venda de molhados em Camargos e Mariana (1733-1753)

Camargos			Mariana		
Ofício	Frequência	%	Ofício	Frequência	%
Alfaiate	9	60,0%	Alfaiate	6	46,1%
Ferrador	4	29,6%	Sapateiro	4	30,8%
Sapateiro	2	13,3%	Carpinteiro	1	7,7%
Total	15	100%	Seleiro	2	15,4
			Total	13	100%

FONTE: AHCMM, Registro de coimas e fianças, códices 133, 168, 172, 383, 646, 648, 649, 652 e 664

<sup>143</sup> *Ibidem.* p. 106.

Os alfaiates mais uma vez destacam-se, mostrando uma estratégia deste grupo de profissionais quanto à diversidade de atividades. A participação na venda de molhados, ramo distante do ofício que exerciam, ilustra bem o quanto esse grupo de oficiais diversificava suas atividades.

Dos 101 alfaiates que encontramos na documentação 42 (41%), ou são donos de venda de molhados ou de loja de fazenda seca. Os sapateiros, seguido dos ferradores e seleiros, também aparecem com destaque entre os oficiais comerciantes. Os demais oficiais mecânicos presentes nos registros de coimas e fianças caracterizavam-se por uma ação mais conservadora ou com menor capacidade de acumulação. Ação essa que predominou em boa parte dos artesãos de Camargos e Mariana.

Os produtores rurais ligados à atividade comercial formam o terceiro conjunto de comerciantes coloniais que enfatizamos em nossa pesquisa. Essas duas atividades foram desde os primórdios da ocupação mineira interligadas.

A mineração definiu a forma de povoamento e colonização criando espaços desde o início para um grande fluxo de mercadores em Minas. Estes mercadores, por sua vez, criaram rapidamente condições para o abastecimento do comércio fixo, dada sua vinculação com a produção agrícola<sup>144</sup>.

A forte ligação que se deu em Minas Gerais entre a produção rural e o pequeno comércio local esteve relacionada à necessidade dos agricultores em mercantilizarem suas produções ou parte delas. Dessa forma, em Camargos encontramos na lista dos dizimistas no triênio 1751-1754, 17 (34%) produtores rurais dos 50 presentes, aparecendo nos registros de almotaçaria e nas coimas e fianças, como comerciantes. Esses agentes eram, na maioria, donos de venda de molhados e usavam este espaço provavelmente para negociarem suas produções. Aqui, mais uma vez, temos a presença do escravo auxiliando esses indivíduos na

---

<sup>144</sup> CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores da Minas setecentista*. São Paulo: Annablume, 1999. p. 40.

comercialização dos produtos, seja na venda fixa ou volante de mercadorias produzidas nas suas roças. Como exemplos destes comerciantes proprietários rurais podemos citar Amaro Pires, José do Rego Nunes e Manoel de Meireles, Alferes Bernardo Gonçalves Chaves, Francisco Teixeira Braga<sup>145</sup>.

O vínculo com a terra, marca dos pequenos comerciantes de Camargos e Mariana, vai para além da questão da diversidade de atividades e pode estar inserido no contexto dos valores da sociedade do Antigo Regime. Valores esses que colocava as pessoas envolvidas nas atividades mercantis em situação de inferioridade e as ligadas ao campo com maior status.<sup>146</sup> Dessa forma o comércio funcionaria como uma passagem que permitiria o acesso ao topo da sociedade.

(...) o comércio era, antes de mais nada, o meio por excelência para a ascensão social. Atraía preferencialmente imigrados portugueses pobres que, uma vez instalados no topo da sociedade colonial abandonavam a atividade mercantil ou, no mínimo, direcionava seus filhos para outras atividades.<sup>147</sup>

Sabemos que é precipitado pensar que o ideal aristocrático fazia parte da mentalidade dos comerciantes da base do comércio em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Todos os estudos que trataram do tema até hoje apontam essas características para os grandes homens de negócio, mas a partir da análise de alguns inventários de indivíduos que aparecem nos registros de coimas e fianças e de almotaxaria como comerciantes varejistas temos fortes indícios de que tal procedimento acontecia também entre os pequenos comerciantes. Dos 13 inventários analisados apenas dois apresentam indícios de que os inventariados tenham falecido atuando no comércio. São os casos de Paulo Carneiro Pereira<sup>148</sup> e Inácia de Araújo Costa, respectivamente donos de casas de corte de gado. Paulo aparece como proprietário de casa de corte de gado, contrariando a estratégia do seu grupo, possuía apenas um

---

<sup>145</sup> Fontes: AHCMM, Registro de coimas e fianças e Registro de Almotaxaria. APM. Lista dos dizimistas.

<sup>146</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 180.

<sup>147</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Op. Cit. p. 28

<sup>148</sup> Inventário de Paulo Carneiro Pereira – e sua mulher, 1792. Cartório do 2º Ofício, Caixa 119, Autos 2383. Casa Setecentista de Mariana.

estabelecimento. Tal comerciante parece não ter finalizado sua carreira como dono de casa de corte de gado exitosamente, pois além do modesto monte-mor de 737\$685, consta no seu inventário a cobrança de aluguéis atrasados a Manuel Dias de Souza e esposa. Inácia era forra e além da casa de corte de gado era proprietária de terras. Sobre essa comerciante trataremos no último por capítulo por se tratar de um interessante exemplo de ex-cativa que obteve sucesso na atividade mercantil conseguindo construir uma fortuna significativa.

Por outro lado em 5 inventários (40%), os de João Viera de Lima<sup>149</sup>, Capitão Mor Luís da Costa Ataíde<sup>150</sup>, Maria Lopes<sup>151</sup>, Domingos Lopes Pênedo<sup>152</sup>, e João de Caldas Bacelar<sup>153</sup> há propriedades rurais listadas. Sendo os dois últimos com 3 e 4 propriedades respectivamente.

João de Caldas Bacelar é o mais abastado entre os supracitados, sua fortuna líquida é de 12:205\$074. Português, solteiro, sem filhos deixou como herdeiro seu sobrinho Luiz Manuel de Caldas Bacelar. Além das 4 propriedades rurais listadas podemos perceber entre seus bens 27 escravos, desses 10 eram mulheres e 17 homens, sendo que, 5 escravas tinham idade menor que 8 anos de idade. Entre os escravos do sexo masculino havia apenas uma criança. A predominância de homens se explica pela natureza das atividades desenvolvidas por Bacelar.

Os bens de João de Caldas indicam que suas atividades estavam quase todas voltadas para a produção agro-pastoril, são ferramentas como enxadas, alavancas, machado, martelo, entre outros; animais como bois, vacas, porcos, mulas; e claro unidades produtivas como *“uma fazenda com terras de culturas, capoeiras, matos virgens, árvores de espinho, casas de*

---

<sup>149</sup> Inventário de João Viera de Lima, 1782. Cartório do 2º Ofício, Caixa 34, Autos 1022. Casa Setecentista de Mariana.

<sup>150</sup> Inventário do Capitão Mor Luís da Costa Ataíde, 1800. Cartório do 2º Ofício, Caixa 33, Autos 792. Casa Setecentista de Mariana.

<sup>151</sup> Inventário de Maria Lopes e seu Marido, 1800. Cartório do 2º Ofício, Caixa 84, Autos 1788. Casa Setecentista de Mariana.

<sup>152</sup> Inventário de Domingos Lopes Pênedo, 1747. Cartório do 1º Ofício, Caixa 33, Autos 782. Casa Setecentista de Mariana.

<sup>153</sup> Inventário de João de Caldas Bacelar, 1803. Cartório do 1º Ofício, Caixa 92, Autos 1928. Casa Setecentista de Mariana.

*vivenda, paiol, moinho, engenho de bois de moer cana coberto de telhas na paragem chamada Boa Vista”<sup>154</sup>, um canavial, uma sesmaria de terras brutas, alambique na fazenda do Piranga, entre outras propriedades.*

Bacelar ainda possui nove casas de moradas situadas em Mariana num valor de 1:120\$000. Como podemos ver trata-se de um indivíduo que apresenta um considerável patrimônio que fora conquistado investindo em diversos ramos econômicos. Apesar de abandonar o pequeno comércio varejista no fim da vida, a presença de um escravo tropeiro em seu plantel, Domingos crioulo de trinta anos, indica que ele não abandonou a atividade mercantil definitivamente.

Muitos pessoas que lidavam com o comércio utilizavam a figura de um terceiro como estratégia de esconder sua atuação no comércio.

(...) o comércio por miúdo, mesmo quando proporcionava ganhos apreciáveis, que, uma vez acumulados, podiam criar grandes fortunas, era ainda uma atividade desprestigiada e, por isso, alguns negociantes chegaram a ocultar o seu empenho nesse gênero de negócios.<sup>155</sup>

O que parece ser o caso de João de Caldas, uma vez que, não encontramos nenhum sinal de que ele tivesse ligação direta com o comércio de mercadorias entre seus bens.

Outra característica apresentada pelos escravos de Bacelar é o alto índice de produção interna de cativos. Todas crianças são filhas de cativas. A escrava Luciana crioula possui duas filhas, Maria e Claudina, Joana crioula também possui duas filhas, Romana e Emeriana, Paula crioula também possui dois filhos só que um do sexo masculino, Luciano e um do feminino, Joaquina.

---

<sup>154</sup> Idem

<sup>155</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995. (Tese de doutorado) p. 106.

Quanto a sua passagem no ramo do pequeno comércio parece ter sido curta, ele aparece de 1748 a 1750 como proprietário de uma venda de molhados e depois disso só aparece no ano de 1751 atuando por meio de sua escrava Roza no comércio de molhados. Não configurando assim um caso de alguém que tenha obtido seu pecúlio na atividade mercantil e depois se transferido para aquelas ligadas ao campo.

Outro indivíduo que durante sua vida atuou em algum momento no comércio e que no final da vida não mais aparece como comerciante é João Vieira Lima. Natural da freguesia de São Salvador de Souto de Rebordões, Portugal, solteiro tem uma fortuna estimada em 3:761\$204. Entre seus bens constam 21 escravos, sendo 15 homens e adultos e 6 mulheres, duas crianças e 4 adultas. Um perfil de escravaria muito parecido com a de João de Caldas Bacelar. Parecidas também são as atividades desenvolvidas pelos dois, ou seja, atividades ligadas ao campo.

Residente em Bento Rodrigues arraial da freguesia de Camargos entre os bens de João Vieira estão: *“uma fazenda com suas capoeiras e matos com suas casas de morada, paiol, moinho cobertis de telha situados no Rio sem Peixe”*<sup>156</sup>, 600 alqueires de milho no paiol, 30 alqueires de arroz em casca, 50 porcos, 9 cabeças de gado vacum, 3 mulas, machados, alavancas de ferro, facões, entre outros. Pelos seus bens João Vieira de Lima no final de sua vida dedicou-se exclusivamente a produção agro-pastoril.

A atuação de João Vieira de Lima, na atividade mercantil, ao contrário de Bacelar foi longa. O primeiro perdurou por mais de 11 anos à frente do pequeno comércio, mais exatamente de 1735 a 1746. Lima aparece como dono de loja de fazenda seca e venda de molhados no período. O tempo no comércio e o tipo de estabelecimento já podem mostrar um caso em que houve uma possível transferência de riqueza da atividade mercantil para o investimento em propriedades rurais.

---

<sup>156</sup> Inventário de João Vieira de Lima, 1782. Cartório do 2º Ofício, Caixa 34, Autos 1022. Casa Setecentista de Mariana.

Havia ainda um grupo de indivíduos atuantes no mercado das duas localidades que diversificava fora dos padrões dos dois primeiros grupos. Entre esses havia os que diversificavam atuando no mesmo ramo só que em localidades ou pontos diferentes no mesmo núcleo urbano. Como exemplo do primeiro caso, temos Francisco da Silva Carneiro<sup>157</sup> que possuía três lojas de fazenda seca, em Mariana, Piranga e Antonio Pereira respectivamente. Já os donos de casa de corte de gado tiveram como estratégia à manutenção ao mesmo tempo de mais de um estabelecimento na mesma praça só que em locais diferentes. Esses foram os casos do Capitão João Jorge Rangel, João de Macedo Rodrigues, João de Souza Rodrigues<sup>158</sup>, Manuel Rabelo Borralho que tinham todos seus estabelecimentos no distrito sede do termo.<sup>159</sup>

O último grupo que vamos destacar é o dos comerciantes que atuavam em mais de duas atividades simultaneamente. Como destacamos no início desse tópico, no mercado colonial havia um reduzido raio de ação para que o pequeno empreendedor agisse, o que ocasionou a diversidade de ação destes agentes. Assim sendo, os mais variados indivíduos, provenientes de distintos ramos profissionais, embarcaram no ramo comercial.

A percepção de que lavradores de cana, advogados, médicos, artesãos, enfim, os mais diversos tipos de profissionais desenvolveram (...) também o comércio, mostra que essa não era uma via de ascensão social somente de portugueses pobres (...) mas também para muitos já aqui estabelecidos e que também buscavam ascender ou ao menos, sustentar um status já adquirido<sup>160</sup>.

Alguns grupos, ao que nos parece, utilizaram-se da diversificação como um meio de agir dentro do mercado colonial. Nas duas localidades estudadas temos uma considerável

---

<sup>157</sup> Fontes: AHCMM, Registro de coimas e fianças e Registro de Almotaxaria.

<sup>158</sup> Esse ainda acumulava a propriedade de uma venda de molhados.

<sup>159</sup> Fontes: AHCMM, Registro de coimas e fianças e Registro de Almotaxaria.

<sup>160</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. op. cit. p. 253.

quantidade deste tipo de agente comercial. Antônio Francisco de Almeida<sup>161</sup>, por exemplo, acumula o ofício de alfaiate, dono de uma loja de fazenda seca e ainda uma venda de molhados. Similares a este exemplo são os casos de:

### Quadro 17

#### ALFAIATES PROPRIETÁRIOS DE VENDAS DE MOLHADOS E LOJAS DE FAZENDA SECA EM CAMARGOS E MARIANA (1733-1753)

AFIANÇADO	LOCALIDADE
Antônio Vicente de Almeida (Alfaiate)	Camargos
Bernardo Gonçalves Chaves (Alfaiate)	Camargos
João Ferreira Braga (Alfaiate)	Camargos
José do Couto Cruz (Alfaiate)	Camargos
Manoel da Costa Gião (Alfaiate)	Camargos
Manuel Pedroza Fontoura (Alfaiate)	Mariana
Bernardo Ribeiro Coimbra (Alfaiate)	Mariana
Antonio Teixeira de Carvalho (Alfaiate)	Mariana
Antonio Álvares de Souza (Alfaiate)	Mariana
Antonio Ferreira de Azevedo (Mascate)	Mariana

FONTE: AHCMM, Registro de coimas e fianças, códices 133, 168, 172, 383, 646, 648, 649, 652 e 664.

Dos comerciantes listados acima quase a totalidade é de alfaiates indicando que esse grupo de oficiais tinha uma estratégia coletiva de atuação no pequeno comércio. Ação essa que visava a manutenção da hegemonia do grupo frente ao pequeno comércio local.

<sup>161</sup> Fontes: AHCMM, Registro de coimas e fianças e Registro de Almotaçaria.

Hegemonia está demonstrada na concentração de lojas de fazenda seca nas mãos destes homens.

Os comerciantes ligados ao campo também procuraram diversificar ao máximo suas atividades como são os casos de Francisco Moreira da Costa, José do Vale Cunha, Manoel Ribeiro de São Francisco e Sebastião Barbosa da Cunha, entre outros<sup>162</sup>. Estes indivíduos dedicavam-se a produção agrícola, a venda de molhados e a loja de fazenda seca. Houve também oficiais mecânicos que eram produtores agropecuários e ainda tinham venda de molhados, como é o exemplo do sapateiro Francisco Monteiro da Silva<sup>163</sup>. Todavia, a partir dos inventários, como vimos anteriormente, fica evidente que esses produtores rurais tendiam a abandonar o pequeno comércio e se dedicarem no final da vida à atividade rural.

Algo que vale ser ressaltado é a quase inexistência de vínculos com a atividade mineratória por parte dos comerciantes das duas localidades, pelos menos nos seus inventários. Dos treze inventários apenas no de João Soares Guimarães<sup>164</sup> aparece uma ligação com a extração de ouro. João aparece como sócio de Alexandre Guedes e outros na lavra de Santana de Baixo com 15 escravos.

Em suma, o que vislumbramos até aqui foi uma eminente diversificação de atividades por parte dos pequenos comerciantes de Camargos e Mariana. O que demonstra que a capacidade de diversificar não era uma exclusividade dos comerciantes de grosso trato. Os exemplos aqui apresentados indicam que, sempre que surgia a oportunidade de expandir seus negócios, esses agentes comerciais o faziam, mesmo que atuando em um raio menor.

A partir do que foi tratado neste capítulo temos subsídios importantes para a construção da hierarquia do pequeno comércio local. Vimos que a longevidade à frente do comércio, a capacidade de diversificação, as modalidades de pequeno comércio são caminhos

---

<sup>162</sup> Fontes: AHCMM, Registro de coimas e fianças e Registro de Almotaçaria. APM. Lista dos dizimistas.

<sup>163</sup> Fontes: AHCMM, Registro de coimas e fianças e Registro de Almotaçaria. APM. Lista dos dizimistas.

<sup>164</sup> Inventário de João Soares Guimarães, 1783. Cartório do 2º Ofício, Caixa 36, Autos 84. Casa Setecentista de Mariana.

fundamentais para se chegar àqueles que se destacaram dentro do grupo de comerciantes varejistas. Nesse sentido, e voltando aos dados apresentados até aqui chegamos à conclusão de que os comerciantes proprietários de lojas de fazenda seca fazem parte do topo da hierarquia do pequeno comércio local. Isso porque são os que apresentam taxas de estabilidade superiores aos donos dos demais estabelecimentos<sup>165</sup>, esses também demonstram ter maior capacidade de diversificação, estando ligados aos ofícios mecânicos, a produção agrícola e a venda de molhados.

Os ligados à terra podem ser considerados, mesmo dentro desse grupo, beneficiários de um status maior dado os valores da sociedade que se formou nas Minas. Isto é, nos moldes do Antigo Regime, aonde o vínculo com a terra funcionava como estratégia de enobrecimento. E os inventários como dissemos anteriormente nos dão bons indicativos de que havia uma tendência ao abandono das práticas comerciais quando o comerciante obtinha um maior patrimônio. É evidente que não podemos entender a ligação com a terra apenas como uma estratégia de aristocratização, a questão mercantil talvez fosse a mais proeminente, uma vez que, plantando e revendendo direto ao mercado consumidor local era a chance de auferir maiores lucros. Até mesmo por isso esses comerciantes merecem destaque.

Os donos de casa de corte de gado de Camargos e especialmente de Mariana fazem parte de um importante grupo de comerciantes podendo ser considerados como um grupo intermediário de agentes. Como vimos anteriormente apesar de terem uma atuação mais especializada possuíam normalmente mais de um estabelecimento, o que demonstra que tinham importante capacidade de investimento.

Outro grupo que estaria abaixo desses supracitados seriam os comerciantes mais especializados e que permaneceram por mais tempo à frente de seu estabelecimento. É este o caso dos donos de lojas de fazenda seca em primeiro lugar e os donos de vendas de molhados

---

<sup>165</sup> Ver quadro 11

em segundo. Mesmo não tendo atuado em ramos variados a permanência por longo tempo a frente do comércio os colocava em um situação de relevo nas duas praças de comércio estudadas.

Na base da atividade mercantil de pequena monta temos uma multidão de vendeiras, escravas ou forras, que em função de vários fatores econômicos e sociais eram condicionadas a essa posição. Os econômicos estão ligados aos poucos recursos que tinham para se manterem no débil mercado colonial, com reduzida circulação de numerário e crédito disseminado. Tal situação perpetuava a pobreza entre os membros desse grupo, e ao mesmo tempo, abria espaço para ascensão econômica para um seleto grupo de ex-cativos.

#### **CAPÍTULO 4 – AS FORRAS NO PEQUENO COMÉRCIO: ESTRATÉGIAS, ESPECIFICIDADES E ASCENSÃO SOCIAL**

Podemos perceber até aqui que as forras cumpriram um importante papel à frente do pequeno comércio de Mariana e Camargos. Para além da sua significativa presença numérica, formavam um grupo que tinha uma especificidade de atuação em relação a livres e escravos. Tal especificidade se dá, sobretudo, com relação a permanência por mais tempo na praça de comércio das duas localidades. Dessa forma, apesar de já termos abordados a participação das forras anteriormente entendemos que cabe aqui uma análise mais detalhada desse grupo de agentes mercantis. Para tanto, vamos fazer a análise de alguns casos de ex-cativas a partir, sobretudo dos inventários e testamentos deixados por elas. Buscaremos com isso entender as estratégias utilizadas por tais mulheres para prosperarem no ramo do comércio e chegarem até mesmo a construir patrimônios consideráveis para os padrões de riqueza da época. Nas palavras de Liana Maria Reis:

No caso da forra, não havia drenagem de excedente para o outro indivíduo, pela ausência da terceira ponta do triângulo, no caso, o senhor. Esta ausência de um senhor sobre a forra é que a distingue da escrava e a evidencia como classe social específica. O destino do excedente acumulado indica uma das diferenças entre a classe escrava e forra: se o pecúlio (ou parte dele) da escrava lhe pertencia apenas temporariamente, sendo entregue ao senhor na hora da compra da alforria, o pecúlio da forra não só lhe pertencia, mas podia ser investido na aquisição de propriedades(...)<sup>166</sup>

Como ficou evidente no segundo capítulo dessa dissertação a grande massa de alforriados que se dedicava ao pequeno comércio nas localidades estudadas era composto por mulheres<sup>167</sup>. Todavia, essa não foi uma particularidade regional e sim uma tendência encontrada para os principais centros urbanos da América portuguesa como apontam diversos

---

<sup>166</sup> REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG. 1989. p. 82

<sup>167</sup> A média para as duas localidades é de 90% dos forros do sexo feminino.

estudos sobre o tema<sup>168</sup>. As razões para este predomínio estão ligadas a diversos fatores. Na historiografia mais tradicional a explicação para este predomínio liga-se a fatores como a inaptidão das mulheres ao exercício da mineração e das atividades agro-pastoris. Entretanto, estudos mais recentes vêm buscando entender esta maciça participação das mulheres africanas no comércio por outros caminhos. Isto é, a habilidade na venda de bebidas e guloseimas pelas ruas das cidades coloniais não fora algo que se tenha experimentado no cativo e sim trazido de além mar.

#### **4.1 – ORIGEM ÉTNICA E O PEQUENO COMÉRCIO**

Mary C. Karash foi uma das precursoras em afirmar que a prática do comércio, muito corrente entre as mulheres forras e escravas na cidade do Rio de Janeiro, era uma herança trazida da divisão sexual do trabalho em território africano. Ou seja, enquanto os homens se dedicavam às atividades relacionadas às manufaturas, ao campo, a caça e a pesca, as mulheres ficavam responsáveis pelas atividades domésticas e pelo controle do mercado<sup>169</sup>. Dessa forma, ao chegarem em terras americanas as africanas já traziam na bagagem uma vasta experiência no comércio varejista.

Para Sheila de Castro Faria as mulheres africanas por terem grande identificação com o comércio e por encontrarem, nos vários núcleos urbanos da América portuguesa um vasto mercado, ao se alforriarem, encontraram condições muito favoráveis para exercerem a prática do comércio com sucesso.

---

<sup>168</sup> Ver: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 180. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no Sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX)*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. *Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yeda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001. FURTADO, Junia Ferreira. *Pérolas negras: Mulheres livres de cor no distrito diamantino*. In: FURTADO, Junia Ferreira.(org.) *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as abordagens para uma história do Império Ultramarino português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Comércio, Nação e Gênero: As negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro. 1835-1900*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. *Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yeda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001.

<sup>169</sup> KARASCH, Mary C.. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808- 1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 454.

Ao tornarem-se livres, mulheres da África ocidental provavelmente já nestes núcleos residentes ou para lá se dirigindo agregaram às suas tradições culturais as inúmeras possibilidades de comércio, obtendo sucesso. Deve-se contar ainda que a escrava destas mulheres, tanto as de outras etnias quanto suas “crias”, possivelmente foram inseridas nas atividades comerciais desenvolvidas por suas senhoras, motivo pelo qual, quem sabe, puderam também acumular pecúlio(...) <sup>170</sup>

Para a autora o êxito no comércio também estava ligado à boa capacidade dessas mulheres em gerenciarem suas respectivas vidas econômicas. Capacidade esta ligada à cultura trazida de solos africanos, pois a simples aptidão para vender mercadorias, se não acompanhada pela boa condução dos negócios, não daria a estas mulheres o destaque obtido no mercado da América portuguesa. <sup>171</sup>

Outro autor que estuda a ligação da participação das africanas no comércio varejista de alimentos é Carlos Eugênio Líbano Soares. Líbano relaciona a prática do comércio à questão étnica dos grupos africanos vindos para o Brasil. Analisando a participação das mulheres minas na cidade do Rio de Janeiro o autor percebe um quadro de quase monopólio da atividade comercial por parte destas.

“Muitos bantos também encontraram ocupação no comércio de rua, mas nenhum outro grupo teve um exclusivismo ocupacional como as mulheres minas: quase 100% das mulheres desta nação no Rio eram quitandeiras (...) <sup>172</sup>”

Analisando a atuação dos comerciantes por grupos étnicos no Rio de Janeiro e em Minas Gerais Sheila de Castro Faria em “Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no Sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX)” constata que os bantos

---

<sup>170</sup> FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no Sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX)*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. *Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yeda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001. p. 326.

<sup>171</sup> Idem op. cit. p. 316.

<sup>172</sup> SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Comércio, Nação e Gênero: As negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro. 1835-1900*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. *Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yeda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001. p. 410

estavam presentes no comércio dessas duas praças, mas que os minas, tanto homens quanto mulheres tiveram mais êxito econômico que os demais grupos étnicos.

Líbano aborda uma questão que é muito interessante com relação ao domínio das mulheres minas no pequeno comércio. Para o autor não é por acaso que tais africanas dominavam e sim pela grande habilidade que as mesmas tinham no comércio ambulante, o que lhes dava um caráter de profissionais especializadas:

As mulheres eram escolhidas para funções específicas: lavadeiras, costureiras, mucambas (criadas de quarto). Mas as quitadeiras eram vistas como especializadas, capazes de transitar com desenvoltura pela cidade colonial, com sua rede complexa de becos, vielas e ruas estreitas, ir onde o mercado consumidor fosse mais atraente, e se defender contra os perigos que espreitavam na via pública. Por algum motivo ainda não completamente elucidado, a mina era vista como mais tarimbada para este ofício do que qualquer outra.<sup>173</sup>

Tocando na questão da especialização das vendeiras, o autor tira o foco das limitações financeiras para justificar a grande participação destas mulheres no pequeno comércio. Concordamos com o autor, mas penso que ainda assim a pouca oferta de atividades e os poucos recursos de capital acabavam por empurrar boa parte destas mulheres para o comércio de pequena monta.

Para Mariana e Camargos infelizmente não conseguimos recuperar a origem étnica destas mulheres por meio dos registros de almotaxaria e coimas e fianças. Apenas em alguns casos conseguimos fazer esta identificação da origem dos escravos. Entretanto, para os cinco testamentos de forras que conseguimos localizar há referência à origem das mesmas como podemos ver abaixo:

---

<sup>173</sup> Idem op. cit. p. 411.

## QUADRO 18

### ORIGEM ÉTNICA DAS FORRAS TESTADORAS

<b>Forra</b>	<b>Origem étnica</b>
Inácia de Araújo Costa	Costa da Mina
Josefa Maria de Queiroz	Costa da Mina
Maria Rodrigues da Silva	Crioula
Leonor do Nascimento	Costa da Mina
Ana Maria Pinto	Costa da Mina

Fonte: Testamentos da Casa Setecentista de Mariana e da Cúria Metropolitana de Mariana

O quadro 18 reafirma a tendência apresentada por Líbano e Faria de predomínio das mulheres provenientes da África Ocidental no comércio. O fato é que não podemos ignorar a bagagem trazida por essas mulheres desde o território africano para os núcleos urbanos da América portuguesa. Os estudos aqui apresentados e os dados que encontramos corroboram as teses destes autores.

#### **4.2- PEQUENO COMÉRCIO, ALFORRIAS E ASCENSÃO SOCIAL: ESTRATÉGIAS UTILIZADAS**

Para além da questão étnica, o comércio fora seguramente a atividade que mais atraiu a população cativa e alforriada e conseqüentemente a que possibilitou a estas mulheres alcançarem, no mínimo, o pecúlio para a alforria chegando até a construção de pequenas fortunas.

Entendemos que para ambas (escravas e forras) se tratava de uma atividade que garantia não só a sobrevivência, mas também permitia um acúmulo de excedente

(ainda que eventual), que poderia ser utilizado para a compra da alforria, no caso da escrava, ou para aquisição, de propriedades, no caos da forra.<sup>174</sup>

A obtenção de pecúlio na prática do comércio para compra da alforria fica bastante evidente quando deparamos nos quadros 5 e 6 do capítulo II dessa dissertação com um índice de 90 % de escravos atuantes sendo do sexo feminino. Número esse bem próximo ao percentual de forras nas duas localidades. Tal proximidade entre as percentagens das duas localidades nos leva a pensar que havia uma tendência de continuidade no comércio por parte dos ex-cativos, ou seja, a experiência adquirida no cativo ou mesmo trazida da África, servia como meio de sobrevivência diante da nova etapa da vida, agora como liberto.

Para corroborar esta tese buscamos diversificar as fontes utilizadas que nos permitisse acompanhar as trajetórias de ascensão que os dados seriais nos indicavam. Por meio da análise serial dos registros de almotaxaria e de coimas e fianças selecionamos algumas mulheres que apareciam na documentação em dois momentos diferentes: no primeiro apareciam como cativas e por último se encontravam alforriadas. A busca das fontes complementares foi feita a partir da identificação do sobrenome do ex-senhor, ou seja, a forra ao obter a liberdade herdava o sobrenome do seu ex-proprietário. Em Mariana conseguimos localizar documentação complementar para seis casos e em Camargos três.

O primeiro deles é o de Maria de São Tomé<sup>175</sup> que até junho de 1719 foi cativa de Manuel da Costa e já no registro de almotaxaria do mês de agosto aparecia na condição de forra e como comerciante de molhados. Semelhante a trajetória de Maria temos casos como o de Domingas de Pontes que entre os anos de 1735 e 1738 aparecia nos registros como cativa da forra Guiomar de Pontes, a partir do ano 1739 ela já era registrada na condição de forra

---

<sup>174</sup> REIS, Liana Maria. Op. cit. p. 76.

<sup>175</sup> Ibidem

atuando no comércio de molhados. Este caso é um indicativo da passagem do ofício da senhora para a sua escrava<sup>176</sup>.

O caso mais emblemático de transmissão do ofício do comércio do senhor para o escravo e esse dando seguimento no pós-cativeiro a esta atividade que encontramos foi o da forra Inácia de Araújo da Costa<sup>177</sup> residente em Bento Rodrigues, arraial da freguesia de Camargos. Inácia fora escrava do Sargento Mor Paulo de Araújo da Costa<sup>178</sup>, o qual atuava também no ramo de casa de corte de gado. Consta no inventário da forra “uma casa de corte de gado anexa a uma estalagem” de sua propriedade, em um claro sinal de que a familiaridade com o ramo durante o período de cativeiro serviu de experiência para que a mesma obtivesse sucesso posteriormente na condição de liberta. Inácia é a única forra que deparamos que possuía uma casa de corte de gado.

Encontramos na documentação vários outros casos semelhantes ao acima relatado. É este o caso de Feliciano Ribeiro<sup>179</sup> que até fevereiro de 1737 apresentava-se como escrava de Vicente Francisco Ribeiro. Depois dessa data a ex-cativa aparecia nos registros como participante do comércio varejista de molhados. Também Maria Cabo Verde<sup>180</sup>, até o ano de 1738 constava como escrava de José Gomes Pereira e depois desse período surge na condição de forra e também atuando como comerciante de molhados. Roza Crioula<sup>181</sup> no primeiro bimestre de 1749 foi registrada enquanto escrava de Francisco Xavier de Araújo para logo em seguida se alforriar e continuar no pequeno comércio como vendeira de molhados. Ana Ferreira apareceu inicialmente como escrava de Salvador Rodrigues e no ano de 1736 já surgia como forra comerciante. Por último temos Joana de Souza que aparecia até o ano de

---

<sup>176</sup> Ver citação 4.

<sup>177</sup> Inventário de Inácia de Araújo da Costa, 1785. Cartório do 2º Ofício, Caixa 133, Autos 2682. Casa Setecentista de Mariana.

<sup>178</sup> Informação obtida no Testamento de Inácia de Araújo da Costa, 1782. Cartório do 2º Ofício, Caixa 133, Autos 2682. Casa Setecentista de Mariana.

<sup>179</sup> Fontes: AHCMM, Registro de coimas e fianças e Registro de Almotaxaria.

<sup>180</sup> Ibidem

<sup>181</sup> Ibidem

1738, como propriedade de Henrique de Souza para logo em seguida aparecer como forra e permanecer por longo período à frente do comércio a miúdo de molhados em Camargos.

Iguais a esses casos relatados acima temos inúmeros outros que ilustram como era corrente o exercício do comércio depois de alcançada a liberdade. É importante salientar que todos os casos que conseguimos levantar são de mulheres. O que explicaria tal incidência a nosso ver está ligado ao domínio das forras em oposição aos homens desse seguimento e a questão cultural trazida da África da maior aptidão do elemento feminino na prática do comércio, assunto que tratamos anteriormente.

Dessa forma, a partir dos dados levantados até aqui fica muito claro para nós que o comércio não foi apenas uma aventura desesperada das forras em busca de sobrevivência nos pós-cativeiro. Bem pelo contrário, a prática comercial fora antes de tudo uma estratégia eficiente utilizada pelas ex-cativas na busca de inserção na sociedade colonial. Como alerta Sheila Faria:

“Ao que tudo indica mesmo consorciando atividades como prostituição, prestação de serviços domésticos, costura, preparação de alimentos, etc., foi no comércio que os alforriados, principalmente as mulheres, conseguiram as melhores condições de enriquecimento”<sup>182</sup>.

Concordamos com a autora que destaca a participação das mulheres forras no comércio e coloca em segundo plano atividades pejorativas, sobretudo, o contrabando e a prostituição, como sendo primordiais para que tais personagens lograssem sucesso na vida econômica. Acreditamos, como a autora, que havia envolvimento de parte das ex-cativas em tais práticas como forma de enriquecimento, mas colocá-las como determinante para o enriquecimento das mesmas, é simplificar e empobrecer o debate. Além disso, tal tipo de análise traz em si uma carga de preconceito quanto à capacidade empreendedora destas mulheres na condução de suas respectivas vidas econômicas.

---

<sup>182</sup> FARIA, Sheila de Castro. op. cit 306.

Como tratamos no capítulo anterior a estratégia mais eficiente utilizada pelas ex-cativas foi a persistência para se manterem na praça de comércio. Entre as cinco forras que conseguimos localizar seus testamentos e/ou inventários tal estratégia pode ser percebida em pelo menos três casos. São os casos de: Maria Rodrigues da Silva, natural da Vila de São João do Rio das Mortes aparece atuando no comércio entre 1750 a 1754; Josefa Maria de Queiroz iniciou sua carreira no comércio de molhados no ano de 1751 e no ano 1754, ano de encerramento dos registros de almotaçaria ainda aparecia como comerciante; Inacia de Araújo Costa aparece atuando no comércio de pequena monta no mesmo período de 1749 a 1754. Como nos outros dois casos a falta de documentos para acompanhar a trajetória da mesma no pequeno comércio nos impede de tirar uma conclusão mais aproximada do período que permaneceu, mas como em todos os casos as forras vieram a falecer bem mais tardiamente concluímos que as duas permaneceram no comércio mesmo depois do encerramento dos registros. Já no caso de Ana Maria Pinto ela aparece como comerciante apenas no último ano (1754) nos registros de almotaçaria. O que nos impede de fazer qualquer análise quanto a sua longevidade à frente da atividade mercantil. Leonor do Nascimento fora a que teve a menor participação no comércio, apenas dois anos, ela aparece a primeira vez no ano de 1743 e por último no ano de 1744.

A participação dessas mulheres no comércio varejista indica o que outros estudos apontam, ou seja, a grande afinidade das forras com tal atividade. Eduardo França Paiva enumera vários casos de forras que se destacaram pela habilidade de fazer negócios e acumular bens seja pelo comércio, seja no desenvolvimento de outras atividades econômicas.

O comércio ou, melhor dizendo, a diversificação das atividades econômicas, e não apenas o ouro, foi a base da extrema riqueza de alguns moradores. Da mesma forma, tal diversificação sempre tendo o comércio como uma das colunas de sustentação, foi o responsável pela formação das fortunas menores, mas não desprezíveis. Seus titulares, habitantes na urbe ou sitiantes em áreas próximas,

constituíram-se, desde essa remota época, em uma camada média daquela sociedade e entre ele houve forros e, sobretudo, forras<sup>183</sup>.

O autor mostra que tais mulheres tinham grande visão de negócio sendo capazes de atuar em mais de um ramo de atividade. A crítica que fazemos é de que apesar de afirmar que os forros diversificavam suas atividades o autor cita apenas o exemplo do casal de forros Alexandre Correia e Maria Correia, ambos africanos e moradores em São João Del Rei.

O marido próximo de morrer, a instituiu como testamenteira porque, segundo ele, reconhecia nela toda a capacidade necessária para reger e governar os bens e fazenda desse casal, as pessoas dos filhos e tudo mais preciso (...) Os bens de raiz eram “uma morada de casas sitas na Prainha desta vila (...) com cozinha separada da dita casa, um quintal cercado de muro de pedra...” avaliada em 180\$000 réis, “uma morada de casas pequenas sitas no caminho (...) com seu quintal e todos os seus pertences”, avaliada em 50\$000 réis, e “umas terras minerais sitas na lavra chamada tabatinga, que compreendem o ribeirão que passa por esta vila desde a estrada (...) com suas casas de capim e um tanque”, avaliadas em 450\$000 reis.<sup>184</sup>

Talvez seja exagerada a postura de França Paiva em colocar a população forra junto “a camada média” da sociedade mineira. Sabemos que o número de forros, e sobremaneira, forras que prosperaram financeiramente foi reduzido. Daí que o poder de diversificação desse grupo era muito pequeno, como vislumbramos no capítulo anterior. Apenas uma forra aparece, por exemplo, atuando no ramo do pequeno comércio considerado o mais rentável que eram as lojas de fazenda seca, e entre os dizimistas encontramos apenas dois forros para as duas localidades.

O certo é que, algumas forras obtiveram êxito em suas vidas financeiras, e foram capazes de se utilizarem das mesmas estratégias praticadas pelos comerciantes mais abastados. Tomemos mais uma vez o exemplo de Inácia de Araújo Costa, sem dúvida a mais bem sucedida forra que localizamos em nosso estudo. No seu inventário podemos perceber que além da casa de corte de gado a ex-cativa possuía uma estalagem para hospedar tropas no

---

<sup>183</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 44

<sup>184</sup> Idem op. cit. 48 e 49.

valor de 684\$000, uma casa de morada no valor de 80\$000, uma porção de terra com animais e uma razoável quantidade de ferramentas como alavancas, enxadas, machados, foices que a caracterizavam como uma pequena produtora rural. Consta ainda no seu testamento a propriedade de “terras minerais”<sup>185</sup>. Há sinais também de que Inacia dedicava-se a produção de têxteis, uma vez que, consta entre seus bens inventariados um tear de tecer pano de algodão.

Há no seu patrimônio jóias, entre elas: um laço e brinco de ouro cravados de diamante; um par de fivelas; um anel de ouro com pedra; trinta e nove oitavas de ouro lavrado em cordões, cinco botões e uma cruz. As jóias tinham um papel importante entre os bens adquiridos pelas mancípias durante suas vidas.

As jóias e peças de ouro e prata eram símbolo exteriores de riqueza, ostentados no colos e cabelos das mulheres na missa e nos dias de festa,mas também significavam investimento, calculando-lhes o preço pelo peso em ouro lavrado e os quilates das gemas.<sup>186</sup>

Inácia também possuía uma escrava de nome Florência<sup>187</sup> que se ocupava de vender mercadorias pelas ruas da freguesia. Aliás, essa era uma prática muito usual e que denota também aí mais uma estratégia das forras. Isto é, além de venderem mercadorias em seus estabelecimentos elas aumentavam suas participações no mercado local colocando suas escravas de ganho para venderem mercadorias como são os casos que identificamos abaixo.

---

<sup>185</sup> Testamento de Inácia de Araújo da Costa, 1785. Cartório do 2º Ofício, Caixa 133, Autos 2682. Casa Setecentista de Mariana.

<sup>186</sup> FURTADO, Junia Ferreira. op. cit. 108.

<sup>187</sup> Fontes: AHCMM, Registro de coimas e fianças e Registro de Almotaxaria.

## QUADRO 19

### FORRAS PROPRIETÁRIAS DE ESCRAVAS VENDEIRAS EM CAMARGOS E MARIANA

<b>Camargos</b>		<b>Mariana</b>	
<b>Escrava</b>	<b>Senhora/forra</b>	<b>Escrava</b>	<b>Senhora/forra</b>
Florência	Inácia de Araújo Costa	Ana	Luzia Ferreira do Vale
Tereza de Jesus	Maria Rodrigues	Domingas	Guiomar de Pontes
Vicência	Marcelina Coelho	Maria	Graça da Silva
		Maria	Maria da Silva
		Vitória	Maria da Conceição

Fonte. AHCMM, Registro de Coimas e Fianças e Registro de Almotaçaria.

É interessante notar neste quadro que em nenhum caso há a presença de escravos homens. A explicação para tal ocorrência está na preferência pela alocação da escrava no comércio, enquanto o homem seria alocado em outras atividades mais braçais como os ofícios mecânicos, a mineração e a lavoura.

Outra justificativa para esta tendência estaria na preferência das forras por escravas.

Eduardo França Paiva constata que:

Eram bastante raras as posses com mais mulheres que homens e quando existiram pertenceram, geralmente, a testadoras e inventariadas, inclusive a forras, que trabalhavam junto com suas escravas em atividades bem específicas, como costurar, tecer e cozinhar, além de existirem também as que ganhavam com a prostituição de suas cativas<sup>188</sup>.

Paiva apenas se esquece de mencionar o comércio como atividade desenvolvida pelas escravas, que a nosso ver pode ser tratada como específica dada a habilidade que se exigia para exercê-la, uma vez que, a concorrência e as situações adversas dificultavam e muito o

<sup>188</sup> PAIVA, Eduardo França.. op. cit. p. 146 e 147.

serviço no pequeno comércio. Nos testamentos das forras conseguimos perceber essa tendência. Apesar do pequeno número de casos que foi possível arrolar, alguns indicam a preferência das forras pela posse de cativos do sexo feminino.

Como o caso da mancípia Ana Maria Pinto, moradora na Rua do Rosário em Mariana que possuía quando da sua morte duas escravas Maria e Rosa. Não há como identificar em quais atividades estavam alocadas, mas possivelmente se enquadravam nas atividades ligadas ao comércio de mercadorias ou a alguma atividade listada na citação de Paiva. No seu testamento, 11 anos antes consta a presença de um escravo do sexo masculino chamado Manuel, porém a preferência por mulheres é ratificada com a posse de Maria e Joana.

Dos 23 escravos de Inácia de Araújo 10 são do sexo feminino. Um número menor proporcionalmente ao de homens porém se analisarmos as atividades desenvolvidas pela forra como mineração e terras o número de mulheres é alto.

Outra forra possuidora de escravos que encontramos foi Maria Rodrigues da Silva, que possuía apenas um escravo e esse era do sexo feminino.

É interessante notar que o pequeno número de escravos do sexo masculino na estrutura de posse das forras, já ratifica a tese da predileção das mesmas pelas cativas. Ou seja, como tinham poucas condições de ter grandes plantéis tais mulheres optavam pela escrava do sexo feminino por atender melhor a seus interesses.

## QUADRO 20

**TABELA COM O NÚMERO DE ESCRAVOS PRESENTES NOS TESTAMENTOS E INVENTÁRIOS DAS FORRAS**

Forra	Número de escravos
Inácia de Araújo Costa	23
Josefa Maria de Queiroz	4
Maria Rodrigues da Silva	1
Leonor do Nascimento	6
Ana Maria Pinto	3
Total	37

Fonte: Ver citação 24.<sup>189</sup>

O quadro acima é bastante esclarecedor no que tange ao tamanho dos plantéis das forras. Excetuando o caso de Inácia de Araújo temos uma média baixa de posse de cativos. Tal tendência é percebida por Junia Ferreira Furtado em “Pérolas negras: Mulheres livres de cor no distrito diamantino”. Dos vinte e quatro testamentos analisados de forras residentes no distrito diamantino quatorze (63,6%) possuíam até três escravos, enquanto apenas em um caso (4,6% do total) Furtado localizou uma ex-cativa com mais de vinte escravos. Comparativamente a população livre 33,3% tinha até três cativos de plantéis de escravos<sup>190</sup>.

Entretanto, há um dado interessante a ser destacado, todas as forras para as quais conseguimos localizar inventários ou testamentos eram proprietárias de escravos. Furtado também identifica o mesmo comportamento entre as forras do distrito diamantino. Enquanto, entre a população livre 16,7% desses não possuíam escravos no grupo das forras isso

<sup>189</sup> Testamentos da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Mariana, da Casa Setecentista de Mariana e inventários da Casa Setecentista de Mariana.

<sup>190</sup> FURTADO, Junia Ferreira. op. cit. 103.

aconteceu em apenas um caso (4,6% do total). O que amenizava segundo a autora o fator pobreza para explicar o menor número de escravos por parte das ex-cativas.

Neste sentido concordamos com Sheila de Castro Faria que percebeu entre as forras do Rio de Janeiro que:

Apesar de, individualmente, os forros terem tido mais acesso à propriedade escrava do que os livres, pelo menos no Rio de Janeiro, não eram mais ricos do que os livres. O conjunto de escravos possuído por eles era menor do que o possuído pelos livres.<sup>191</sup>

A posse de escravos entre os forros comportava um duplo significado. Além da questão econômica, que no nosso entender sobressaía, não podemos esquecer do simbolismo que estava por trás da posse do escravo para uma ex-cativa. Ter um escravo mesmo entre a população livre já dava a este grupo social um status, quanto mais entre os forros. Nessa sociedade tão afeita à demarcação das diferenças sociais, sair da condição de cativo e ascender à posição de senhor fazia parte do imaginário de todo indivíduo que conseguia a liberdade. Ter um escravo significava distanciar-se do cativo:

“Os motivos para o investimento em escravos, por parte dos forros, fossem homens ou mulheres, talvez signifiquem um projeto de ascensão social. Libertar-se e tornar-se senhor ou senhora de escravos talvez fosse necessário como afirmação da condição de livre e demonstração de poder.”<sup>192</sup>

No caso das forras comerciantes temos que considerar outras questões como, por exemplo, aquelas relativas ao mal do ofício.<sup>193</sup> Penso não ser exagero pensar que as forras, ao optarem pela aquisição de cativas, ao invés de escravos do sexo masculino, estavam imbuídas de um cálculo que levava em consideração tanto às questões econômicas quanto suas metas de projeção social. Isto porque, a posse de uma cativa permitia-lhes transferirem a responsabilidade pela venda de mercadorias em seus estabelecimentos ou pelas ruas dos

---

<sup>191</sup> FÁRIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no Sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX)*. Op. Cit. P. 309 e 310.

<sup>192</sup> *Idem op. cit.* p. 311.

<sup>193</sup> Ver tópico 3.3 do terceiro capítulo desta dissertação.

núcleos urbanos para estas mulheres, melhor aceitas e mais habilidosas neste tipo de atividade. Ou seja, ao mesmo tempo em se tornando proprietárias se distinguiram dos demais mortais, também mantinham em funcionamento a atividade que lhes garantia a sobrevivência sem terem necessariamente que nela atuar diretamente. No caso de continuarem atuando juntamente com suas cativas, tornavam seu negócio mais dinâmico.

Como exemplo de tal prática temos dois casos que reforçam essa minha hipótese. O primeiro deles é o da forra Graça da Silva que aparece atuando na venda de molhados, possivelmente com tabuleiro, até fevereiro do ano de 1738. Em março do mesmo ano ela surge como proprietária da escrava Maria e não mais aparece como vendeira de molhados. Ainda há o caso daquelas que obtiveram pequenas fortunas como é o caso de Inácia de Araújo. Que além de ter grande quantidade de mulheres entre seus cativos, se envolveu com a mineração e atividades agro-pastoris. Essa última reconhecidamente “enobrecedora” para o período do Antigo Regime

Reconhecemos que são poucos os casos, mas acreditamos serem suficientes para demonstrar que, aparecendo oportunidade essas mulheres reproduziam os valores que foram construídos pela elite colonial, procurando logo se diferenciar da grande massa populacional despossuída. Essa busca por bens simbólicos fazia parte também da grande luta que essas mulheres tinham contra os constrangimentos da discriminação que sofriam devido a sua origem étnica:

(...) a inserção de alforriados no universo dos livres era demorado e, até mesmo, perversa. Ao liberta-se, o cativo transformava-se aos olhos de seus companheiros, em privilegiados. No universo livre do qual agora, fazia parte, inseria-se com emblemas nitidamente discriminatórios.<sup>194</sup>

Além do estigma da condição social tais forras sofriam ainda com acusações relativas ao desvio de conduta moral como prostituição, concubinato e bruxaria. Acusações estas muitas vezes infundadas e carregadas de preconceito. A grande presença no comércio só fez

---

<sup>194</sup> FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento. op. cit. p. 139.

agravar tal situação, por isso que os casos de Inácia de Araújo e Graça da Silva são exemplos interessantes de estratégias de distinção social bem sucedidas que puderam ser utilizadas pelas forras do período.

Uma outra estratégia muito usada pelas forras na busca de reconhecimento social fora a inserção em irmandades leigas. Participar de uma confraria era a oportunidade de ocupar um lugar digno e usufruir de alguns benefícios.

As irmandades também serviam para o reconhecimento dos lugares sociais de cada um no seio da comunidade e eram locais para exercício de uma série de direitos, inclusive o de ser enterrado, na medida em que as tumbas, localizadas dentro das igrejas, pertenciam e eram administradas por elas. Na sociedade das Minas era quase impossível viver fora dessas agremiações. Entre os direitos oferecidos aos irmãos estava a garantia de uma série de sufrágios na hora da morte. Eram ritos de passagem, como a celebração de missas, os gastos com o enterro, o direito de ser enterrado com o hábito da ordem, que deviam assegurar a salvação da alma do irmão e, portanto, eram essenciais.<sup>195</sup>

Como as irmandades refletiam a organização da sociedade mineira, naturalmente escravos e ex-escravos tendiam a se filiar a irmandades que congregavam seus pares raciais. As confrarias de pretos e pardos que mais se destacam eram a do Rosário dos Pretos, Santa Efigênia e São Benedito.

Das cinco forras que encontramos testamentos em quatro há referência a participação em irmandades. Ana Maria Pinto pertencia a irmandade do Rosário dos Pretos e constam no seu testamento que seu sepultamento deveria ser feito nesta mesma agremiação com o hábito de São Francisco. Josefa Maria de Queiroz fazia parte dos quadros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, todavia, tinha relações próximas com as outras irmandades de negros como fica evidenciado nas esmolas que ela concede a Irmandade de Santa Efigênia São Benedito cada uma beneficiada com 28 oitavas e meia.<sup>196</sup> No seu sepultamento mais um

---

<sup>195</sup> FURTADO. Junia Ferreira. Op. Cit. P. 110 e 111.

<sup>196</sup> À Irmandade de Nossa Senhora do Rosário Josefa Maria ofereceu 58 oitavas de ouro de parte de seu patrimônio.

sinal de proximidade com outras irmandades, no testamento ela pede que seja sepultada na sua Irmandade (Rosário dos Pretos), porém com o hábito da Irmandade de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo e que tenha acompanhamento das irmandades de Santa Efigênia e São Benedito. Leonor do Nascimento pertencia a irmandade do Rosário enquanto seu marido Gaspar Pereira Pacheco era da irmandade das Almas. No seu testamento há ainda o pedido do sepultamento na mesma agremiação e que sejam rezadas sete missas.

Inácia de Araújo Costa diferencia dos dois casos supracitados por pertencer a irmandades reconhecidamente de brancos, São Francisco e Lugares Santos de Jerusalém. Tal procedimento segundo Junia Furtado indica que havia na sociedade local uma facilidade de inserção social, para essas mulheres, no “mundo dos brancos”.<sup>197</sup> Em relação ao seu sepultamento a forra pede que seja sepultada na Igreja da Irmandade de São Francisco com o hábito da corporação e que sejam rezadas cem missas no Rio de Janeiro e cinco missas no convento de Santo Antonio no Rio de Janeiro.

Em suma, o que podemos perceber até aqui é que, para além das limitações de toda natureza sofridas pelas mulheres forras, um considerável grupo delas lograram sucesso em suas respectivas vidas econômicas. E o comércio fora o atalho mais usado por elas para tal feito, fruto de uma competência trazida da África, em muitos casos, e aperfeiçoada diante da realidade do mercado da América portuguesa. O que apresentamos até aqui dão claros indicativos de que essas mulheres não ocuparam boa parte do pequeno comércio de Camargos e Mariana por acaso e sim porque (...) *as mulheres forras ou “de cor” livres souberam administrar como poucas os recursos que adquiriram, sempre com referências possíveis à suas culturas de origem*<sup>198</sup>.

---

<sup>197</sup> FURTADO, Junia Ferreira. op. cit. p. 112.

<sup>198</sup> FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no Sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX). op. cit. p. 316.

A liberdade e o enriquecimento não lhes trouxeram grandes benefícios aos olhos dos contemporâneos letrados ou da elite, que insistiam em vê-las pelo seu passado como escravas e pela forma com que tiveram acesso aos bens. São incontáveis os relatos que discriminam as que traziam na cor da pele a presença da escravidão presente ou pretérita. Antonil, em finais do século XVII, referindo-se à região das minas de ouro, recriminava a forma como muitas escravas conseguiram sua liberdade: a venda do corpo, presumida por ele, posto que associada à indumentária a aos adereços que portavam<sup>199</sup>.

O casamento em muitos casos poderia ser um fator de amenização dessa visão pejorativa que recaía sobre essas mulheres. Apesar de não garantir ascensão social o casamento era um mecanismo de inserção importante na sociedade colonial, sobretudo, do ponto de vista religioso<sup>200</sup>. Casar também era livrar-se do estigma da prostituição e dos desvios morais que recaíam sobre essas mulheres, apesar do grande número de solteiras, como constata Júnia Furtado para o Distrito Diamantino. Entre as 24 forras testadoras estudadas pela autora, quatorze (58,3%) eram solteiras e 10 eram casadas.<sup>201</sup>

Sheila de Castro Faria aponta a mesma disposição para outras duas localidades no mesmo período. Em São João De Rei dos 48 testamentos de forros localizados pela historiadora, 45% das mulheres nunca se casaram, enquanto entre os homens esse número era de 29%. Para o Rio de Janeiro a autora constata convergência similar, ou seja, 41% das forras nunca se casaram ao mesmo tempo que 21% dos libertos morreram solteiros.<sup>202</sup>

Apesar da nossa amostra de forras testadoras ser reduzida, cinco, a proporcionalidade dos casos apresentados pelos estudos das duas autoras se confirma aqui. Desse total três forras no período de elaboração dos seus respectivos testamentos declaram-se casadas, enquanto que duas disseram nunca ter contraído matrimônio como podemos ver no quadro abaixo.

---

<sup>199</sup> Idem. p. 305 e 306.

<sup>200</sup> FURTADO. Junia Ferreira. op. cit. p. 96.

<sup>201</sup> Idem. op. cit. 95.

<sup>202</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. cit. p. 296.

QUADRO 21

ESTADO CIVIL DAS FORRAS TESTADORAS DE CAMARGOS E MARIANA

<b>Forra</b>	<b>Est. Civil</b>	<b>Cônjuge</b>	<b>Cond. Social</b>
Inácia de Araújo Costa	Casada	Luís Pereira Mota	Livre
Josefa Maria de Queiroz	Solteira	Não Consta	Não Consta
Maria Rodrigues da Silva	Solteira	Não Consta	Não Consta
Leonor do Nascimento	Casada	Gaspar Pereira Pacheco	Livre
Ana Maria Pinto	Casada	Cristóvão Pereira de Araújo	Forro

Fonte: Testamentos da Casa Setecentista de Mariana e da Cúria Metropolitana de Mariana

É importante notar que das três forras que apresentavam-se casadas nos testamentos duas eram casadas com homens livres. Leonor do Nascimento foi casada com Gaspar Pereira Pacheco natural de Viana em Portugal. O casal não teve filhos por razões que desconhecemos. Para Sheila Carvalho o grande número de mulheres que não apresentavam filhos estava ligado à prática anticonceptiva ou a abstinência sexual, uma vez que os objetivos do casamento passavam distantes do sexo e da procriação.<sup>203</sup> Inácia de Araújo no período em que foi feito o seu testamento também apresentava-se casada com um homem livre, o português Luís da Mota Pereira, todavia, a forra fora antes casada com João Barbosa da Silva, falecido. Ela teve cinco filhos, Simão, Inácio, Ana, Silvestre e Felix. Não há no testamento e nem no inventário a paternidade dos filhos.

No caso de Inácia, contrair matrimônio não deve ter sido uma dificuldade diante das posses apresentadas pela ex-cativa. Situação essa que era muito comum entre as forras mais abastadas cujas fortunas, na maioria das vezes, eram construídas fora do casamento. Como afirma Furtado: “*O casamento das negras e mulatas forras não foi condição necessária ao*

<sup>203</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. cit. p. 298.

*acúmulo de bens ou melhor forma de promoção social (...)*<sup>204</sup>. A autora faz tal afirmação porque das forras em que ela obteve informação do cônjuge eles eram homens de cor, como o caso de Ana Maria Pinto citado anteriormente no quadro 21.

Já as forras Inácia e Leonor encaixam-se em outras situações, uma vez que casaram-se com indivíduos livres e de origem lusitana. Infelizmente não temos como recuperar as circunstâncias em que elas se casaram e as motivações, mas no caso de Inácia seu patrimônio fora construído ao longo da vida atuando como comerciante desde o cativo, e entendemos que seja pouco provável que a contribuição do marido tenha sido significativa. Tal patrimônio deve ter sido sim, um grande atrativo aos interesses de seus pretendentes. A própria reincidência do casamento é um indicativo de que isso pode ter acontecido.

Enfim, as cinco forras estudadas mais detidamente neste capítulo são bons exemplos de que Mariana e Camargos foram duas localidades que ofereceram boas oportunidades para ascensão econômica e social, essa última em menor medida. O caso de Inácia de Araújo é o mais elucidativo para ratificar tal tese. Moradora de um lugarejo periférico e limitado quanto às oportunidades de desenvolvimento de atividades econômicas. Os bens adquiridos por esta ex-cativa nos mostram que a aptidão para o comércio desde o cativo, aliado a escolhas bem sucedidas ao longo da vida eram o caminho para a superação do preconceito que recaía sobre seu grupo.

---

<sup>204</sup> FURTADO. Junia Ferreira. op. cit. p. 96.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos acerca da atividade mercantil na América portuguesa têm recebido importantes contribuições nos últimos anos. O tema vem ganhando um merecido destaque na historiografia, sobretudo, a partir do novo modelo de economia colonial onde o mercado interno ganha importância no contexto da macro-economia do Império português. Ao longo do nosso estudo procuramos desenvolver nossa interpretação a partir dos modelos de análise mais recentes procurando suprir as lacunas deixadas por estes, sobretudo, no que se refere aos comerciantes da base da hierarquia mercantil. Dessa forma, destacamos a atividade mercantil de pequena monta e seus agentes inserindo-os dentro da estrutura do comércio colonial. Apesar de indivíduos pouco estudados os pequenos comerciantes necessitam de maior atenção como bem afirma Fragoso, sobretudo, devido a grande quantidade de pessoas que estavam envolvidas com tal atividade, Mariana e Camargos são bons indicativos nesse sentido.

Nesse estudo também podemos perceber a importância do estudo comparativo aplicado à história regional. A metodologia comparativa em nosso caso foi fundamental para que não cometêssemos equívocos ao generalizar tendências encontradas em um determinado lugar, mesmo que esse esteja bem próximo, como é o caso de Camargos e Mariana, distantes 11 km um do outro. Por meio da análise comparativa foi possível perceber diferenças significativas entre o pequeno comércio das duas localidades pesquisadas. Dessa forma, procuramos entender as diferenças das duas localidades partindo da análise das estruturas produtivas internas. A estrutura produtiva influenciou diretamente na organização do pequeno comércio como pudemos perceber ao longo deste estudo. De um lado Mariana essencialmente urbana, tendo no seu interior intensa atividade administrativa uma vez que era sede do termo e posteriormente passou a ser sede do bispado, e do outro Camargos uma pequena freguesia que congregava no seu interior uma importante produção direcionada para o abastecimento interno da região. Da análise comparativa de diversos aspectos das duas localidades

destacamos os tipos de estabelecimento, a participação das mulheres, dos forros e escravos e a estabilidade dos diversos seguimentos sociais à frente do pequeno comércio.

Em alguns aspectos o pequeno comércio das localidades estudadas eram bastante similares com destaque para os tipos de estabelecimento, o número de lojas e vendas os quais respeitavam uma proporcionalidade. Todavia, no que tange ao perfil dos agentes e sua forma de atuação nas duas localidades as diferenças se acentuam. Em Camargos podemos perceber que as mulheres tiveram uma participação percentualmente bem mais significativa do que na sede do termo. As comerciantes do sexo feminino da freguesia chegaram a superar o número de homens no aproximar da segunda metade do século XVIII, tendência inversa a que encontramos para Mariana, que em nenhum momento foi superior, e perdeu espaço percentualmente ao longo do período.

Ao cruzarmos outras informações e relacionarmos ao gênero dos comerciantes mais uma vez as mulheres de Camargos se destacaram como, por exemplo, no que tange a estabilidade de tempo na praça de comércio. A explicação para o maior destaque das comerciantes da freguesia está no fator que destacamos anteriormente, a estrutura econômica interna destes locais. Os homens de Camargos estavam alocados nas atividades agro-pastoris e na mineração enquanto que, em Mariana a concorrência limitava a participação das mulheres nesse ramo de atividade econômica. Aliado a isso percebemos entre as forras de Camargos uma estratégia que era fundamental para se lograr êxito no ramo comercial, a persistência. A restrição de atuação em outros ramos de atividade econômica levava essas mulheres a apostarem na carreira de comerciante o que resultou em uma maior estabilidade e maior participação no conjunto dos pequenos agentes mercantis locais.

Quanto à constância dos agentes no pequeno comércio os dados apresentados nessa dissertação no chamam a atenção pelo alto índice de instabilidade apresentado. O grande número de comerciantes que não passavam de um ano na praça das duas localidades reafirma

as teses que tratam das limitações do mercado mineiro explicadas pela baixa circulação monetária no mercado local e conseqüente concentração de numerário nas mãos dos grandes financistas. Tal situação colocava a grande massa de despossuídos vulneráveis as oscilações do mercado o que é comprovado com as elevadas taxas de instabilidade apresentadas no terceiro capítulo desse trabalho.

Não podemos deixar de mencionar que as taxas de instabilidade elevadas do pequeno comércio em Camargos e Mariana são engrossadas por outra característica do mercado colonial que era a especulação. Todavia, a especulação era uma estratégia de atuação de um restrito grupo de indivíduos que muitas vezes nem podiam ser considerados comerciantes dada a natureza de suas atividades principais. Especulava quem tinha capacidade de diversificar e como podemos ver no terceiro capítulo havia um considerável grupo de agentes mercantis nas duas localidades que atuavam em atividades econômicas variadas. Uma característica que vale ser ressaltada na diversificação é a situação dos indivíduos que apareciam em algum momento como pequenos comerciantes e que também atuavam como “oficiais mecânicos”. Geralmente possuíam uma loja na qual comercializavam produtos que eles mesmos produziam como roupas, sapatos entre outros. Ou ainda o produtor rural que tinha uma venda de molhados e usava esse espaço para vender parte de sua produção diretamente ao consumidor e assim auferia maiores lucros.

Por fim, desta pesquisa temos que destacar a participação das mulheres na praça de comércio de Camargos e Mariana, com destaque para escravas e forras. Podemos perceber por meio da análise das fontes estudadas que estas mulheres tiveram uma atuação diferenciada em relação aos comerciantes do sexo masculino. A presença substancial do público feminino no pequeno comércio local denota que este grupo tinha uma estratégia bem definida e aspectos como quantidade e estabilidade são muito elucidativos nesse sentido. A participação desse seguimento por longo tempo no comércio denota que essas mulheres não eram meras

aventureiras e que estigmas como a prostituição cada vez mais perde espaço para o entendimento das formas de obtenção de pecúlio para a compra da alforria, a sobrevivência após a libertação do cativo ou mesmo a construção de pequenas fortunas.

Quanto a este último item os exemplos expostos no último capítulo são bastante significativos. Inácia de Araújo, Leonor Nascimento, Ana Maria Pinto, Josefa Maria e Maria Rodrigues são poucos casos se comparados ao montante de todos os comerciantes que localizamos nas duas localidades no período estudado, porém são exemplos de que a ascensão econômica também estava ao alcance de pessoas provindas de estratos inferiores da sociedade colonial. E mais ainda, o comércio a varejo fora na maioria das vezes o caminho para tal feito. O caso de Inácia de Araújo, a forra mais bem sucedida entre as que abordamos, é o maior exemplo de todos. Uma forra que iniciou sua carreira no comércio ainda no cativo e que tornou-se liberto e construiu seu patrimônio atuando no restrito mercado da Freguesia de Camargos.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Fontes Manuscritas**

#### **Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana e Casa Setecentista de Mariana**

Inventário de Inácia de Araújo da Costa, 1785. Cartório do 2º Ofício, Caixa 133, Autos 2682. Casa Setecentista de Mariana.

Inventário de Maria Lopes e seu marido José Lopes de Souto, 1785. Cartório do 2º Ofício, Caixa 133, Autos 2682. Casa Setecentista de Mariana.

Inventário de Maria da Conceição, 1778. Cartório do 2º Ofício, Caixa 34, Autos 808. Casa Setecentista de Mariana.

Inventário de Luis da Costa Ataíde, 1802. Cartório do 2º Ofício, Caixa 33, Autos 792. Casa Setecentista de Mariana.

Inventário de João Vieira Lima, 1782. Cartório do 2º Ofício, Caixa 45, Autos 1022. Casa Setecentista de Mariana.

Inventário de Paulo Carneiro Pereira, 1792. Cartório do 2º Ofício, Caixa 119, Autos 2383. Casa Setecentista de Mariana.

Inventário de Felipe da Costa Neves, 1790. Cartório do 1º Ofício, Caixa 129, Autos 2700. Casa Setecentista de Mariana.

Inventário de Antonio Pereira dos Santos, 1764. Cartório do 1º Ofício, Caixa 133, Autos 2682. Casa Setecentista de Mariana.

Inventário de Ana Maria Pinto, 1790. Cartório do 2º Ofício, Caixa 85, Autos 1821. Casa Setecentista de Mariana.

Inventário de João Soares Guimarães, 1783. Cartório do 2º Ofício, Caixa 36, Autos 843. Casa Setecentista de Mariana.

Inventário de Domingos Lopes Pênedo, 1747. Cartório do 1º Ofício, Caixa 33, Autos 782. Casa Setecentista de Mariana.

Inventário de Antonio Lopes da Cruz, 1772. Cartório do 1º Ofício, Caixa 18, Autos 524. Casa Setecentista de Mariana.

Inventário de João de Caldas Bacelar, 1803. Cartório do 1º Ofício, Caixa 92, Autos 1928. Casa Setecentista de Mariana.

Inventário de Felipe de Abreu Silva, 1781. Cartório do 1º Ofício, Caixa 90, Autos 1879. Casa Setecentista de Mariana.

Inventário de Antonio Dias Borges, 1782. Cartório do 1º Ofício, Caixa 37, Autos 860. Casa Setecentista de Mariana.

Testamento de Inácia de Araújo da Costa, 1782. Cartório do 2º Ofício, Caixa 133, Autos 2682. Casa Setecentista de Mariana.

Testamento de Leonor do Nascimento, Livro de óbito Q10- 1719-1874, data de falecimento 30/11/1772. Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana.

Testamento de Maria Rodrigues da Silva, Livro de óbito Q16- 1771-1777, data de falecimento 27/08/1772. Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana.

Testamento de Josefa Maria de Queiroz, Livro de óbito Q15- 1764-1774, data de falecimento 26/06/1758. Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana.

Testamento de Ana Maria Pinto. Cartório do 2º Ofício, Caixa 85, Autos 1821. 1779. Casa Setecentista de Mariana.

Testamento de Paulo de Araújo Costa, Livro de óbito Q15- 1764-1774, data de falecimento 26/05/1758. Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana.

Testamento de João Vieira Lima, 1782. Cartório do 2º Ofício, Caixa 45, Autos 1022. Casa Setecentista de Mariana.

Testamento de João de Caldas Bacelar, 1785. Cartório do 1º Ofício, Caixa 92, Autos 1928. Casa Setecentista de Mariana.

Testamento de Luis da Costa Ataíde, 1800. Cartório do 2º Ofício, Caixa 33, Autos 792. Casa Setecentista de Mariana.

Testamento de Antonio Pereira dos Santos, 1759. Cartório do 1º Ofício, Caixa 133, Autos 2682. Casa Setecentista de Mariana.

Testamento de Felipe de Abreu Silva, 1781. Cartório do 1º Ofício, Caixa 90, Autos 1879. Casa Setecentista de Mariana.

Testamento de Antonio Lopes da Cruz, 1771. Cartório do 1º Ofício, Caixa 18, Autos 524. Casa Setecentista de Mariana.

Testamento de Francisco Ferreira Branco, Livro de óbito Q15- 1764-1774, data de falecimento 27/08/1764. Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana.

Testamento de Domingos Ferreira de Azevedo, Livro de óbito Q14- 1753-1760, data de falecimento 18/05/1754. Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana.

Testamento de Pedro Carvalho de Almeida, Livro de óbito Q14- 1753-1760, data de falecimento 23/07/1758. Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana.

Testamento de Miguel Peixoto de Araújo , Livro de óbito Q16- 1771-1777, data de falecimento 02/04/1773. Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana.

Testamento de Felipe da Costa Neves, 1781. Cartório do 1º Ofício, Caixa 129, Autos 2700. Casa Setecentista de Mariana.

## Arquivo Histórico da Câmara de Mariana

Registro de Almotaçaria, códigos: 175, 195, 385, 514, 682 e 702.

Registros de Coimas e Fianças, Códigos: 123,133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652, e 664.

## Arquivo Público Mineiro

Registro de Dízimos: CC2040.

## Fontes Secundarias

### 1-LIVROS E CAPÍTULOS

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *Mineria y espacio económico em los Andes*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1980.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. 2 v.

\_\_\_\_\_. *Decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1971.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

\_\_\_\_\_. *Process and form in social life*, vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder; irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BOURDIER, Pierre. *A economia dos bens simbólicos*. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996

BOXER, Charles Ralfh. *Idade de Ouro do Brasil; dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Trad. Nair Lacerda. 2ª. ed. rev. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. *O Império marítimo português 1415-1825*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 1992.

BRAUDEL, Fernand. *Os jogos das trocas, civilização matéria, e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996

CANO, Wilson. *Economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII)*. São Paulo: *Contexto*, v. 3, 1977.

COSTA, Iraci Del Nero da, LUNA, Francisco Vidal. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1982.

CHAVES, Claudia M. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no Sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX)*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. *Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yeda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1993.

- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- \_\_\_\_\_. Hierarquias sociais e formas de acumulação no Rio de Janeiro (Brasil), século XVII. In: *Colonial Latin American Review*, Vol. 6, N.º 2. Oxford, Carfax, 1997, pp. 151-164.
- \_\_\_\_\_. & FLORENTINO, Manolo G. *O arcaísmo com projeto: mercado atlântico e sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 c. 1840*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.
- FREIRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 2Vol. 6ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1974.
- FURTADO, Junia Ferreira. Pérolas negras: Mulheres livres de cor no distrito diamantino. In: FURTADO, Junia Ferreira.(org.) *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as abordagens para uma história do Império Ultramarino português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. & VENÂNCIO, Renato Pinto. Comerciantes, tratantes e mascates. In: PRIORE, Mary Del(org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado nos 500 anos de história*. Rio de Janeiro, 2000, p.93-113.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Trad. Lisboa, 1992.
- GODINHO, Vitorino M. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. 3º ed. Lisboa: Arcádia, 1977.
- GORENSTEIN, Riva. O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região Centro-Sul do Brasil (1808-1822).
- HOLANDA, Sérgio Buarque. “Metais e pedras preciosas”. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, t. 1, v.2, 1977.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808- 1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEVI, Giovanni. *A herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA Jr, Augusto. *A Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: sem editora, 1978.
- LUNA, Francisco Vidal & Costa, Iraci del Nero. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE / PIONEIRA, 1982.
- MATTOSO, Katia Queiroz. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1809)* São Paulo: Hucitec, 1979.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- PINTO, Virgílio Nóia. *O ouro brasileiro e o comércio anglo português*. São Paulo/ Brasília: Cia Editora Nacional, 1979.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

- SAMPAIO, A. C. Jucá de. Na encruzilhada do Império: Hierarquias sociais e conjuturas econômicas no Rio de Janeiro ( c.1650-c.1750 ). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SIDERI, Sandro. *Comércio e poder: colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa, Cosmos, 1978.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português(1701-1750). In: FRAGOSO, João L. R.; BICALHO, M. Fernanda e GOUVÊA, M. Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI- XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. Cia Editora Nacional, 1957.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Comércio, Nação e Gênero: As negras minas quitadeiras no Rio de Janeiro. 1835-1900. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. *Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yeda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001.
- SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- TANDETER, E. , MILLETICH, V. , SCHMIT, R. . “Flujos mercantiles em el Potosí colonial tardío”. In: SILVA, RIQUER, Jorge, GROSSO, Juan Carlos, YUSTE, Carmem (orgs). *Circuitos mercantiles y mercados en Latinoamerica*. México: Instituto de investigaciones Dr. José Maria Luis Mora, 1995.
- THOMPSON, Eduard P. A economia moral da multidão inglesa. In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antônio Manuel de. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio Manuel de (org). *Historia de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*, v.4, Lisboa: Estampa, 1998.

## 2- ARTIGOS

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Capitania de Minas Gerais de 1750-1850: base da economia e tentativa de periodização. In: *Revista do LPH*, Nº5, pp. 88-111, 1995
- BOSCHI, Caio César. Nem tudo que reluz vem do ouro. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996
- CHAVES, Claudia M. G. Mercados e mercadores: entre a liberdade e o privilégio. In: *IV Congresso Brasileiro de História Econômica*, São Paulo, 2001.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Ofícios manufaturas e comércio. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org) . *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Para que serve a história econômica? In: *Estudos históricos: Rio de Janeiro*, nº 29, 2002. p. 3-28.
- GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). *Revista do departamento de História da UFMG*. Belo Horizonte, 1986.

- MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negro e alforrias, séculos XVII a XIX. In: *Novos Estudos CEBRAP*. Nº 74. São Paulo, 2006.
- MOTT, Luís R. B. Subsídios para a história do pequeno comércio no Brasil. In: *Revista de História*, vol. 53, nº105, 1976, pp. 81-106.
- OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. In: *Revista Brasileira de História*: São Paulo, ANPUH/ Humanitas Publicações v. 20, nº 39, p. 115-134
- PAIVA, Eduardo França. Alforrias e discriminação social: séculos XVIII, XIX e XX. In: *Revista de História (LPH)*, nº 6. Mariana: Ed. UFOP, 1996
- REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século XVIII. In: *Revista do departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG. 1989. p. 72-85.
- ROMANO, Ruggiero. *Moneda, seudomonedas y circulacion monetaria em las economias de México*. México: Fondo de Cultura Economica-El Colegio de México, 1998; Dans les Andes: monnaie, pseudomonnaies et économies au XVIII Congresso de História Nacional. Bogota...
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil. In: *Estudos históricos*: Rio de Janeiro, nº 29, 2002. p. 29-49.

### 3- TESES E DISSERTAÇÕES E OUTROS

- ALMEIDA, Carla M. C. Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial (1750-1822). UFF, 2001,(tese de doutorado).
- BARRETO, Daniela Santos. *A qualidade do artesanato: contribuição ao estudo da estrutura social e mercado interno na cidade do Rio de Janeiro, c.1690-c. 1750*. Rio de Janeiro:UFRJ, 2002. (dissertação de mestrado)
- CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (tese de doutorado)
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro 1790-1830.UFRJ, Rio de Janeiro 1990.(tese de doutorado).
- PARGA, Eduardo Antonio Lucas. Entre fazendas, secos e molhados – o pequeno comércio na cidade do Rio de Janeiro (1850-1875). Niterói: UFF, 1995. (dissertação de mestrado)
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995. (tese de doutoramento)
- PUFF, Flávio Rocha. Os pequenos comerciantes nas Minas Gerais setecentistas: Camargos e Bento Rodrigues (1718-1755) (monografia de bacharelado)
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850). Franca: Unesp, 1998. (Dissertação de mestrado)
- ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, USP, 1951. (tese de doutoramento)

## ANEXOS

<b>LISTA DAS VENDAS E LOJAS QUE NESTA VILA DO CARMO E SEUS ARREDORES, 1723</b>				
<b>N</b>	<b>Nome</b>	<b>Condição social</b>	<b>Vendas e Lojas</b>	<b>Número</b>
1.	José da Costa Correia		1 venda	1
2.	Antônio Teixeira		1 venda	1
3.	Brás Martins		1 venda	1
4.	Domingos Pereira		1 venda	1
5.	Luísa de Jesus	Forra	1 venda	1
6.	Manuel Gonçalves		1 venda	1
7.	José Rodrigues		1 venda	1
8.	Antônio Borges de Carvalho		1 venda	1
9.	João Soares		1 venda	1
10.	Sebastião Pereira		1 venda	1
11.	Baltazar Pereira		1 venda	1
12.	Sebastião Barbosa		1 venda	1
13.	Manuel Freire		1 venda	1
14.	Jerônimo Francisco Tinoco		1 venda	1
15.	Felipe Correia		1 venda	1
16.	Manuel Nunes de Souza		1 venda	1
17.	André Rodrigues		1 venda	1
18.	João Pinto		1 venda	1
19.	Pedro Velho		1 venda	1
20.	Antônia da Silva	Preta Forra	1 venda	1
21.	Manuel da Silva Aranha		1 venda	1
22.	Manuel Duarte		1 venda	1
23.	Antônia de São Domingos		1 venda	1
24.	João Rodrigues		1 venda	1
25.	Domingos Rodrigues Ramires		1 loja	1
26.	João Pereira da Silva		1 venda	1
27.	Domingos Peixoto de Azevedo		1 venda	1
28.	Furriel Manuel Rodrigues		1 venda	1
29.	José Nunes		1 venda	1
30.	Antônio Fernandes Nunes		1 venda	1
31.	Domingos Francisco da Cruz		1 venda	1
32.	José de Souza Correia		1 venda	1
33.	Manuel Fernandes Cruz		1 venda	1
34.	Manuel da Silva Lopes		1 loja	1
35.	Manuel Pinheiro de Azevedo		1 venda	1
36.	Henrique Fernandes		1 venda	1
37.	Agostinho da Costa		1 venda	1
38.	Manuel da Silva Preto		2 vendas	2
39.	Jerônimo Álvares Salgueiro		1 venda	1
40.	José da Silva Torres		2 vendas	2
41.	Manuel Ribeiro		1 venda	1
42.	João Gonçalves Valério		1 venda	1
43.	José Diniz		1 venda	1
44.	João Velho		1 venda	1

45.	Cipriano Monteiro		1 venda	1
46.	Ajudante Estevão Ferreira Velho		1 venda	1
47.	Antônio de Souza		1 venda	1
48.	Leonel Lopes Vieira		1 venda	1
49.	Manuel Gonçalves da Veiga		1 venda	1
50.	João de Araújo da Fonseca		1 venda	1
51.	Silvestre Mendes Caldeira		1 loja	1
52.	José Pereira Torres		1 venda	1
53.	Lourenço Ribeiro de Andrade		1 venda	1
54.	Tomás de Oliveira		1 venda	1
55.	Luís Soares da Costa		1 loja	1
56.	Sebastião Cerqueira de Lemos		1 venda	1
57.	Pedro Antônio Moreira		1 venda	1
58.	Luís Ferreira da Silva		1 venda	1
59.	Manuel da Silva Portilho		1 venda	1
60.	Manuel Mendes		1 venda	1
61.	Manuel Pereira		1 venda	1
62.	Diogo Ferreira de Souza		2 vendas	2
63.	Gonçalo João		1 venda	1
64.	Felipe dos Santos		1 venda	1
65.	Alexandre de Siqueira		1 venda	1
66.	José Pereira		1 venda	1
67.	José Fernandes		1 venda	1
68.	Duarte Teixeira		1 venda	1
69.	Miguel Teixeira		2 venda	2
70.	Ajudante Luís da Silva		1 venda	1
71.	Ventura Ferreira Lima		2 vendas	2
72.	Pascal de Souza		1 venda	1
73.	Henrique Correa		1 venda	1
74.	Manuel José de Andrada		1 venda	1
75.	Antônio de Araújo		1 venda	1
76.	Domingos João		1 venda	1
77.	Manuel Fróes <sup>205</sup>		1 venda	1
78.	Rev. Padre Francisco Xavier		1 venda	1
79.	Antônio Mendes		1 venda	1
			80 vendas e 4 lojas	84

<sup>205</sup> “Falidos que ouve [...] M.el Froes abrantas hua venda <1>.” Fonte: Reais quintos e lista dos escravos de 1723 (Vila do Carmo), AHCM, [fl. 14].

**LISTA DAS VENDAS, VILA DO CARMO, 1725<sup>206</sup>**

<b>N.</b>	<b>Nome</b>	<b>Condição social</b>	<b>Vendas e Lojas</b>	<b>Número</b>
1.	Capitão Manuel da Costa e Silva		1 venda	1
2.	Vicente da Silva		1 venda	1
3.	José da Costa Correia		1 venda	1
4.	Manuel Rodrigues Bibaxo [?]		1 venda	1
5.	Manuel da Silva		1 venda	1
6.	Manuel Gonçalves		2 venda	2
7.	Antônio Pereira Lamego		1 venda	1
8.	Francisco Fernandes Faria		1 venda	1
9.	Joaquim Tavares		1 venda	1
10.	André Rodrigues		2 venda	2
11.	Manuel Nunes		1 venda	1
12.	Antônio Nogueira		1 venda	1
13.	Veriano Luís		1 venda	1
14.	Manuel Feijó		1 venda	1
15.	Manuel do Rego Tinoco		1 venda	1
16.	Estevão Ferreira Velho		1 venda	1
17.	João Rodrigues		1 venda	1
18.	Isabel Maria		1 venda	1
19.	Manuel Rodrigues Alves		1 venda	1
20.	Antônio Pereira da Costa		1 venda	1
21.	Antônio Fernandes Nunes		1 venda	1
22.	José de Souza Correia		1 venda	1
23.	Antônio Diniz		1 venda	1
24.	José dos Santos		1 venda	1
25.	Luís Gomes Correia		1 venda	1
26.	Manuel da Silva Lopes		1 venda	1
27.	João da Rocha		1 venda	1
28.	João Batista		1 venda	1
29.	Manuel da Silva Preto		3 venda	3
30.	Constantino Costa		1 venda	1
31.	Jerônimo Alves Salgueiro		2 venda	2
32.	José Diniz		1 venda	1
33.	João da Silva		1 venda	1
34.	João Cardoso Lemos		1 venda	1
35.	Luís Alves		1 venda	1
36.	José da Silva Torres		1 venda	1
37.	José [ilegível]		1 venda	1
38.	João Carvalho		1 venda	1
39.	João de Araújo		1 vendas	1
40.	Manuel [ilegível]		1 venda	1
41.	Tomás de Oliveira		1 vendas	1
42.	José da Silva Marques		1 venda	1
43.	Pasqual de Abreu		1 venda	1
44.	Jerônimo Carvalho		1 venda	1
45.	Pasqual de Souza		2 venda	2

<sup>206</sup> Lista dos escravos meio quinto, AHCMM, Códice 150, [fl. 122v a 123]. Não encontrado a primeira lista esta é a Segunda com a comprança do meio quinto. *Lista dos Escravos e Vendas pertencentes [a Lista] desta Vila de Nossa Senhora do Carmo do meio quinto que findou esta ano de 1725. Provisor o Sargento Mor Teodózio Ribeiro de Andrade.*

46.	Manuel de Souza [Neves]		1 venda	1
47.	Manuel Alves Cruz		1 venda	1
48.	Duarte Rodrigues		1 venda	1
49.	Manuel Carvalho		1 venda	1
50.	Helena	preta forra	1 venda	1
51.	João Teixeira		1 venda	1
52.	José Dorta Franco		1 venda	1
53.	Tomé de Souza		1 venda	1
54.	Domingos João		1 venda	1
55.	Sebastião de Cerqueira		1 venda	1
56.	Manuel de Andrade		1 venda	1
57.	João da Cunha		1 venda	1
58.	Miguel Teixeira		1 venda	1
59.	José Pereira da Costa		1 venda	1
60.	Domingos Fernandes		1 venda	1
61.	Manuel da Silva Portilho		1 venda	1
62.	Manuel José		1 venda	1
63.	Antônio Lopes Cruz		1 vendas	2
64.	Raimundo Pinto		1 venda	1
65.	alferes Antônio Borges		1 venda	1
66.	José Rodrigues		1 venda	1
67.	Francisco Lopes		1 venda	1
68.	Antônio da Costa		3 venda	3
			77 vendas	77

